Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controlada

CNPJ/nº 07.658.098/0001-18

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R$)

Relatório da Administração: Senhores, Atendendo às exigências da ANS e ao dispositivo da Lei 6.404/76, divulgamos neste ano, o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., referentes ao exercício encerrado em 31/12/2017. **1. Política de Destinação dos Lucros:** A Companhia de acordo com as disposições estatutárias deve distribuir o mínimo 25% do lucro do exercício. A Alta Administração propõe a distribuição total dos lucros apurados no exercício de 2017, após a destinação da reserva legal e pagamento de dividendos intercalares, onde será referendado pela AGO de Acionistas a ser realizada até 30/04/2018. **2. Negócios Sociais:** A Companhia, em linha com a expectativa de uma melhora no cenário macroeconômico, segue focada na retenção de seus clientes, direcionando esforços não só em oferecer produtos mais acessíveis, mas também no atendimento qualificado e com soluções para pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade. **3. Reorganização societária:** A Companhia exerceu a opção de compra de parte das quotas da sociedade Vitor Hospital (25% remanescentes) da Aliança Administradora de Benefícios S.A. Em 31/12/2017 foi realizada a incorporação total da Aliança Administradora pela Companhia, tendo como efeito a extinção do referido ativo.

Balanços Patrimoniais

		2017		2016	
Ativo	**Nota**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Circulante					
Disponível	7	425.087	449.744	479.024	343.134
Aplicações financeiras	8	25.029	25.820	6.384	6.865
Créditos de operações com planos de assistência à saúde - Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	9	95.777	99.259	59.182	81.484
Títulos e créditos a receber	10	172.190	174.432	37.118	37.791
Outros valores e bens		4	504	967	1.971
Não Circulante		769.475	761.418	793.948	784.379
Realizável a longo prazo:		150.403	150.408	172.980	172.985
Títulos e créditos a receber	10	3.537	3.549	6	1.217
IR e CS diferidos	11	143.583	143.583	168.157	170.555
Outros valores e bens		–	–	–	–
Outros créditos a receber	12	3.283	3.276	4.817	7.253
Investimentos	13	20.075	–	279.635	–
Outros investimentos	13	33	33	–	33
Outros imobilizados - não hospitalares/não odontológicas	14	11.144	11.156	12.900	14.155
Intangível	15	587.820	598.281	408.413	426.186
Total do Ativo		1.407.376	1.411.222	1.264.202	1.316.113

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp Benefícios ou "Companhia") sociedade por ações, que iniciou suas atividades em 1º/01/06, com sede no Estado de São Paulo, é uma empresa controlada pela Qualicorp S.A. ("Grupo Qualicorp"). Em 12/2012, a Companhia obteve autorização da ANS para compor as empresas administradoras de benefícios, cujas atividades estão delimitadas conforme Resoluções Normativas nº 195 e nº 196 da mesmaperícia dessa autorização, e adquiriu o controle social forum alterados, transformando-a em "Administradora de Benefícios", lendo as suas operações relacionadas às atividades previstas na referida resolução. A Companhia e sua controlada efetuam operações de administração, estipulação de benefícios coletivos por adesão e empresarial direcionados a entidades de classe (sindicatos, associações, conselhos regionais, etc.). As operações são conduzidas pela Companhia através das empresas do Grupo Qualicorp, alvando por meio de processamento de informações, benefícios, utilizadas de da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estruturaoperacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a prabinisdade de fatos serem atribuídos. a) Aquisição da Controlada Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (Alianp) e sua incorporação. A Companhia celebrou a aquisição de compra de ações da parte do acionista não controlador (25% remanescentes), para aquisição de 100% da participação da Aliança, mediante aprovação do Conselho de Administração em 3/10/17. O pagamento do passivo

Acervo líquido incorporado da Aliança Administradora de Benefícios

Ativo circulante:		Passivo circulante:	
Caixa e equivalentes de caixa	320	Obrigações de operações de assistência à saúde	14.931
Aplicações financeiras	19.831	Tributos e obrigações sociais a recolher	16.850
Contas a receber	18.301	Débitos diversos	25.569
Outros valores e bens	138	Total do passivo circulante	57.350
Créditos tributários e previdenciários	17.938		
Total do ativo circulante	56.120	Passivo não circulante:	
		Provisões	3.997
Ativo não circulante:		Total do passivo não circulante (C)	3.997
Títulos e créditos a receber	238		
Depósitos judiciais e fiscais	1.766	Acervo líquido (A) - (B) - (C)	1.200
Créditos tributários	2.884		
Outros créditos	336		
Imobilizado	605		
Intangível	565		
Investimentos	33		
Total do ativo não circulante	6.427		
Total do ativo (A)	62.547		

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 290 e as respectivas atualizações. Tais demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e são consistentes com as utilizadas pela administração e sua gestão. As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pela ANS, exceto os CPC 11 - Contratos de Seguro que será objeto de regulamentação específica da ANS. A Administração da Companhia avaliou que não haverá efeitos impactos relevantes quando de sua aprovação pela ANS. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada está divulgada na nota nº 3. **2.3. Responsabilidade por eliminações e reclassificações:** (a) No exercício findo em 31/12/16, na nota nº 11 foi mencionado que o prejuízo fiscal acumulado era de R$ 2.602, sendo que o correto é R$3.615. Esse ajuste não produziu efeitos nos resultados da Companhia.

	31/12/16 (anteriormente apresentado)	Ajuste	31/12/16 (reapresentado)
Consolidado			
(–) Créditos tributários não contabilizados	(2.602)	(1.013)	(3.615)
Total	(2.602)	(1.013)	(3.615)

(b) Nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, na nota explicativa nº 5, item "g", a linha de débitos diversos foi apresentada em sua totalidade (R$ 267.865) como "Passivo mensurado pelo valor justo por meio do resultado", sendo que o correto é alocar parte desse valor (R$ 66.141) como "Custo amortizado".

Este ajuste não produziu efeitos nos resultados da Companhia.

	31/12/16 (anteriormente apresentado)			31/12/16 (reapresentado)		
Consolidado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Débitos diversos - passivo circulante	–	–	264.490	–	–	–
Débitos diversos - passivo não circulante	–	–	3.375	–	–	–
Débitos diversos	–	–	–	–	–	66.141

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: I. Principios gerais: Ativos financeiros, recebíveis e depósitos são apurados de acordo com a expectativa de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e sua controlada passaram a fazer parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento até 30 dias e, que portanto, resultam em efeitos materiais nas demonstrações financeiras. Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade (vejá nota nº 16, item (b) e (c), respectivamente) são reconhecidos pelo valor justo, quando aplicável, com base nos contratos firmados. Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos materiais nas demonstrações financeiras. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo de mercado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados em suas respectivas categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimento mantido até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. *i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação. Os ativos financeiros são classificados por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real de obtenção de lucro a curto prazo; ou • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e qualquer ganho ou perdas líquidas são reconhecidos no resultado. *ii. Investimentos mantidos até o vencimento:* Correspondem a ativos financeiros com pagamentos fixos ou passíveis de determináveis e data de vencimento fixa que o Grupo Qualicorp tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao recuperável. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados, em investimentos a recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo no encerramento do exercício/período. As receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Outros resultados abrangentes", quando aplicável. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução ao valor recuperável, o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecida na conta "Reserva de reavaliação de investimentos" é reclassificada para o resultado. *iv. Empréstimos e recebíveis:* São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia e sua controlada na categoria de recebíveis compreendem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". Os outros passivos financeiros (incluindo debêntures) são inicialmente reconhecidos pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta estimativas de fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A Companhia e sua controlada efetua a baixa de passivos financeiros quando as obrigações são extintas ou canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. I. Disponível e aplicações financeiras: Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação e sujeitas a mudanças de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados certificados de depósitos bancários (CDBs) e Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interbancário - CDI. III. Outros créditos de operações. A Companhia e sua controlada registrou a respectivas e repasses financeiros a pagar: Nas operações de administração e contribuições por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais o estipulante é a Companhia e sua controlada) são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Companhia e sua controlada), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde. Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo "Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde" em contrapartida às contas de passivo de "Prêmios a repassar" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de "Repasses financeiros a pagar" (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativas à taxa de administração e repasses financeiros. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo na rubrica "Antecipações a repasse". IV. Provisão para perdas sobre créditos: A provisão para perdas sobre créditos é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber de clientes. Nas operações em que a Companhia e sua controlada assumem o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados contra a provisão para com créditos incobráveis, sem prejuízo dos direitos de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento. V. Combinação de negócios e investimentos em controladas: Demonstrações financeiras consolidadas: Cada aquisição de negócios é contabilizada pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos pela Companhia e sua controlada em troca do controle da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. As participações não controladoras que corresponderam a participações atuais que conferem aos seus titulares o direito a uma proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderá ser inicialmente mensurada pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladas nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladas são mensuradas pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outro CPC. O ágio correspondente é o valor remanescente que resulta da diferença entre o excesso da soma da contraprestação transferida sobre os valores líquidos da data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data da aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício em que a combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. Os contratos de aquisição da Companhia e sua controlada por meio de combinação de negócios de vendas de acionistas não controladores requererem que a Companhia compre as participações do não controladores são tratados como instrumentos financeiros sujeitos à avaliação de acordo com os princípios contábeis aplicáveis. Quando o valor justo da contraprestação contingente a ser paga for classificado como um instrumento de patrimônio líquido, não é mensurado subsequentemente, sendo reconhecido, posteriormente, dentro do patrimônio líquido. Caso contrário, as demais mudanças no valor justo da contraprestação contingente a ser paga são reconhecidas no resultado. As contraprestações contingentes, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos são mensurados pelos seus respectivos valores justos na data da aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é associado ao valor contábil do investimento. Qualquer montante de participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido

continuação

	31/12/17 Controladora	31/12/17 Consolidado	31/12/16 Controladora	31/12/16 Consolidado
Diferença temporária sobre o custo de intermediação financeira na emissão/colocação das debêntures a diferir no prazo de vencimento das debêntures	–	–	(114)	(114)
Diferenças temporárias sobre a parcela do ágio de empresas incorporadas, amortizado no período, para fins fiscais (nota nº 15)	39.962	39.962	30.905	30.905
Sobre o valor justo da aquisição dos investimentos alocado no ativo intangível - relacionamento de clientes (nota nº 15)	–	–	337	1.620
Total	39.225	39.962	31.128	32.461

Outros Créditos a Receber a Longo Prazo:

Descrição	31/12/17 Controladora	31/12/17 Consolidado	31/12/16 Controladora	31/12/16 Consolidado
Reembolso despesas administrativas do Grupo Qualicorp (a)	1.686	1.679	1.847	1.832
Adiantamentos de despesas (b)	1.333	1.333	2.920	2.920
Reembolso de provisão para risco (c)	264	264	264	2.451
Total	3.283	3.276	4.817	7.203

(a) Saldos e transações com empresas ligadas, no consolidado:

	31/12/17 Contas a receber	31/12/17 Contas a pagar	31/12/17 Receitas	31/12/17 Despesas	31/12/16 Contas a receber	31/12/16 Contas a pagar	31/12/16 Receitas	31/12/16 Despesas
Qualicorp Corretora de Seguros S.A. (i)	1.679	5.553	(423)	7.106	3.490	12.253	–	(386)
Connectmed-CRC Consultoria, Adm. e Tecnologia em Saúde Ltda. (j)	–	–	–	22	–	836	–	–
Gama Saúde Ltda. (j)	–	–	(113)	12	–	460	–	(222)
G.A Corretora Consultoria Adm. e Serviços Ltda.	–	–	–	–	–	260	–	–
Qualicorp Administração e Serviços Ltda. (i)	48	15.903	(27.366)	42	–	835	(33.408)	–
Qualicorp Consultoria em Saúde Ltda. (i)	–	–	–	–	–	22	–	–
Medlh Conectividade em Saúde Ltda. (i)	–	–	–	–	–	26	–	–
Qualicorp S.A. (i)	–	–	–	–	–	–	(3.432)	–
Saldo	1.679	21.456	(27.902)	7.182	3.490	14.692	(37.460)	(608)

A Companhia possui os seguintes saldos de operações efetuadas com partes relacionadas: i. Refere-se às atividades de "bac office" para atendimento às empresas do Grupo Qualicorp Administração e Serviços Ltda., Administrativa, Recursos umanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são detalhados e reembolsados pelas demais empresas do Grupo; ii. Refere-se à prestação de serviço de emissão de boletos para usuários de planos de saúde vinculados à Qualicorp Benefícios, R$ 27.366 em 31/12/17 (R$ 33.408 em 2016). (b) Em 31/12/17, refere-se substancialmente a adiantamento a entidades no valor de R$ 1.333, no qual a Companhia vem realizando atuações de repasses financeiros. (c) Refere-se à provisão para das provisões de risco contingentes junto ao ex-controlador da Alianza. **12.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os membros do conselho de administração, diretor-presidente, diretor-superintendente e diretores estatutários e não estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2017 Contas a pagar	2017 Despesas
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	107	2.772
Remuneração baseada em ações	–	5.044
Exercício findo em 31/12/17	107	7.816
	2016 Despesas	
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	1.198	1.198
Remuneração baseada em ações	–	9.229
Exercício findo em 31/12/16	1.198	10.427

(*) A despesa com remuneração de conselho de administração é constituída apenas de parte fixa, aprovada pelo conselho, para os membros executivos, empregados, e constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais.

13. Investimentos:

Participações societárias:	Controladora 31/12/17	Controladora 31/12/16	Consolidado 31/12/17	Consolidado 31/12/16
Aliança Administradora de Benefícios S.A.	20.075	278.520	–	–
Clube de Saúde Administração de Benefícios Ltda.	20.075	259.094	–	–
Outros investimentos:	33	–	33	33
Ágio por mais-valia:	33	–	33	33
Total dos investimentos	20.108	278.635	33	33

15. Intangível: Está composto como segue:

Controladora	Taxa anual de amortização %	Custo Saldo 31/12/16	Custo Incorporação	Custo Adições	Custo Transferências	Custo Baixas	Custo Saldo 31/12/17	Amortização Saldo 31/12/16	Amortização Incorporação	Amortização Adições	Amortização Baixas	Amortização Saldo 31/12/17	Saldo líquido 31/12/17	Saldo líquido 31/12/16
Ágio na aquisição de investimentos alocados a títulos de rentabilidade futura:														
Aliança Administradora de benefícios de a de A. (f)	–	–	249.420	–	–	–	249.420	–	–	–	–	–	249.420	–
Grupo Pardim (f)	–	136.653	–	–	–	–	136.653	–	–	–	–	–	136.653	–
Total ágio	–	136.653	249.420	–	–	–	386.073	–	–	–	–	–	386.073	–
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afiliados (b)	20 a 50	132.122	–	55.600	–	–	187.722	(105.296)	–	(6.714)	–	(112.010)	75.712	–
Softwares em uso (a)	20	113.971	1.003	285	73.965 (1.573)	187.651	(41.766)	(858)	(34.760)	1.562	(75.822)	111.829	–	–
Direito de exclusividade (c)	10 a 25	36.000	500	–	–	36.500	(30.948)	(109)	(5.054)	–	(36.111)	389	–	–
Software em desenvolvimento (d)	–	86.706	–	131	(73.965)	12.872	–	–	–	–	–	–	12.872	–
Relac. Cliente - Grupo Pardim	20	9.911	–	–	–	9.911	(8.920)	(991)	–	–	–	(9.911)	–	–
Acordo de não competição (e)	33	–	–	–	–	1.910	–	(55)	–	–	–	(55)	945	–
Total outros ativos intangíveis		378.710	1.503	57.016	–	(1.573)	435.656	(186.930)	(967)	(47.574)	1.562	(233.909)	201.747	–
Total ativos intangíveis		515.363	250.923	57.016	–	(1.573)	821.729	(186.930)	(967)	(47.574)	1.562	(233.909)	387.820	–

Consolidado	Taxa anual de amortização %	Custo Saldo 31/12/16	Custo Adições	Custo Transferências	Custo Baixas	Custo Saldo 31/12/17	Amortização Saldo 31/12/16	Amortização Adições	Amortização Baixas	Amortização Saldo 31/12/17	Saldo líquido em 31/12/17	Saldo líquido em 31/12/16
Ágio na aquisição de investimentos alocados a títulos de rentabilidade futura:												
Aliança Administradora de benefícios de a de A.	–	249.420	–	–	–	249.420	–	–	–	–	249.420	–
Grupo Pardim	–	136.652	–	–	–	136.652	–	–	–	–	136.652	–
Total ágio	–	386.072	–	–	–	386.072	–	–	–	–	386.072	–
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afiliados (b)	20 e 50	147.791	55.600	–	–	203.391	(112.608)	(9.847)	–	(122.455)	80.936	–
Softwares em uso (a)	20	114.976	284	73.965 (1.573)	187.652	(42.624)	(34.759)	1.561	(75.822)	111.830	–	–
Direito de exclusividade (c)	10 a 25	36.500	–	–	–	36.500	(31.058)	(5.054)	–	(36.112)	388	–
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A	20	33.598	–	–	–	33.598	(29.678)	(3.920)	–	(33.598)	–	–
Software em desenvolvimento (d)	–	86.706	131	(73.965)	–	12.872	–	–	–	–	12.872	–
Relac. Cliente - Grupo Pardim	20	9.911	–	–	–	9.911	(8.920)	(991)	–	(9.911)	–	–
Acordo de não competição (e)	20 e 33	–	8.198	–	–	8.198	–	(415)	–	(415)	7.783	–
Total outros ativos intangíveis		429.482	64.213	–	(1.573)	492.122	(224.888)	(54.860)	1.561	(228.313)	213.809	–
Total ativos intangíveis		815.554	64.213	–	(1.573)	878.194	(224.888)	(54.860)	1.561	(228.313)	599.881	–

(a) Gastos com aquisição de licenciamento de software e softwares operacionais em uso. (b) Representam os direitos de cobrança de serviços realizados até a presente data. Em 2017 concernem: **Cessão de direitos e obrigações ASBEH/ eath Club:** Em 30/12/16, foi firmado um contrato de cessão e transferências de direitos e obrigações e outras avenças entre a Companhia e eath Club Administração (Grupo de Benefícios/ASBEH) (Controladora de Benefícios). Por meio deste contrato firmado entre as partes é de R$14.580, O respectivo valor do contrato está sendo amortizado pelo período de cinco anos, e qual coincide com o prazo de duração do contrato, com o total de 26.742 vidas estipuladas e titularismo mensal de R$1.453, Em 17/05/17 foi pago o complemento de R$600 referente adivisão pro rata dos direitos e obrigações entre a Companhia e Via Benefícios (Companhia de Benefícios Ltda., para assumir a assiplação da entidade Caixa Beneficente da Polícia Militar do Distrito Federal ("CABE"). O intuito deste aditivo foi de aumentar o comissionamento mensal do respectivo contrato na coligada Qualicorp Consultoria e Corretagem de Seguros e consequentemente aumentar a base de cálculo para o cálculo do bônus a ser pago a coligada passa a deter a totalidade das comissões relativas a entidade CABE. O prazo de amortização desse ativo intangível é de 26 meses. Em 26/12/17, foi firmado um contrato de cessão e transferências de direitos e obrigações e outras avenças entre a Companhia e Via Benefícios (Companhia de Benefícios Ltda. O contrato firmado entre as partes é de R$ 55.000 sendo ofertado o produto Golden - Clube de vantagens e contratos de planos privados de assistência à saúde coletivos empresariais com até 29 vidas. O respectivo valor do contrato está sendo amortizado pelo período de dois anos, prazo de duração do contrato. (c) Referem-se aos contratos de direito de exclusividade realizados até a presente data. (d) Estão representados por gastos de desenvolvimento de novos softwares de gestão do sistema operacional, adquirido de terceiros. Em 2017, com a conclusão e o início do uso de diversos módulos, foi transferido para a rubrica "software em uso" o montante de R$ 73.965 (R$25.320 em 2016). e) Em 1/10/17, a Companhia firmou um acordo de não competição com Clube de Saúde Administração e Serviços Ltda. Este acordo está sendo amortizado pelo período de 36 meses (conforme contrato). Em 28/08/17, no valor de R$ 7.198, foi firmado acordo de não competição com a Divisão Administradora de Benefícios que será amortizado pelo período de 60 meses, o qual coincide com prazo de duração do contrato. Esse acordo está atrelado a internalização dos serviços de bac office pela controlada coligada em 09/2017. (f) Teste de perda por redução ao valor recuperável (Ajuste a Valor Presente) - Os fluxos de caixa futuros descontados, para um período de 10 anos, utilizando as premissas principais:

Receitas	Para o exercício de 2018 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia com base nos fatores de crescimento das receitas entre os exercícios de 2018 e 2028 e que foram apurados (pro-rata temporis) baseando-se em projeções de crescimento do mercado na área de comercialização e administração de planos de saúde coletivos e serviços em saúde.
Despesas	As despesas fixas, que são aquelas que não crescem proporcionalmente as Receitas, tais como folha de pagamento (despesas com pessoal), serviços de terceiros e despesas de ocupação decorrente de alugueis, entre outras, consideradas na projeção de 2018 a 2028, foram estimadas com base no crescimento equivalente a inflação projetada no período.
Tributos	Os tributos sobre o lucro foram calculados com base no EBIT *Earnin s ebore Ta es* descontando-se as despesas não dedutíveis e as receitas não tributáveis, definidas do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real).
Taxa de desconto	O fluxo de caixa foram descontados com taxa de 13% a.a, após os impostos levando em consideração o custo médio ponderado de capital (ACC).
Perpetualidade	A Companhia considerou um crescimento nominal de 3% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo de 4,25% ao ano mais expectativa de crescimento do PIB de 3%, tendo como fonte principalmente projeções do Banco Central.
Fontes	O trabalho de mensuração utilizou como base informações financeiras e operacionais históricas, bem como informações públicas sobre o setor de atuação da Companhia, além de informações econômicas publicadas por instituições como FGV, IBGE e Bloomberg.

A Companhia realizou o teste com data-base em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e concluiu que não há indícios de perdas por "impairment", a serem evidenciadas tendo em vista que o valor em uso apurado excedeu o valor contábil.

16. Pretmos a Repagar:

Compõem-se como segue: Descrição	31/12/17 Controladora	31/12/17 Consolidado	31/12/16 Controladora	31/12/16 Consolidado
Pretmos a receber	128.309	128.709	114.144	132.266
Total	128.309	128.709	114.144	132.266

(*) Referem-se às faturas de planos e seguro-saúde, a serem pagas às seguradoras/operadoras ou reembolsadas faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram efetuados substancialmente até 31/01/18 para os valores de dezembro de 2017 e 31/01/17 para os valores de dezembro de 2016. **17. Repasses Financeiros a Pagar:** Referem-se a pagamentos (junho/2017) a serem repassados dos/pagos às entidades estipulantes/conveniadas relativos aos contratos de operações de seguros e planos de saúde:

Descrição	31/12/17 Controladora	31/12/17 Consolidado	31/12/16 Controladora	31/12/16 Consolidado
Repasses Financeiros a Pagar (*)	–	–	–	732
Total	14.420	14.607	15.044	15.470

(*) Esses montantes foram, substancialmente, repassados até o dia 31/01/18 a data de 31/01/18 para os valores de dezembro de 2017, e até 31/01/17 para os valores de dezembro de 2016.

18. Antecipações a Repasse:

Compõem-se como segue:

Descrição	31/12/17 Controladora	31/12/17 Consolidado	31/12/16 Controladora	31/12/16 Consolidado
Antecipações de prêmios de seguros e de processamento de cobrança (a)	44.392	45.198	45.309	51.646
Antecipações de taxa de administração (b)	1.749	1.870	2.330	2.376
Antecipações de repasses financeiros (c)	624	624	732	732
Adiantamento de Clientes	–	–	–	4.054
Total	46.765	47.692	48.370	58.808

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e controlada - CNPJ nº 07.658.098/0001-18

(a) Referem-se a recebimentos antecipados de cobrança de beneficiários de contratos de planos e seguros-saúde. O montante arrecadado é repassado às operadoras e seguradoras quando do vencimento das respectivas faturas. Os valores foram, substancialmente, repassados às operadoras e seguradoras até o dia 31/01/17 para os valores de dezembro 2016, e até 31/01/18 para os valores de 12/2017. (b) Referem-se à taxa de administração recebida antecipadamente dos beneficiários e apropriada em receita no mês de competência. (c) Referem-se a repasses financeiros devidos às Entidades de Classe. Os valores recebidos antecipadamente são repassados nos vencimentos nominais contratuais, quando aplicável. Os valores foram substancialmente repassados às entidades de classe até 31/01/18 para os valores de dezembro de 2017 e até 31/01/17 para os valores de dezembro de 2016. **19. Empréstimos e Financiamentos a Pagar:** As debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da emissão possuem as seguintes características: Quantidade/Espécie

Debêntures	Espécie	31/12/17	31/12/16
3 Emissão	Quirografária	350.000	350.000
Total		350.000	350.000

Data de Emissão: 19/10/16. Valor Nominal Unitário: R$10 cada debênture. Prazo e Data de Vencimento: Quatro anos da data de emissão das debêntures ocorreu em 19/10/16, ocorrendo a liquidação em 7/11/16, e o valor nominal unitário das debêntures foi de R$10, sendo emitidas 35.000 debêntures à Qualicorp Benefícios, no montante de R$350.000. Prazo e Vencimento: 36 meses, vencendo-se, portanto, em 7/11/19. Remuneração: 100% do CDI + Spread de 1,30% a.a. sendo que os juros serão pagos semestralmente, nos meses de maio e novembro de cada ano. Amortização: O valor nominal das debêntures não será amortizado, sendo integralmente pago na data de vencimento das debêntures. Garantias: A Qualicorp S.A. é fiadora da operação, e adicionalmente, há garantias relativas à constituição de penhor e/ou à alienação fiduciária de ações ordinárias de Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., de propriedade da Qualicorp S.A.. Resgate Antecipado Facultativo: Foi acordado nessa emissão que poderá haver resgate antecipado facultativo somente a partir do 24º mês da data de emissão das Debêntures a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido de prêmio conforme Escritura de Emissão de Debêntures. Juros Remuneratórios: Pode decalar antecipadamente vencidos todas as obrigações constantes da escritura de emissão, exigir o imediato pagamento pelas emissoras do saldo do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada "pro rata temporis": Em 31/12/17, a Companhia está cumprindo com todos os índices requeridos.

Composição da dívida	31/12/17 Controladora	31/12/16 Controladora
Remuneração a pagar	4.256	7.761
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(1.372)	(1.374)
Circulante	2.884	6.387
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(1.259)	(2.632)
Debêntures parcela única	350.000	350.000
Não circulante	348.741	347.368
Total	351.625	353.755

Movimentação das debêntures	Valor
Saldo no início do período	353.755
Apropriação de despesas (custos líquidos na captação/não nº 25)	1.374
Pagamento de juros	(42.366)
Apropriação de juros no período (nota nº 25)	38.862
Saldo no final do período	351.625

20. Débitos Diversos:

Descrição	31/12/17 Controladora	31/12/17 Consolidado	31/12/16 Controladora	31/12/16 Consolidado
Circulante	53.231	54.377	255.025	264.493
Aquisição de imaginável a pagar	25.900	25.900	14.731	15.231
Repasse de custos a pagar (a)	21.303	21.456	3.397	3.490
Juros sobre capital próprio (b)	14.231	14.231	18.224	18.224
Outros	8.433	8.700	1.915	2.962
Valores Identificar Segurados/ Operadoras (c)	5.052	5.070	12.216	14.144
Participação nos Resultados - PPR (d)	3.252	3.344	3.618	5.279
Depósitos não identificados	2.959	3.450	136	784
Salários a pagar	1.183	1.217	595	1.234
Provisão para férias	598	681	24	1.364
Reembolso de despesas a pagar	320	328	671	671
Aquisição de Participações Societárias (e)	–	–	198.349	198.349
Serviços de informática a pagar	–	–	948	948
Consultoria e auditoria a pagar	–	–	408	408
Dividendos a pagar	–	–	–	361
Aquisição de ativo imobilizado a pagar	–	–	148	148
Não Circulante	2.250	2.250	3.275	3.375
Aquisição de Imaginável a Pagar	2.250	2.250	3.375	3.375
Total Geral	55.481	56.627	259.050	267.865

(a) Vega nota nº 12 a). (b) Refere-se à provisão para distribuição de juros sobre capital próprio ao acionista controlador. (c) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/ controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia. (d) Refere-se à provisão para pagamento de participação nos resultados, com base nas políticas da companhia. Para o período de 2017 o montante será pago até 15/04/18, (e) Vega nota nº 5 a). **21. Provisão para Riscos:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e sua controlada estão expostas aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis e de similaridade, parte das quais, com base na opinião e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quanto a seguir:

	31/12/17 Controladora	31/12/17 Consolidado	31/12/16 Controladora	31/12/16 Consolidado
Cíveis (a)	26.336	26.356	14.516	16.898
Regulatório - ANS (b)	12.780	13.550	7.462	10.077
Trabalhistas e previdenciárias (c)	839	839	714	1.692
Tributárias (d)	–	–	1.318	1.333
Provisão de Similaridade Gama GSP (e)	–	–	8.188	8.188
Total	39.955	40.745	24.145	30.128

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31/12/17: (a) A Companhia é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R$26.336 e R$26.356 na controladora e consolidado, respectivamente (R$14.516 e R$16.898 em 2016), na controladora e consolidado, respectivamente) avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R$47.017 e R$47.057 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$32.235 e R$35.724 em 2016 na controladora e no consolidado, respectivamente) avaliados como perda possível, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R$47.017 e R$47.057 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$32.235 e R$35.724 em 2016 na controladora e no consolidado, respectivamente) avaliados como perda possível, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R$47.017 e R$47.057 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$14.516 e R$16.898 em 2016, na controladora e consolidado, respectivamente) avaliados como perda provável

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 20.541.127/0001-25

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tais informações vêm acompanhadas pelo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, que foi discutido e revisado pela Administração. Estas demonstrações são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. A Administração. São Paulo, 20 de fevereiro de 2018.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017e 2016 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2017	2016
Circulante			
Disponível	7	-	5
Clientes		80	80
Adiantamentos a Terceiros	8	3	5.058
Despesas Antecipadas		-	23
Créditos a Funcionários		-	6.339
Créditos Tributários		115	418
Estoque		252	825
Total do ativo circulante		**450**	**6.739**
Não circulante			
Imobilizado	9	601	1.414
Intangível	10	161.541	171.510
Total do ativo não circulante		**162.144**	**172.924**
Total do ativo		**162.594**	**179.663**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2017	2016
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	11	-	4.183
Fornecedores	12	53.381	58.157
Obrigações Trabalhistas		53	238
Tributos a Recolher		30	63
Partes Relacionadas	13	-	116
Outras Contas a Pagar	14	32.373	32.286
Total do passivo circulante		**85.837**	**95.043**
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	11	-	6.257
Partes Relacionadas	13	21.568	18.437
Total do passivo não circulante		**21.568**	**24.694**
Patrimônio líquido			
Capital Subscrito	16	221.000	221.000
Capital a Integralizar		(66.000)	(66.000)
Prejuízo Acumulado		(99.811)	(95.473)
Total do patrimônio líquido		**55.189**	**59.527**
Total do passivo e patrimônio líquido		**162.594**	**179.263**

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

Operações continuadas	Nota Explicativa	2017	2016
Receita Operacional Líquida		(334)	(9.452)
Custo dos Serviços Prestados		(5.950)	(8.809)
Custos Indiretos		(6.284)	(18.261)
		(6.284)	**(18.242)**
Prejuízo Bruto			
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas / Receitas Administrativas	17	5.273	(18.115)
Outras Receitas Operacionais		(2.234)	1.777
Prejuízo antes das Receitas e Despesas Financeiras		**(4.245)**	**(35.180)**
Receitas Financeiras	18	54	142
Despesas Financeiras	18	(142)	(1.627)
Receitas e Despesas Financeiras Líquidas		(92)	(1.535)
Prejuízo do Exercício		**(4.338)**	**(36.715)**

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

	2017	2016
Parcela dos Outros Resultados Abrangentes de Empresas Investidas Reconhecidas por Meio do Método de Equivalência Patrimonial		
Prejuízo do exercício	(4.338)	(36.715)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Prejuízo do exercício	(4.338)	(36.715)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

	Subscrito	A integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	221.000	(66.000)	(58.758)	96.242
Prejuízo do exercício			(36.715)	(36.715)
Em 31 de dezembro de 2016	221.000	(66.000)	(95.473)	59.527
Prejuízo do exercício			(4.338)	(4.338)
Em 31 de dezembro de 2017	221.000	(66.000)	(99.811)	55.189

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

	12/2017	12/2016
Resultado do Exercício	(4.338)	(36.715)
Baixas ativo imobilizado	752	-
Depreciação e Amortização	61	3.188
	(3.525)	(33.527)
Aumento (Redução) dos ativos operacionais		
Clientes	(77)	(3)
Estoque	573	110
Despesas Antecipadas	23	1.643
Adiantamento a Terceiros	5.055	(8)
Outros Créditos	310	29
	5.884	1.825
Aumento (Redução) Do passivos operacionais		
Fornecedores	(4.776)	3.713
Obrigações Trabalhistas	(185)	(193)
Tributos a Recolher	(33)	(40)
Outras Contas a Pagar	88	20.538
	(4.906)	24.018
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(2.547)	(7.684)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	-	-
Intangível	9.967	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	7.420	(7.684)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos/Pagamento Juros	(10.440)	(1.151)
Partes Relacionadas	3.015	8.835
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(7.425)	7.684
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	5
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	-	5
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	(5)	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional: A Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fundada em 05 de junho de 2014, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, 19º Andar, Vila Olímpia, Cidade São Paulo - Estado de São Paulo. Em 16 de julho de 2014, houve a aprovação da criação da filial situada na Rua Maria Reale nº 150, em Porangatu – GO, no qual estão concentradas toda estrutura administrativa e operacional, para execução e cumprimento das obrigações no contrato de concessão. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, arrangendo a execução dos serviços de recuperação, ampliação, conservação, operação, ampliação e melhorias do Edital de Concessão nº 01/2014, BR-153/TO/GO, trecho de 624,8 km entre o entroncamento do BR-060 em Anápolis, no estado de Goiás, e o entroncamento com a TO-070 (Oeste) em Aliança do Tocantins, ate 30 de outubro de 2044. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 11 de setembro de 2014 por meio da Resolução nº 4.409, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) emitiu, em favor da Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 S.A. o Ato de Outorga da Rodovia BR-153/TO/GO e autorizou a assinatura do respectivo Contrato de Concessão, nos prazos e condições estabelecidos no Edital nº 01/2014, o que veio a ocorrer em 12 de setembro 2014. Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 30 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. **2. Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2018. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 6. **3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Estas informações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de Estimativas e Julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis a Administração Utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resulte em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 (g) - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1). **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações pelo valor justo significativas. Esta equipe. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **5. Base de Mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico. **6. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais. **a. Receita operacional: (i) Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pelo valor justo da contraprestação ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis a este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas de despesas financeiras da Companhia compreendem: • juros sobre aplicações financeiras; • juros sobre atualização de impostos a recuperar; • tarifas bancárias; e • despesas com juros sobre financiamentos. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **c. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construída de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Operações com o pessoal-chave da administração:** *Remuneração de pessoal-chave da administração:* Os diretores são as pessoas-chave que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Empresa. No período findo em 31 de dezembro de 2017 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, seguridade médica, entre outros), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações. *Benefícios a empregados:* Os principais benefícios oferecidos aos seus empregados são: plano de saúde, plano de assistência médica. **(ii) Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolsamento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. A Companhia não possui benefícios de aposentadoria. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente ativo e passivo são compensados se algumas criterios forem atendidos. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas de imposto esperadas de diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se algumas critérios forem atendidos. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** A Companhia considera como ativo imobilizado, bens móveis e imóveis que estão em seu poder e podem ser a qualquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente de acordo com o contrato. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para diminuir o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Computadores e periféricos	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **a. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **(i) Contratos de concessão de serviço:** A infraestrutura, obras de melhoria e melhorias (ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão prevê apenas a operação pelo poder sesses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do escopo desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção) e administrando (atuando para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração pelo seu trabalho é recebe concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direto sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura de obras de melhoria em troca de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos ativos não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falhas em atingir os níveis especificados de eficiência ou retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. **(ii) Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. **(iii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. **(iv) Amortização:** Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A amortização geralmente é reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **b. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida emitidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirarem, ou quando a Companhia transfere os direitos aos recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substantivamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia baixa um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores reconhecidos e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros são classificados como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou for assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo líquido dos ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo histórico acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. *Caixa e equivalentes de caixa:* Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, líquidas de saldos bancários a saque para integrarem a gestão de caixa da Companhia. *Concessão:* A Companhia reconhece um ativo financeiro e/ou intangível de acordo com a natureza da exploração da rodovia quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços prestados. Tais ativos financeiros são classificados como "empréstimos e recebíveis" no momento inicial. **(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo líquido deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **(iv) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de qualquer benefício fiscal. **c. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): (i) Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidências objetivas de que ativos financeiros sofreram perda de valor incluem: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais; • indicações de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que são os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda por redução ao valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa em uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados para seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e foram alocadas na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor tivesse sido reconhecida. **d. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **(i) Provisão de manutenção - contratos de construção:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível de serviço especificado ou recuperar a infraestrutura antes do final da especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são reconhecidas como provisões pelas melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as inter-

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

	12/2017	12/2016
Resultado do Exercício	(4.338)	(36.715)
Baixas ativo imobilizado	752	-
Depreciação e Amortização	61	3.188
	(3.525)	(33.527)
Aumento (Redução) dos ativos operacionais		
Clientes	(77)	(3)
Estoque	573	110
Despesas Antecipadas	23	1.643
Adiantamento a Terceiros	5.055	(8)
Outros Créditos	310	29
	5.884	1.825
Aumento (Redução) do passivos operacionais		
Fornecedores	(4.776)	3.713
Obrigações Trabalhistas	(185)	(193)
Tributos a Recolher	(33)	(40)
Outras Contas a Pagar	88	20.538
	(4.906)	24.018
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(2.547)	(7.684)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	-	-
Intangível	9.967	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	7.420	(7.684)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos/Pagamento Juros	(10.440)	(1.151)
Partes Relacionadas	3.015	8.835
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(7.425)	7.684
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	5
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	-	5
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	(5)	-

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	-	5
	-	5

8. Adiantamento a Terceiros

	2017	2016
Galvão Engenharia S A	80	80
Outros	3	8
	83	5.058

9. Imobilizado

	2017	2016	%
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Taxas anuais de depreciação
Equipamento de Campo	440	440	-
Veículos	-	752	20 a 25
Máquinas e equipamentos	54	17	37
Computadores e periféricos	256	161	95
Máquinas e equipamentos	26	18	10 a 20
Benfeitorias Prop. Terceiros	15	11	12
	791	190	601
	1.414		

	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Máquinas e Equipamentos	Benfeitorias Imóveis de Terceiros	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	54	256	26	15	2.102
Baixas	-	-	-	-	(1.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	54	256	26	15	791
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11	116	3	1	688
Baixas	6	51	3	1	61
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17	167	6	2	(559)
Imobilizado Líquido					
Líquido em 31 de dezembro de 2016	43	146	21	12	1.414
Líquido em 31 de dezembro de 2017	37	95	18	11	601

10. Intangível

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de amortização
Software	138	91	47	2.600	20 a 25
Operações em Rodovias	4.384	1.784	2.600	9.484	4
Sinalização e Outras Impl.					
Cx da Rodovia	151	89	62	279	4
Intangível em Andamento	158.834		158.834	161.672	
	163.507	1.964	161.543	171.510	

	Software	Operações em Rodovias	Sinalização e Outras Operações	Intangível em Curso/ Andamento	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	138	15.150	470	161.672	177.430
Baixas	-	(10.766)	(319)	(2.838)	(13.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	138	4.384	151	158.834	163.507
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	63	5.666	191	-	5.920
Amortização	28	(3.882)	(102)	-	(3.956)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	91	1.784	89	-	1.964

	Software	Operações em Rodovias	Sinalização e Outras Operações	Intangível em Curso/ Andamento	Total
Imobilizado Líquido					
Líquido em 31 de dezembro de 2016	75	9.484	279	161.672	171.510
Líquido em 31 de dezembro de 2017	47	2.600	62	158.834	161.543

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na ocorrência do fato gerador ao final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica demonstrada como "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado. (a) As obras iniciais são obrigações assumidas pela Companhia na assinatura do contrato de concessão, sendo que as mesmas são todas das obras serão reconhecidos no momento da efetiva realização dos serviços. **11. Empréstimos e Financiamentos:** Esta nota explicativa fornece informações com relação aos termos contratuais, reconhecimento dos juros, mensurado pelo custo amortizado.

Operação	Taxa de Juros (% a.a.)	Indexador	Vencimento	2017	2016
CDC	10,83 e 14,00%	TJLP	2018	-	1.258
Finame-BNDES (i)	6,00%	TJLP	2020	-	6.890
Leasing	2,43% e 2,45%	CDI	2019	-	2.292
				-	10.440
Passivo Circulante				**-**	**4.183**
Passivo Não Circulante				**-**	**6.257**

(i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio da instituição financeira na modalidade FINAME para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os equipamentos financiados, fiança mandado de busca e apreensão de bens dos quais mantinham empréstimos e os mesmos foram baixados em contrapartida dos ativos apreendidos em seu poder.

12. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores Nacionais	12.334	11.457
Direitos Submpetreiros	41.047	46.325
	53.381	58.157

13. Partes Relacionadas: Controladora: Em 31 de dezembro de 2017, 100% das ações da Companhia pertencem à Galvão Participações S/A, que detém o controle da Companhia, onde essas demonstrações financeiras serão contemplados.

	2017	2016
Galvão Engenharia S.A.	-	116
Galvão Participações S.A.	21.568	18.437
	21.568	18.553
Passivo Circulante	**-**	**116**
Passivo Não Circulante	**21.568**	**18.437**

O montante referente às Partes Relacionadas oriundo da Galvão Engenharia S.A. e Galvão Participações S.A. eram recursos destinados a manter a atividade operacional da Concessionária de Rodovias Galvão BR-153, devido ao fato de Companhia não gerar geração recursos que a torne autossuficiente em suas atividades normais.

14. Outras Contas a Pagar

	2017	2016
(a) Auto de Infração Agência Nacional Transporte Terrestre	16.903	17.524
(b) Outras contas a pagar	15.453	19.743
	32.373	32.286

(a) Este montante corresponde ao valor acumulado das parcelas mensais não pagas pela concessionária à ANTT, de fevereiro de 2014 até julho de 2017, a título de taxa de fiscalização de contrato de outorga da Rodovia do Concessão. (b) Conforme elencado na nota explicativa nº 24 as demonstrações contábeis da Companhia foi autuada pela ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre) por descumprimento do contrato de concessão da BR-153. **15. Provisão para Contingências:** As contingências passivas não reconhecidas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são: Trabalhistas: Os processos perdas assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 30 milhões, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **16. Patrimônio Líquido:** Em 31 de dezembro de 2017 o capital social subscrito da Companhia é de R$ 221.000, sendo R$ 155.000 integralizado, e está representado por 221.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à Galvão Participações S/A.

	Participação %	Capital Integralizado	Capital a Integralizar	Total das Ações
Galvão

BANCO DA CHINA BRASIL S.A.

CNPJ nº 10.690.848/0001-43

Avenida Paulista, 901 - 14º andar - CEP 01311-100 - Bela Vista - São Paulo -SP

ouvidoria@boc-brazil.com 0800-940-8505

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

I - Cenário econômico: O PIB do Brasil cresceu 1% em 2017 indicando uma importante reversão na trajetória econômica de pois após 2 anos de forte recessão. Na administração das finanças públicas e na gestão do déficit pública, o governo apresenta a PEC do Teto dos Gastos Públicos focando em limitar o crescimento das despesas públicas que sigam apenas no passado recente, indicando uma possível estabilização da dívida pública em patamar administrável. Com a inflação em queda, a taxa de juros SELIC (anual) se encontra em trajetória de queda gradual em 2017, com efeito positivo no consumo e nos investimentos. Com a melhora do crédito externo, os índices de empréstimos começaram a reagir, evidenciando primeiras evoluções após longo período de queda. A aprovação da reforma trabalhista foi um importante marco a medida que estabelecemos maior flexibilidade e maior segurança jurídica nas relações de trabalho entre empregados e empregadores, facilitando, deste modo, maior expansão do emprego formal. Outras medidas foram tomadas para melhorar o ambiente de negócios e no processo de recuperação. A economia teve um bom desempenho no início de 2017 graças ao forte crescimento do setor agropecuária. A desaceleração deste setor no restante do ano foi compensada pelo crescimento de consumo das famílias, decorrente, em parte, da liberação de FGTS ativos, e de bens mais intensa, pela queda da inflação e da taxa de juros. A reforma da Previdência, no entanto, foi postergada para o início de 2018, devido a questões políticas e sociais. Essa política econômica se manteve mesmo com 3/08 votos na câmara dos deputados para aprovação da PEC da Previdência. Juntamente com a PEC do Teto do Gasto Público, a reforma da Previdência tem como objetivo estabelecer e viabilizar para conter a dívida pública em patamares administráveis no médio e longo prazo. Por ser uma PEC extremamente sensível aos muitos interesses envolvidos, as discussões foram tensas, intensas, e com pesada resistência. As tensões políticas ocorridas em 2017 tem colocado dificuldades à sua aprovação, sendo que as dificuldades de aprovação em 2018 vão de encontro a uma importância ao indicar uma vontade das instituições em aprovar uma reforma da Previdência ainda que parcial, que indique um caminho para as reformas estabilizarem a dívida pública em patamares administráveis. Os poucos vão confirmando sua disposição em melhorar o ambiente macroeconômico e, consequentemente, criar condições necessárias para que o empresário entaça mais confiante e volte a investir. São medidas essenciais para estabilizar a dívida pública, garantir a solvência do Estado, criar condições para a retomada do crescimento econômica e bons consistentes. Como resultado da política econômica em curso e a percepção da evolução da dívida/PIB em patamares sustentáveis, a atividade econômica cresceu 1% em 2017, com melhora da geração de consumo das famílias e a volta gradual de investimentos. A queda da inflação financeira a renda real das trabalhadores, que em conjunto com a melhora no mercado de trabalho têm resultado na maior disposição de consumo das famílias. Com uma trajetória de queda ininterrompida, a taxa de juros básica (SELIC) reduziu para 7% em 2017, favorecendo as empresas com menor encargo sobre o endividamento financeiro, e aumentando o seu dispêndio de investimento. Os investidores demonstraram certa estabilidade e expectativa de crescimento esperado para 2018. Além disso, menores taxas de juros significam maiores taxas de retorno de investimentos, o que tende a intensificar a sua demanda. Com a expansão da demanda agregada, a economia brasileira projeta um crescimento mais vigoroso para 2018, entre 0 e 3%. Porém, está expandido deve ser acompanhado por volatilidade nos mercados bem em função das dúvidas sobre o quórum fiscal e das incertezas que cercam as eleições para eleições de 2018. Apesar dos obstáculos e desafios no cenário fiscal e da maior volatilidade esperada para 2018, o Brasil sem dúvida está no caminho da recuperação. A eleição de um presidente que dê continuidade às reformas iniciadas neste governo abre caminho para um crescimento sustentado, de forma mais pujante, com um ambiente para 2018, porém para um intervalo de 4 a 5 anos. O ter outro extenso ter um bom desempenho em 2017 com um superávit de US$ 67,00 bilhões na balança comercial. Este foi o melhor resultado da série histórica iniciada em 1989, com as exportações atingindo o montante de US$ 217,75 bilhões, com crescimento de 18,5%, e importações de US$ 150,74 bilhões, com aumento de 10,5% em relação a 2016. O resultado alcançado foi decorrente de novos acordos comerciais, também favorável e um esforço para conquista de novos clientes. O resultado contou com a contribuição das vendas recordes de petróleo (+66,4%) e de automóveis (+43,9%). No setor automobilístico, a força demandada interna ainda não se recuperou, mas a demanda externa compensou, principalmente para países da América Latina, onde produtos nacionais têm forte competitividade. Entretanto, os itens de maior participação na pauta de exportações continuam sendo minério de ferro (em valor) e soja (em volume), dificulta principalmente para a China, que tem demandado muito por esses produtos. Neste ano o saldo fechou o ano em US 9,8 bilhões, correspondendo a0, 48% do PIB, resultado muito melhor quando comparado ao déficit de US 25,3 bilhões de 2016 (1,6% do PIB). O IED (Investimento Estrangeiro Direto) fechou 2017 em US$ 70 bilhões, menos do que US 78 bilhões de 2016, compensando com folga os déficits em conta-corrente. A taxa de câmbio terminou o ano em R$ 3,3080, com leve acréscimo de 1,50% em relação a R$ 3,2591 de 2016, oscilando em patamares atrativos para os exportadores. Ao contrário de 2016, o preço das commodities tiveram desempenho favorável contribuindo para o superávit da Balança Comercial. Com a economia indicando crescimento em torno de 1% em 2018, a superávit da Balança Comercial deves ser menor, da ordem de US$ 50 bilhões, muito em razão do crescimento das importações que decorre do processo da retomada do crescimento econômico. Também, a superávit embutido em 2018 contingencia para expressivo aumento dos fluxos de capitais externos do país para suportar um crescimento consistente. A relativa estabilização do dólar em 2017 teve favorecido as empresas endividadas em dólar, diminuindo seus custos financeiros e facilitando suas estratégias de aquisição ao consolo de mesmo. Em paralelo, as empresas têm reforçado o controle sobre seus custos de produção durante o período de recessão de modo a preservar margens operacionais. Com estes ajustes e a economia em expansão, as empresas são sinais de que podem aumentar significativamente o investimento, mesmo com ainda ociosidade disponível para investimentos. Mesmo com a instabilidade política relativa às incertezas da eleição presidencial atrasos nas reformas estruturais, a economia brasileira deve crescer significativamente em 2018 revertendo dois anos de forte recessão. A inflação oficial medida pelo IPCA terminou o ano em 2,95%, abaixo do piso da meta de 3% pela primeira vez. Foi uma queda expressiva em relação ao índice de 6,29% de 2017. A taxa foi a menor desde 1998, com efeito positivo no poder de compra da população e na redução do custo financeiro da atividade econômica. Em 2017 a estratégia anti-inflacionária monitora ser mais uma vez eficaz baseada na ancoragem das expectativas a partir de 2016 e centrada no regime de metas para a inflação. Ainda que o IPCA tenha ficado em torno da meta, o ano foi marcado por uma aceleração acima da meta de 2016 e 2017. Como resultante, o item alimentação na composição do IPCA teve um comportamento altíssimamente benigno graças a uma super safra que fez os alimentos registrarem deflação no Plano Real. Contribuindo, também, para a redução do preço do gasolina foi a queda do preço do barril do petróleo. Em 2018, ainda, o preço do barril do petróleo, também, é esperada uma certa retração na safra, levando a uma pressão moderada sobre os preços agrícolas. O crescimento econômico em 2018 e com a demanda em alta, do que será pressionar a taxa de inflação, revertendo a tendência de queda dos últimos meses e terminar o ano em torno de 4,20% a.a. Com a queda acelerada dos índices nos últimos meses, o Banco Central pode reduzir mais rapidamente a taxa básica de juros da economia, que fechou o ano em 7% ao ano. As taxas de juros historicamente baixas devendo contribuir para um crescimento mais acelerado em 2018. A indústria teve um crescimento de 2,5% em 2017, melhor do que o desempenho de 2016 quando registrou queda de 6,4%. Ainda, o setor industrial, para países da América Latina, a indústria consegue reagir e reverter uma queda de 6,4% do ano anterior, alterando o quadro de estagnação dos últimos anos. A recuperação da indústria, porém, continua lenta em decorrência da baixa produtividade do setor industrial e da intensa concorrência de produtos importados. O setor se recente da falta de uma política industrial eficaz para mudar o quadro de estagnação em ambiente de acirrada competição no mercados globais. A prosperidade da indústria depende, a médio e longo prazo, da retomada de investimentos em máquinas e equipamentos, infraestrutura, e fortalecimento da mão de obra local. Para superar as limitações da produtividade, o governo está patrocinando medidas de estímulo à modernização, que pode resultar na melhoria da eficiência operacional. Para um país que busca um salto no processo de desenvolvimento econômico é fundamental ter uma indústria forte e dinâmica e que possa gerar exportações competitivas com produtos de melhor qualidade. A competição contínua interna no mercado global e as melhorias nos processos de fabricação são fatores que determinam sucesso e resultam na elevação do PIB potencial. Investimentos na expansão para melhorias da infraestrutura logística constituem pré-requisitos para a ampliação da produtividade juntamente com melhorias na educação, qualidade da mão de obra e ambiente de negócios. No longo prazo, entes fatores serão de vital importância para atingir níveis de excelência nos diversos contextos econômicos. Os efeitos destas políticas, se bem conduzidas, surgirão ao longo prazo, com aumento nos índices de produtividade, PIB potencial e crescimento econômico. No curto prazo, estas mudanças são vistem com as empresas focando na redução de custos, melhoria de produtos e aumento de eficiência. Neste cenário, as empresas locais têm interessado em investimentos produtivos em 2017 a demanda por capacidade ociosa tem diminuído e conta da recuperação econômica. A demanda de máquinas e equipamentos tem crescido e, a partir de uma base de comparação baixíssima, o crescimento do setor de capital flua com recorde acesso. Não obstante, o setor de agronegócio compensaso o fraco desempenho da indústria na evolução do PIB nacional, principalmente em anos de safras recordes e preços em alta de commodities no mercado internacional. O setor teve safra recorde em 2017, contribuindo tanto para a redução dos preços de alimentos quanto para exportações recordes, ajudando também por preços em alta das commodities. Para 2018, a projeção aponta para uma safra menor, com preços das commodities e taxas de câmbio internacionais mais estáveis, mas ainda bastante favoráveis para os produtores. A exemplo de 2017, as exportações serão canal importante de escoamento da produção industrial, e, em conjunto com o consumo em ascenção, deverão contribuir para a expansão do PIB em torno de 3%. O consumo interno recuperação em 2017 em função da queda na inflação, juros baixos e saques diversos de melhoria no mercado de trabalho. Este cenário deverá continuar em 2018 com impactos positivos no crescimento econômico na medida em que mais trabalhadores sejam empregados e a renda real aumente, contribuindo para melhoria do ambiente econômico sobretudo através de parcerias do setor público e privado nos projetos de concessão nas áreas ferroviárias, ferroviária, aeroportuária e energia. Outro ponto importante a ser considerado em 2017 com intensa participação do capital externo através de outorga de concessão ou aquisição de participação acionária em empresas locais que já atuam nestes setores. Este processo deve continuar com força em 2018 com inúmeras oportunidades de investimento em concessões e parcerias entre estatais, empresas privadas e fundos de investimento, trazendo melhor contribuindo para o aumento de competitividade dos produtos nacionais nos mercados globais.

II - Estratégia de atuação: O Banco da China Brasil S.A. ("Banco") é uma subsidiária integral do Bank of China Limited, com sede em São Paulo/SP, e tem como estratégia de atuação focar em operações de comércio exterior e financiamento de capital de giro, visando a melhoria da eficiência econômica e bons consistentes. Como resultado da política econômica em curso e a percepção da evolução da dívida/PIB em patamares sustentáveis, a atividade econômica cresceu 1% em 2017, com melhora da geração de consumo das famílias e a volta gradual de investimentos. A queda da inflação financeira a renda real das trabalhadores, que em conjunto com a melhora no mercado de trabalho têm resultado na maior disposição de consumo das famílias. Com uma trajetória de queda ininterrompida, a taxa de juros básica (SELIC) reduziu para 7% em 2017, favorecendo as empresas com menor encargo sobre o endividamento financeiro, e aumentando o seu dispêndio de investimento. Os investidores demonstraram certa estabilidade e expectativa de crescimento esperado para 2018. Além disso, menores taxas de juros significam maiores taxas de retorno de investimentos, o que tende a intensificar a sua demanda. Com a expansão da demanda agregada, a economia brasileira projeta um crescimento mais vigoroso para 2018, entre 0 e 3%. Porém, está expandido deve ser acompanhado por volatilidade nos mercados bem em função das dúvidas sobre o quórum fiscal e das incertezas que cercam as eleições para eleições de 2018. Apesar dos obstáculos e desafios no cenário fiscal e da maior volatilidade esperada para 2018, o Brasil sem dúvida está no caminho da recuperação. A eleição de um presidente que dê continuidade às reformas iniciadas neste governo abre caminho para um crescimento sustentado, de forma mais pujante, com um ambiente para 2018, porém para um intervalo de 4 a 5 anos. O ter outro extenso ter um bom desempenho em 2017 com um superávit de US$ 67,00 bilhões na balança comercial. Este foi o melhor resultado da série histórica iniciada em 1989, com as exportações atingindo o montante de US$ 217,75 bilhões, com crescimento de 18,5%, e importações de US$ 150,74 bilhões, com aumento de 10,5% em relação a 2016. O resultado alcançado foi decorrente de novos acordos comerciais, também favorável e um esforço para conquista de novos clientes. O resultado contou com a contribuição das vendas recordes de petróleo (+66,4%) e de automóveis (+43,9%). No setor automobilístico, a força demandada interna ainda não se recuperou, mas a demanda externa compensou, principalmente para países da América Latina, onde produtos nacionais têm forte competitividade. Entretanto, os itens de maior participação na pauta de exportações continuam sendo minério de ferro (em valor) e soja (em volume), dificulta principalmente para a China, que tem demandado muito por esses produtos. Neste ano o saldo fechou o ano em US 9,8 bilhões, correspondendo a0, 48% do PIB, resultado muito melhor quando comparado ao déficit de US 25,3 bilhões de 2016 (1,6% do PIB). O IED (Investimento Estrangeiro Direto) fechou 2017 em US$ 70 bilhões, menos do que US 78 bilhões de 2016, compensando com folga os déficits em conta-corrente. A taxa de câmbio terminou o ano em R$ 3,3080, com leve acréscimo de 1,50% em relação a R$ 3,2591 de 2016, oscilando em patamares atrativos para os exportadores. Ao contrário de 2016, o preço das commodities tiveram desempenho favorável contribuindo para o superávit da Balança Comercial. Com a economia indicando crescimento em torno de 1% em 2018, a superávit da Balança Comercial deves ser menor, da ordem de US$ 50 bilhões, muito em razão do crescimento das importações que decorre do processo da retomada do crescimento econômico. Também, a superávit embutido em 2018 contingencia para expressivo aumento dos fluxos de capitais externos do país para suportar um crescimento consistente. A relativa estabilização do dólar em 2017 teve favorecido as empresas endividadas em dólar, diminuindo seus custos financeiros e facilitando suas estratégias de aquisição ao consolo de mesmo. Em paralelo, as empresas têm reforçado o controle sobre seus custos de produção durante o período de recessão de modo a preservar margens operacionais. Com estes ajustes e a economia em expansão, as empresas são sinais de que podem aumentar significativamente o investimento, mesmo com ainda ociosidade disponível para investimentos. Mesmo com a instabilidade política relativa às incertezas da eleição presidencial atrasos nas reformas estruturais, a economia brasileira deve crescer significativamente em 2018 revertendo dois anos de forte recessão. A inflação oficial medida pelo IPCA terminou o ano em 2,95%, abaixo do piso da meta de 3% pela primeira vez. Foi uma queda expressiva em relação ao índice de 6,29% de 2017. A taxa foi a menor desde 1998, com efeito positivo no poder de compra da população e na redução do custo financeiro da atividade econômica. Em 2017 a estratégia anti-inflacionária monitora ser mais uma vez eficaz baseada na ancoragem das expectativas a partir de 2016 e centrada no regime de metas para a inflação. Ainda que o IPCA tenha ficado em torno da meta, o ano foi marcado por uma aceleração acima da meta de 2016 e 2017. Como resultante, o item alimentação na composição do IPCA teve um comportamento altíssimamente benigno graças a uma super safra que fez os alimentos registrarem deflação no Plano Real. Contribuindo, também, para a redução do preço do gasolina foi a queda do preço do barril do petróleo. Em 2018, também, é esperada uma certa retração na safra, levando a uma pressão moderada sobre os preços agrícolas. O crescimento econômico em 2018 e com a demanda em alta, do que será pressionar a taxa de inflação, revertendo a tendência de queda dos últimos meses e terminar o ano em torno de 4,20% a.a. Com a queda acelerada dos índices nos últimos meses, o Banco Central pode reduzir mais rapidamente a taxa básica de juros da economia, que fechou o ano em 7% ao ano. As taxas de juros historicamente baixas devendo contribuir para um crescimento mais acelerado em 2018. A indústria teve um crescimento de 2,5% em 2017, melhor do que o desempenho de 2016 quando registrou queda de 6,4%. Ainda, o setor industrial, para países da América Latina, a indústria consegue reagir e reverter uma queda de 6,4% do ano anterior, alterando o quadro de estagnação dos últimos anos. A recuperação da indústria, porém, continua lenta em decorrência da baixa produtividade do setor industrial e da intensa concorrência de produtos importados. O setor se recente da falta de uma política industrial eficaz para mudar o quadro de estagnação em ambiente de acirrada competição no mercados globais. A prosperidade da indústria depende, a médio e longo prazo, da retomada de investimentos em máquinas e equipamentos, infraestrutura, e fortalecimento da mão de obra local. Para superar as limitações da produtividade, o governo está patrocinando medidas de estímulo à modernização, que pode resultar na melhoria da eficiência operacional. Para um país que busca um salto no processo de desenvolvimento econômico é fundamental ter uma indústria forte e dinâmica e que possa gerar exportações competitivas com produtos de melhor qualidade. A competição contínua interna no mercado global e as melhorias nos processos de fabricação são fatores que determinam sucesso e resultam na elevação do PIB potencial. Investimentos na expansão para melhorias da infraestrutura logística constituem pré-requisitos para a ampliação da produtividade juntamente com melhorias na educação, qualidade da mão de obra e ambiente de negócios. No longo prazo, entes fatores serão de vital importância para atingir níveis de excelência nos diversos contextos econômicos. Os efeitos destas políticas, se bem conduzidas, surgirão ao longo prazo, com aumento nos índices de produtividade, PIB potencial e crescimento econômico. No curto prazo, estas mudanças são vistem com as empresas focando na redução de custos, melhoria de produtos e aumento de eficiência. Neste cenário, as empresas locais têm interessado em investimentos produtivos em 2017 a demanda por capacidade ociosa tem diminuído e conta da recuperação econômica. A demanda de máquinas e equipamentos tem crescido e, a partir de uma base de comparação baixíssima, o crescimento do setor de capital flua com recorde acesso. Não obstante, o setor de agronegócio compensaso o fraco desempenho da indústria na evolução do PIB nacional, principalmente em anos de safras recordes e preços em alta de commodities no mercado internacional. O setor teve safra recorde em 2017, contribuindo tanto para a redução dos preços de alimentos quanto para exportações recordes, ajudando também por preços em alta das commodities. Para 2018, a projeção aponta para uma safra menor, com preços das commodities e taxas de câmbio internacionais mais estáveis, mas ainda bastante favoráveis para os produtores. A exemplo de 2017, as exportações serão canal importante de escoamento da produção industrial, e, em conjunto com o consumo em ascenção, deverão contribuir para a expansão do PIB em torno de 3%. O consumo interno recuperação em 2017 em função da queda na inflação, juros baixos e saques diversos de melhoria no mercado de trabalho. Este cenário deverá continuar em 2018 com impactos positivos no crescimento econômico na medida em que mais trabalhadores sejam empregados e a renda real aumente, contribuindo para melhoria do ambiente econômico sobretudo através de parcerias do setor público e privado nos projetos de concessão nas áreas ferroviárias, ferroviária, aeroportuária e energia. Outro ponto importante a ser considerado em 2017 com intensa participação do capital externo através de outorga de concessão ou aquisição de participação acionária em empresas locais que já atuam nestes setores. Este processo deve continuar com força em 2018 com inúmeras oportunidades de investimento em concessões e parcerias entre estatais, empresas privadas e fundos de investimento, trazendo melhor contribuindo para o aumento de competitividade dos produtos nacionais nos mercados globais.

III - Estratégia de atuação: O Banco da China Brasil S.A. ("Banco") é uma subsidiária integral do Bank of China Limited, com sede em São Paulo/SP, e tem como estratégia de atuação focar em operações de comércio exterior e financiamento de capital de giro, visando a melhoria da eficiência econômica e bons consistentes. Como resultado da política econômica em curso e a percepção da evolução da dívida/PIB em patamares sustentáveis, a atividade econômica cresceu 1% em 2017, com melhora da geração de consumo das famílias e a volta gradual de investimentos. A queda da inflação financeira a renda real das trabalhadores, que em conjunto com a melhora no mercado de trabalho têm resultado na maior disposição de consumo das famílias. Com uma trajetória de queda ininterrompida, a taxa de juros básica (SELIC) reduziu para 7% em 2017, favorecendo as empresas com menor encargo sobre o endividamento financeiro, e aumentando o seu dispêndio de investimento. Os investidores demonstraram certa estabilidade e expectativa de crescimento esperado para 2018. Além disso, menores taxas de juros significam maiores taxas de retorno de investimentos, o que tende a intensificar a sua demanda. Com a expansão da demanda agregada, a economia brasileira projeta um crescimento mais vigoroso para 2018, entre 0 e 3%. Porém, está expandido deve ser acompanhado por volatilidade nos mercados bem em função das dúvidas sobre o quórum fiscal e das incertezas que cercam as eleições para eleições de 2018. Apesar dos obstáculos e desafios no cenário fiscal e da maior volatilidade esperada para 2018, o Brasil sem dúvida está no caminho da recuperação. A eleição de um presidente que dê continuidade às reformas iniciadas neste governo abre caminho para um crescimento sustentado, de forma mais pujante, com um ambiente para 2018, porém para um intervalo de 4 a 5 anos. O ter outro extenso ter um bom desempenho em 2017 com um superávit de US$ 67,00 bilhões na balança comercial. Este foi o melhor resultado da série histórica iniciada em 1989, com as exportações atingindo o montante de US$ 217,75 bilhões, com crescimento de 18,5%, e importações de US$ 150,74 bilhões, com aumento de 10,5% em relação a 2016. O resultado alcançado foi decorrente de novos acordos comerciais, também favorável e um esforço para conquista de novos clientes. O resultado contou com a contribuição das vendas recordes de petróleo (+66,4%) e de automóveis (+43,9%). No setor automobilístico, a força demandada interna ainda não se recuperou, mas a demanda externa compensou, principalmente para países da América Latina, onde produtos nacionais têm forte competitividade. Entretanto, os itens de maior participação na pauta de exportações continuam sendo minério de ferro (em valor) e soja (em volume), dificulta principalmente para a China, que tem demandado muito por esses produtos. Neste ano o saldo fechou o ano em US 9,8 bilhões, correspondendo a0, 48% do PIB, resultado muito melhor quando comparado ao déficit de US 25,3 bilhões de 2016 (1,6% do PIB). O IED (Investimento Estrangeiro Direto) fechou 2017 em US$ 70 bilhões, menos do que US 78 bilhões de 2016, compensando com folga os déficits em conta-corrente. A taxa de câmbio terminou o ano em R$ 3,3080, com leve acréscimo de 1,50% em relação a R$ 3,2591 de 2016, oscilando em patamares atrativos para os exportadores. Ao contrário de 2016, o preço das commodities tiveram desempenho favorável contribuindo para o superávit da Balança Comercial. Com a economia indicando crescimento em torno de 1% em 2018, a superávit da Balança Comercial deves ser menor, da ordem de US$ 50 bilhões, muito em razão do crescimento das importações que decorre do processo da retomada do crescimento econômico. Também, a superávit embutido em 2018 contingencia para expressivo aumento dos fluxos de capitais externos do país para suportar um crescimento consistente. A relativa estabilização do dólar em 2017 teve favorecido as empresas endividadas em dólar, diminuindo seus custos financeiros e facilitando suas estratégias de aquisição ao consolo de mesmo. Em paralelo, as empresas têm reforçado o controle sobre seus custos de produção durante o período de recessão de modo a preservar margens operacionais. Com estes ajustes e a economia em expansão, as empresas são sinais de que podem aumentar significativamente o investimento, mesmo com ainda ociosidade disponível para investimentos. Mesmo com a instabilidade política relativa às incertezas da eleição presidencial atrasos nas reformas estruturais, a economia brasileira deve crescer significativamente em 2018 revertendo dois anos de forte recessão. A inflação oficial medida pelo IPCA terminou o ano em 2,95%, abaixo do piso da meta de 3% pela primeira vez. Foi uma queda expressiva em relação ao índice de 6,29% de 2017. A taxa foi a menor desde 1998, com efeito positivo no poder de compra da população e na redução do custo financeiro da atividade econômica. Em 2017 a estratégia anti-inflacionária monitora ser mais uma vez eficaz baseada na ancoragem das expectativas a partir de 2016 e centrada no regime de metas para a inflação. Ainda que o IPCA tenha ficado em torno da meta, o ano foi marcado por uma aceleração acima da meta de 2016 e 2017. Como resultante, o item alimentação na composição do IPCA teve um comportamento altíssimamente benigno graças a uma super safra que fez os alimentos registrarem deflação no Plano Real. Contribuindo, também, para a redução do preço do gasolina foi a queda do preço do barril do petróleo. Em 2018, também, é esperada uma certa retração na safra, levando a uma pressão moderada sobre os preços agrícolas. O crescimento econômico em 2018 e com a demanda em alta, do que será pressionar a taxa de inflação, revertendo a tendência de queda dos últimos meses e terminar o ano em torno de 4,20% a.a. Com a queda acelerada dos índices nos últimos meses, o Banco Central pode reduzir mais rapidamente a taxa básica de juros da economia, que fechou o ano em 7% ao ano. As taxas de juros historicamente baixas devendo contribuir para um crescimento mais acelerado em 2018. A indústria teve um crescimento de 2,5% em 2017, melhor do que o desempenho de 2016 quando registrou queda de 6,4%. Ainda, o setor industrial, para países da América Latina, a indústria consegue reagir e reverter uma queda de 6,4% do ano anterior, alterando o quadro de estagnação dos últimos anos. A recuperação da indústria, porém, continua lenta em decorrência da baixa produtividade do setor industrial e da intensa concorrência de produtos importados. O setor se recente da falta de uma política industrial eficaz para mudar o quadro de estagnação em ambiente de acirrada competição no mercados globais. A prosperidade da indústria depende, a médio e longo prazo, da retomada de investimentos em máquinas e equipamentos, infraestrutura, e fortalecimento da mão de obra local. Para superar as limitações da produtividade, o governo está patrocinando medidas de estímulo à modernização, que pode resultar na melhoria da eficiência operacional. Para um país que busca um salto no processo de desenvolvimento econômico é fundamental ter uma indústria forte e dinâmica e que possa gerar exportações competitivas com produtos de melhor qualidade. A competição contínua interna no mercado global e as melhorias nos processos de fabricação são fatores que determinam sucesso e resultam na elevação do PIB potencial. Investimentos na expansão para melhorias da infraestrutura logística constituem pré-requisitos para a ampliação da produtividade juntamente com melhorias na educação, qualidade da mão de obra e ambiente de negócios. No longo prazo, entes fatores serão de vital importância para atingir níveis de excelência nos diversos contextos econômicos. Os efeitos destas políticas, se bem conduzidas, surgirão ao longo prazo, com aumento nos índices de

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		**448.986**	**804.954**
Disponibilidade	4	**18.137**	**5.074**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	**180.093**	**370.765**
Aplicações em Operações Compromissadas		121.838	370.765
Aplicações em Moedas Estrangeiras		58.255	–
T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos		**53.573**	**1.411**
Carteira Própria		53.573	–
Instrumentos Financeiros Derivativos		–	1.411
Relações Interfinanceiras	13	**705**	**582**
Créditos Vinculados		705	582
Operações de Crédito	7	**150.669**	**212.762**
Setor Privado		153.565	218.519
(-) Provisão para Créditos e Liquidação Duvidosa		(2.896)	(5.757)
Outros Créditos		**45.799**	**214.354**
Carteira de Câmbio	7 e 8	43.879	236.374
Diversos	9a	2.066	(20.018)
(-) Provisão para Outros Créditos		(146)	(27.180)
Outros Valores e Bens		**10**	**8**
Despesas Antecipadas		10	8
Realizável a Longo Prazo		**126.302**	**309.939**
T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**77.318**	**182.480**
Carteira Própria		77.318	182.480
Operações de Crédito	7	**25.919**	**127.092**
Setor Privado		26.049	127.731
(-) Provisão para Créditos e Liquidação Duvidosa		(130)	(639)
Outros Créditos	7 e 8	**23.065**	**367**
Carteira de Câmbio		22.722	–
Diversos	9b	360	367
(-) Provisão para Outros Créditos		(9.817)	–
Permanente		**3.760**	**6.068**
Investimento		**9**	**9**
Outros Investimentos		9	9
Imobilizado de Uso		**3.951**	**6.059**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso		5.190	9.593
Outras Imobilizações de Uso		1.600	1.323
(-) Depreciações Acumuladas		(2.839)	(5.114)
Total do Ativo		**579.248**	**1.120.961**

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		**378.800**	**904.954**
Depósitos	11	**309.615**	**489.283**
Depósitos à Vista		54.778	21.913
Depósitos a Prazo		253.702	467.001
Depósitos em Moeda Estrangeira		1.735	369
Captações no Mercado Aberto	11	**16.467**	**17.045**
Recursos em Trânsito de Terceiros		16.457	17.045
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	**15.113**	**373.170**
Empréstimos no Exterior		15.113	373.170
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	–	**9.834**
Instrumentos Financeiros Derivativos		–	9.834
Outras Obrigações		**28.815**	**20.632**
Dividendos a Pagar		28.815	20.632
Exigível a Longo Prazo		**8**	**8**
Tributos Diferidos	8	21.044	6.784
Fiscais e Previdenciárias	15a	3.852	9.908
Dívida Subordinada Elegível a Capital	15b	1.731	1.604
Diversas	15c	1.655	2.302
Resultados de Exercícios Futuros		**228**	**136**
Rendas Antecipadas		228	136
Patrimônio Líquido	17	**109.633**	**112.900**
Capital			
De Domiciliados no Exterior		242.225	242.225
Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.330	2.551
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(134.922)	(131.876)
Total do Passivo		**579.248**	**1.120.961**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucro					
	Capital Realizado	Reserva Legal	Reserva Lucro	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro Líquido/Prejuízo do Período	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**242.225**	–	–	**(3.868)**	**(116.225)**	**122.132**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	–	–	–	**6.419**	–	**6.419**
Prejuízo do Exercício	–	–	–	–	(15.651)	(15.651)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**242.225**	–	–	**2.551**	**(131.876)**	**112.900**
Mutações do Exercício	–	–	–	**6.419**	**(15.651)**	**(9.232)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**242.225**	–	–	**2.551**	**(131.876)**	**112.900**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	–	–	–	(221)	–	(221)
Prejuízo do Exercício	–	–	–	–	(3.046)	(3.046)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**242.225**	–	–	**2.330**	**(134.922)**	**109.633**
Mutações do Exercício	–	–	–	**(221)**	**(3.046)**	**(3.267)**
Saldo em 01 de Julho de 2017	**242.225**	–	–	**2.493**	**(136.706)**	**108.012**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	–	–	–	(163)	–	(163)
Lucro Líquido do Semestre	–	–	–	–	1.784	1.784
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**242.225**	–	–	**2.330**	**(134.922)**	**109.633**
Mutações do Semestre	–	–	–	**(163)**	**1.784**	**1.621**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto pelo lucro líquido / prejuízo básico e diluído por ação)

		2º Semestre		Exercício	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita da Intermediação Financeira		**38.528**	**58.121**	**208.749**	
Operações de Crédito	7	10.552	30.324	67.497	
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	6a	14.405	47.827	64.407	
Resultado de Câmbio	8	7.571	14.970	76.765	
Despesas da intermediação Financeira		**(12.067)**	**(55.585)**	**(180.887)**	
Captações no Mercado	11	(10.374)	(33.301)	(37.477)	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	8.144	(4.180)	3.287	
Instrumentos Financeiros Derivativos		(10.878)	(15.569)	(127.338)	
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	7	1.041	(2.535)	(19.359)	
Resultado da intermediação Financeira		**20.461**	**37.536**	**27.862**	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(17.726)**	**(35.243)**	**(37.266)**	
Receitas de Prestação de Serviços	18	32	265	77	
Despesas de Pessoal	19	(10.734)	(21.615)	(20.041)	
Outras Despesas Administrativas	19	(5.494)	(10.708)	(34.607)	
Despesas Tributárias	21	(1.477)	(2.894)	(3.574)	
Outras Receitas Operacionais	21	523	709	2.191	
Outras Despesas Operacionais	19	(596)	(997)	(1.312)	
Resultado Operacional		**2.735**	**2.293**	**(9.404)**	
Resultado não Operacional	22	**(233)**	**(3.858)**	**(1)**	
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		**2.502**	**(1.565)**	**(9.405)**	
Imposto de Renda e Contribuição Social	23	**(718)**	**(1.481)**	**(6.246)**	
Provisão para Impostos de Renda		(388)	(812)	(3.459)	
Previsão para Contribuição Social		(330)	(669)	(2.787)	
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício / Período		**1.784**	**(3.046)**	**(15.651)**	
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)					
Lucro Líquido (Prejuízo) após PLR		**1.784**	**(3.046)**	**(15.651)**	
Número de Ações Integralizadas		**242.225**	**242.225**	**242.225**	
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação		**0,01**	**(0,01)**	**(0,06)**	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DE

BANCO DA CHINA BRASIL S.A.

BANK OF CHINA

CNPJ nº 10.690.848/0001-43
Avenida Paulista, 901 - 14º andar - CEP 01311-100 - Bela Vista - São Paulo -SP
ouvidoria@boc-brazil.com 0800-940-8505

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado)

Nível de risco

	AA	A	B	D	E	H	Total 2016
Empréstimos e títulos descontados	68.228	44.733	43.326	–	25.372	181.659	
Financiamentos	–	139.553	–	25.038	–	164.591	
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota 8)	–	174.958	26.325	–	32.578	16.268	250.129
Operações com característica de concessão de crédito	**68.228**	**359.244**	**69.651**	**25.038**	**32.578**	**41.640**	**596.379**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Banco apurou receitas com operações de crédito de R$30.324, no 2º semestre/2017 - R$10.552 (R$ 2016 - R$67.497).

a) Por faixas de vencimentos e níveis de risco:

Nível de risco	AA	A	D	E	H	Total 2017
1) Operações em atraso	–	–	–	–	–	–
2) Operações em curso normal						
Até 90 dias	–	29.303	–	–	–	29.303
91 a 180 dias	5.034	24.883	–	–	–	29.917
181 a 360 dias	–	101.161	22.453	–	–	123.614
361 a 1.080 dias	–	26.048	–	32.722	–	58.770
Total	**5.034**	**181.395**	**22.453**	**32.722**	**241.604**	
Total 1+2	**5.034**	**181.395**	**22.453**	**32.722**	**241.604**	
Provisão requerida	–	**907**	**2.245**	**9.817**	**12.969**	

Nível de risco	AA	A	D	E	H	Total 2016
1) Operações em atraso	–	–	–	–	–	–
2) Operações em curso normal						
Até 90 dias	27.757	174.981	–	25.038	32.579	– 260.355
91 a 180 dias	–	23	25.763	–	– 16.268	42.054
181 a 360 dias	40.471	56.510	43.888	25.372	–	– 166.241
361 a 1.080 dias	–	127.729	–	–	–	– 127.729
Total	**68.228**	**359.243**	**69.651**	**50.410**	**32.579**	**16.268**	**596.379**
Total 1+2	**68.228**	**359.243**	**69.651**	**50.410**	**32.579**	**16.268**	**596.379**
Provisão requerida	–	**1.796**	**697**	**5.041**	**9.774**	**16.268**	**33.576**

a) Por setores de atividades:

Setor privado	31/12/2017	%	31/12/2016	%
a) Pessoa física	70	0,03	152	0,03
b) Pessoa jurídica				
Indústria e comércio				
Agronegócio	32.722	13,54	117.175	19,65
Veículos leves e pesados	–	–	40.471	6,79
Máquinas e equipamentos pesados	–	–	18.661	3,13
Indústria - Alimentos	51.275	21,22	104.305	17,49
Fertilizantes	–	–	56.473	9,47
Têxtil	22.453	9,29	25.372	4,25
Telecomunicações	5.034	2,08	9.096	1,53
Comércios - Alimentícios	26.023	10,77	27.326	4,58
Comércio - Tabaco	29.289	12,13	89.618	15,03
E-commerce	24.870	10,29	24.946	4,18
Transporte	30.503	12,63	30.881	5,18
Energia Elétrica	19.365	8,02	51.903	8,70
Total a + b	**241.604**	**100,00**	**596.379**	**100,00**

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo em 31/12/2016	Constituição/ (reversão)	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Total provisionado para operações de crédito	6.396	(3.390)	–	3.006
Total provisionado para outros créditos	27.180	5.925	(23.142)	9.963
Total	**33.576**	**2.535**	**(23.142)**	**12.969**

	Saldo em 31/12/2015	Constituição/ reversão	Baixa	Saldo em 31/12/2016
Total provisionado para operações de crédito	29.561	9.474	(32.639)	6.396
Total provisionado para outros créditos	17.295	9.885	–	27.180
Total	**46.856**	**19.359**	**(32.639)**	**33.576**

Créditos baixados para prejuízo, renegociados e recuperados: Em cumprimento ao estabelecido na Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, o Banco efetuou as seguintes operações: 1. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi baixado para prejuízo o montante de R$ 23.142 (2016 - R$ 32.639). 2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi renegociado o montante de R$ 32.113 (2016 - R$ 0) referentes operações de ACC. 3. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há valores contabilizados em créditos recuperados.

8. Carteira de câmbio:

Composição	2017 Outros créditos	2017 Outras obrigações	2016 Outros créditos	2016 Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	67.022	–	226.629	–
Câmbio vendido a liquidar	–	10.363	–	3.355
Cambiais e documentos a prazo em moeda estrangeira	172	–	88	–
Direitos sobre vendas de câmbio	10.355	–	3.380	–
Obrigações por compras de câmbio	–	70.680	–	243.869
Adiantamentos recebidos	(2.788)	–	(3.380)	–
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 7)	–	(59.999)	–	(240.444)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 7)	2.012	–	9.685	–
Totais	**76.601**	**21.044**	**236.314**	**6.784**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Banco apurou resultado positivo com câmbio de R$ 14.970, no 2º semestre/2017 resultado positivo de R$ 7.571 (2016 - resultado positivo de R$ 76.765).

9. Outros créditos diversos: a) Circulante:

	2017	2016
Impostos e contribuições a compensar	1.895	5.005
Adiantamento e antecipações salariais	172	125
Diversos	–	96
Total	**2.066**	**5.226**

b) Realizável a longo prazo:

	2017	2016
Devedores por depósitos em garantia	160	367
Total	**160**	**367**

10. Permanente:

Investimentos	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Outros investimentos	9	–	–	9
Imobilizado de uso				
Instalações	7.562	1.534	(6.065)	3.031
Móveis e equipamentos de uso	2.388	422	(652)	2.158
Sistema de comunicação	172	–	(88)	84
Sistema de processamento de dados	54	621	(45)	630
Sistema de segurança	323	196	(306)	213
Sistema de transporte	674	–	–	674
1) Sub total	**11.173**	**2.773**	**(7.156)**	**6.790**
(-) Depreciação	(3.112)	(816)	1.218	(2.710)
2) Total	**6.059**	**1.790**	**(3.898)**	**3.951**

Investimentos	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Outros investimentos	9	–	–	9
Imobilizado de uso				
Instalações	7.199	363	–	7.562
Móveis e equipamentos de uso	2.290	109	(11)	2.388
Sistema de comunicação	172	–	–	172
Sistema de processamento de dados	54	–	–	54
Sistema de segurança	323	–	–	323
Sistema de transporte	674	–	–	674
1) Sub total	**10.712**	**472**	**(11)**	**11.173**
(-) Depreciação	(3.987)	(1.136)	9	(3.114)
2) Total	**6.725**	**(664)**	**(2)**	**6.059**

11. Depósitos à vista, interfinanceiro e a prazo: Os vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total 2017
A vista não bloqueada	54.178	–	–	–	–	54.178
Não bloqueada - moeda estrangeira	1.735	–	–	–	–	1.735
A prazo não bloqueada (i)	–	30.527	59.618	110.733	52.824	253.702
Total	**55.913**	**30.527**	**59.618**	**110.733**	**52.824**	**309.615**

Depósitos	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total 2016
A vista - não bloqueada	21.913	–	–	–	–	21.913
Não bloqueada - moeda estrangeira	369	–	–	–	–	369
A prazo - não bloqueada (i)	–	22.282	32.118	30.297	49.420	355.166 467.083
Total	**22.282**	**32.118**	**30.297**	**49.420**	**355.166**	**489.283**

(i) Os depósitos a prazo, em abertto em 31 de dezembro de 2017, foram captados a uma taxa média de 92,67% do CDI (2016 - 94,39% do CDI). No balanço patrimonial os depósitos estão classificados de acordo com o seu vencimento, uma vez que são existidos com compromisso de liquidez podendo ser resgatados a qualquer tempo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Banco apurou despesas de captações no mercado R$ 33.301, no 2º semestre/2017 - R$10.374 (2016 - R$ 37.477).

12. Relações interfinanceiras: Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação: Créditos vinculados a depósitos compulsórios de Banco financeiro junto ao BACEN R$ 705 (2016 - R$ 52).

13. Relações interdependências: As receitas em trânsito de terceiros referem-se à ordem a pagamento em moeda estrangeira a liquidar no montante R$ 16.457 (2016 - R$ 17.041).

14. Obrigações por empréstimos e repasses: São representados por recursos captados em bancos no exterior, em dólar (US$), para financiamento à exportação até 360 dias do montante de R$ 15.113 (2016 - R$ 211.308) e outros recursos captados no exterior, no montante de R$ 0 (2016 - R$ 161.862), a taxa media de juros de 1,87%, linear a.a., (2016 – taxa media de juros de 1,31% linear/ano), cujos vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total 2017
Exportações até 360 dias	15.113	–	–	15.113
	15.113	–	–	**15.113**

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total 2016
Exportações até 360 dias	211.308	–	–	211.308
Obrigações em moedas estrangeira - Outras	–	–	161.862	161.862
	211.308	–	**161.862**	**373.170**

Os recursos no montante de R$ 15.113 (2016 - R$ 158.770) foram captados junto as instituições financeiras do Grupo (nota 23). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Banco apurou resultado negativo de obrigações por empréstimos e repasses de R$ 4.180, no 2º semestre/2017 resultado positivo - R$ 8.144 (2016 resultado positivo - R$ 3.287).

15. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias e diversas:

a) Fiscais e previdenciárias:

	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	737	6.243
Provisão para impostos e contribuições diferidos	1.906	2.084
Impostos sobre folha de pagamento	841	745
Impostos retidos na fonte	15	20
Outros impostos e contribuições a recolher	353	810
Total	**3.852**	**9.968**

b) Diversa:

	2017	2016
Provisão para passivos contingentes	165	208
Total	**165**	**208**

16. Resultado de exercícios futuros: As rendas antecipadas referem-se às comissões recebidas antecipadamente de funções e garantias prestadas a terceiros, no montante de R$ 228 (2016 - R$ 136).

17. Patrimônio líquido: *a) Capital social:* O capital social do Banco é de R$ 262.225 (2016 - R$ 242.225) distribuídos em 242.225.000 (2016 - 242.225.000) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00. *b) Reserva legal:* Constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *c) Prejuízos acumulados:* No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco apurou prejuízo no valor de R$ 3.846 (2016 - R$ 15.651). *d) Dividendos:* Os acionistas terão direito a dividendos obrigatórios, correspondentes de 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de um dividendo inferior ao dividendo obrigatório ou reter a totalidade do lucro líquido. No exercício não houve distribuição de dividendo.

18. Receitas de prestações de serviços:

Descrição	2º semestre 2017	2017	Exercício 2016
Rendas de outros serviços	6	219	35
Rendas de cobrança	2	3	5
Rendas de tarifas bancárias	24	43	37
Total	**32**	**265**	**77**

19. Composição de outras despesas administrativas e operacionais:

Descrição	2º semestre 2017	2017	2016
Despesas de alugueis	(1.578)	(3.388)	(6.708)
Despesas de processamento de dados	(1.993)	(3.299)	(3.844)
Despesas de manutenção e conservação	(179)	(367)	(598)
Despesas de serviços técnicos especializados	(308)	(943)	(824)
Despesas de serviço de vigilância	(167)	(273)	(722)
Despesas de viagem	(155)	(318)	(356)
Outras despesas administrativas	(335)	(599)	(648)
Despesas de promoções e relações públicas	(86)	(134)	(113)
Despesas de comunicação	(221)	(408)	(658)
Despesas de serviços de terceiros	(80)	(186)	(144)
Despesas de publicação	(9)	(86)	(86)
Despesas de transporte	(41)	(94)	(146)
Despesas de água, energia e gás	(227)	(311)	(229)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(141)	(274)	(239)
Despesas de seguros	(6)	(36)	(67)
Despesas de material	(20)	(62)	(45)
Total	**(5.494)**	**(10.768)**	**(14.607)**

Descrição	2º semestre 2017	2017	Exercício 2016
Outras despesas operacionais			
Despesas de depreciação	(582)	(983)	(1.136)
Outras despesas de provisões operacionais	(14)	(14)	(175)
Total	**(596)**	**(997)**	**(1.312)**

20. Despesas de pessoal:

Descrição	2º semestre 2017	2017	Exercício 2016
Remuneração	(6.202)	(12.687)	(11.916)
Encargos	(2.280)	(4.609)	(4.255)
Benefícios	(2.200)	(4.239)	(3.760)
Outras	(32)	(38)	(105)
Total	**(10.714)**	**(21.615)**	**(20.047)**

21. Outras receitas operacionais:

Descrição	2º semestre 2017	2017	Exercício 2016
Rendas de aplicações no exterior	310	355	83
Rendas de garantias prestadas	157	283	428
Reversão de provisão	52	56	1.319
Outras	4	17	308
Total	**523**	**709**	**2.151**

22. Resultado não operacional: A administração do Banco vamos adotar medidas de custos administrativos e aprovetando uma oportunidade de negócios, mudou o endereço de sua matriz da Rua Frei Caneca, 1332, Consolação, São Paulo - SP, para Avenida Paulista, 901 - 14º andar, Bela Vista, São Paulo - SP, com isso teve uma redução significativa no valor do aluguel e despesas de condomínio no imóvel da Rua Frei Caneca. O impacto no resultado referente a baixa dos ativos imobilizados da Rua Frei Caneca foram: i. Perda com Instalações R$ 3.459, ii. Perda com sistema de Segurança R$ 166, totalizando o montante de R$ 3.625 que foram contabilizados como resultado não operacional.

23. Imposto de renda e contribuição social:

	2017	2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(1.565)	(9.394)
Participações no lucro	–	–
Resultado antes da tributação	**(1.565)**	**(9.394)**
Diferenças temporárias	**3.820**	**29.034**
Provisão para créditos e liquidação duvidosa	2.531	19.359
Perdas com títulos e valores mobiliários	–	35
Reversão - Resultado com Instrumentos financeiros derivativos	(1.593)	12.910
Reversão - Ganho/Perda não realizado de obrigações por empréstimos e repasses	2.040	(3.410)
Provisão (Reversão) para contingências trabalhistas	(52)	164
Reversão - Provisão para Fianças e Garantias prestadas	14	(24)
Efeitos da IN - RFB nº 1154	880	–
Diferenças permanentes	**102**	**265**
Outras Adições - Despesas indedutíveis	102	265
Compensação de prejuízos fiscais	**(707)**	**(5.972)**
Prejuízos fiscais - exercícios anteriores	(707)	(5.972)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	**1.650**	**13.933**
Alíquotas de 15% para imposto de renda e adicional de 10%	**(388)**	**(3.459)**
Alíquota de 20% para contribuição social	**(330)**	**(2.787)**
Imposto de renda e contribuição social no período	**(718)**	**(6.246)**

a) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social do período	(*) 1.481	6.245
	1.481	**6.245**

(*) O valor contabilizado no período de R$ 763 refere-se a complemento do imposto de renda e contribuição social do exercício de 2016. b) Resultado de imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2017 o Banco apurou imposto de renda de R$ 1.412 (2016 - 1.490) e Contribuição social sobre o lucro líquido de R$ 249 (2016 - R$ 2.787), cujo montante de R$ 718 (2016 – R$ 5.076) já foram recolhidos durante o exercício na forma de antecipação de imposto e contribuições.

c) Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas:

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Baixa	Saldo em 31/12/2017
Ajuste a valor de mercado	4.638	1.906	(4.638)	1.906
Ativos disponíveis para venda	–	–	–	–
	4.638	**1.906**	**(4.638)**	**1.906**

d) Créditos tributários não ativados: O Banco possui créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social não contabilizados, decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa no montante de R$ 22.319 (2016 - R$ 25.613) e sobre Provisões para devedores duvidosos no montante de R$ 5.836 (2016 - R$ 15.109).

24. Partes relacionadas: As operações com partes relacionadas são realizadas em condições de mercado, com seu controlador Bank of China Limited e respectivas empresas ligadas e pessoal-chave da Administração. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos de operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são as seguintes:

Descrição	Natureza	31/12/17	31/12/16
Ativo			
Disponibilidades	Outras partes relacionadas		
Bank of China	New York Branch	17.586	4.517
Bank of China	Frankfurt Branch	69	3
Bank of China	Hong Kong	21	12
Total		**17.676**	**4.532**
Aplicação em moeda estrangeiras	Outras partes relacionadas		
Bank of China	Grand Cayman Branch	58.255	–
Câmbio comprado a liquidar	Outras partes relacionadas		
Bank of China	London Branch	277	–
Total Ativo		**76.210**	**4.532**
Passivo			
Empréstimos no exterior	Outras partes relacionadas		
Bank of China	Hong Kong	–	39.521
Bank of China	Grand Cayman Branch	15.113	119.249
Total		**15.113**	**158.770**
Câmbio vendido a liquidar	Outras partes relacionadas		
Bank of China	London Branch	276	–
Dívida Subordinada	Sociedades ligadas		
Bank of China	Beijing	100.953	99.359
Total Passivo		**116.342**	**258.129**
Receitas			
Rendas de aplicações no exterior	Outras partes relacionadas	2.218	–
Rendas de aplicação no exterior	Outras partes relacionadas	310	85
Receita de Empréstimo Vinter Cambial	Sociedade Ligadas	2.146	20.850
Total		**4.674**	**20.935**

Descrição	Natureza	31/12/17	31/12/16
Despesas			
Despesas de empréstimos	Outras partes relacionadas	(3.892)	(3.016)
	Sociedade Ligadas	(5.949)	(5.850)
Total		**(9.841)**	**(8.866)**

a) Remuneração da Administração:

Benefícios de curto prazo a administradores	2017	2016
Proventos	3.190	2.672
Encargos sociais	718	943
Total	**3.908**	**3.615**

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos próprios membros do Conselho e da Diretoria. **Outras informações:** I - Conforme legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2.º grau; **b)** Pessoas físicas ou jurídicas que participem do capital, com mais de 10%; **c)** Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, qualquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2.º grau. Dentre, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

25. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis e prováveis: Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco da China Brasil S.A. tem conhecimento de processos trabalhistas, relativos a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Esses processos foram classificados pelos assessores jurídicos do Banco com probabilidade de perda possível, no montante de R$ 158 (2016 - R$ 201). Além dos passivos contingentes classificados como perda possível, o Banco tem conhecimento de outros processos trabalhistas classificados como possível, no montante de R$ 140 (2016 – R$ 36), movidos por ex-funcionários. Tais processos visam obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Esses processos são periodicamente individualmente e a provisão constituída por processo, quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais. Em 31 de dezembro de 2017 o Banco da China Brasil S.A. tem conhecimento de processo administrativo junto a Prefeitura da Cidade de São Paulo, relativo ao ISS sobre serviço de intermediação prestado pelo Banco para pessoa jurídica domiciliada no exterior. Esses processos foram classificados pelos assessores jurídicos do Banco com probabilidade de perda possível, no montante de R$ 1.147 (2016 - R$ 0). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco da China Brasil S.A. não possua conhecimento sobre ações judiciais e processos administrativos com natureza cível.

26. Anais e Fianças: Em 28 de julho de 2016 o CMN emitiu a Resolução nº 4.512 cujo os procedimentos contábeis estabelecidos por esta resolução foram aplicados pelo Banco a partir de 1º de janeiro de 2017. O Banco possui dentro da sua carteira de produtos oferecidos aos seus clientes Operações de Garantias e Fianças e com objetivo de adotar procedimentos de prudência em relação às possíveis perdas. O Banco passou a constituir contabilmente, com base na Resolução 2.682, previsão para perda no montante de R$ 96 (2016 - R$ 4), que está registrado no grupo de passivos Contingentes. Esta provisão visa reconhecer o risco de crédito de toda a carteira inclusive daqueles produtos registrados em contas de compensação, ou seja, produtos que representam compromissos assumidos, mas não desembolsados. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco da China Brasil S.A. possuía responsabilidade por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros no montante de R$ 37.050 (2016 - R$ 34.852), cujos valores e vencimentos estão assim distribuídos:

	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Avais, garantias e fianças concedidas - 31/12/2017	7.750	6.300	17.500	5.500	37.050
Avais, garantias e fianças concedidas - 31/12/2016	18.766	959	15.127	–	34.852

27. Acordo da Basileia: Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco das estruturas de seus ativos ponderados por fatores que variam de zero a 100% conforme Resolução nº 4.193/2013 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e legislações complementares. O índice de Basileia mínimo requerido para 2017 (Patrimônio de Referência / Índice de conservação) é de 10,50% e em 2016 foi de 10,50%, em 31 de dezembro de 2017 o índice do Banco da China Brasil S.A. é de 50,07%, e em 2016 - 27,70%.

Cálculo do índice da Basileia	Dezembro/2017	Dezembro/2016
Patrimônio de Referência Nível I	**109.632**	**112.900**
- Capital Principal	109.632	112.900
Patrimônio de Referência Nível II	**100.953**	**99.359**
- Dívida Subordinada	100.953	99.359
Patrimônio de Referência	**210.584**	**212.259**
Risco de Crédito	299.026	657.917
Risco de Mercado	75.948	68.469
Risco Operacional	45.634	39.877
Ativos ponderados pelo Risco - RWA	**420.608**	**766.263**
Índice de Basileia	50,07	27,70
Nível I - Nível II	26,07	14,73
Capital - Nível II	24,00	12,97

DIRETORIA

Zhang Guanghua Diretor-Presidente | **Gao Xiang** Diretor Vice Presidente | **Xing Tongqing** Diretor | **Yang Sen** Diretor

João Batista Candido da Silva - Contador - CRC -1SP121918/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do **Banco da China Brasil S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da China Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da China Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas e interpretações técnicas e profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelas normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outros auditores independentes: O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, conforme mencionado em nota explicativa nº 1, foi conduzido por outros auditores independentes que emitiram relatório de data de 29 de março de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditor: A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ocasionada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, as questões relacionadas com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realística para evitar o encerramento das suas operações. Os responsáveis pela governança são os responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, pois a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar o Banco a não mais ser mantenedor continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen - Contador
CRC-1SP184050/O-6

CPQ Brasil S.A.

CNPJ nº 74.552.068/0001-10

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras completas e o relatório do auditor independente estão disponíveis em sua integra na página da rede mundial de computadores da CPQ Brasil S.A.: www.cpqbrasil.com.br/demonstrativos.htm

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.113	1.906	2.114	2.175
Aplicações financeiras restritas	1.412	–	1.412	–
Contas a receber de clientes	7.875	6.999	7.875	7.152
Estoques	4.110	4.253	4.110	4.280
Impostos a recuperar	1.085	339	1.250	339
Outras contas a receber	1.707	1.757	1.707	1.858
	18.302	**15.254**	**18.468**	**15.804**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas	15.100	12.242	14.045	11.336
Impostos a recuperar	135	180	135	180
Depósitos Judiciais	9.031	7.996	9.031	7.998
Tributos diferidos	3.658	6.524	3.658	6.740
Outras contas a receber	416	714	429	714
	**

Ventrevias

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

CNPJ nº 26.664.057/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Perfil: A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Infraestrutura Investimentos e Participações foi constituída em 4 de outubro de 2006 e é controlada pela CCR Participações S.A., tendo por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, localizada na Avenida das Esmeraldas, 3895 - Marília - SP. O lote rodoviário da Entrevias cruza as microregiões de Assis, Borborema, Marília, Nuverava, Pongaí, São Joaquim da Barra, Serrinha e Tupã, todas da região de Ribeirão Preto. A economia da região é predominantemente voltada à agricultura, silvicultura e exploração florestal, que corresponderam a 21% da economia dos municípios. Outros setores representativos são os de construção, com 6% da economia, alimento e bebidas, com 5%, e transporte e armazenagem, com 3%. Os dados com base no levantamento feito pelo Governo do Estado de São Paulo, a projeção de crescimento esperado em cada um desses setores durante os 30 anos de concessão é de: • Agricultura, silvicultura e exploração florestal - 96%; • Construção - 144%; • Alimento e bebidas - 54%; • Transporte e armazenagem - 58%. O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho. **2. Evento Relevante:** Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 002/2017 - Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista. O lote reúne 570 quilômetros de rodovias cobrindo trechos da SP-266, SP-294, SP-322, SP-328, SP-330, SP-333 e SP-351, ligando estradas que cruzam 30 municípios, entre eles: Assis, Marília, Novo Horizonte e Ribeirão Preto. Importante ressaltar que a concessão é descontínua, com dois trechos, Norte e Sul, separados por intervalo de 129 quilômetros, entre os municípios de Sertãozinho e Borborema. O início das operações ocorreu em 5 de julho de 2017, com a assunção da primeira parte do trecho concedido, compreendido entre os municípios de Borborema e Florínea. Foram iniciados os serviços de recuperação compreendidos no PII - Programa Intensivo Inicial -, o Serviço de Atendimento aos Usuários (SAU) e a operação do CCO - Centro de Controle Operacional. **3. Desempenho Econômico:** A empresa iniciou sua atividade no início do segundo semestre de 2017. Na primeira fase da concessão não são recebidas receitas de pedágio, além atividades complementares, como a venda de passagens e receitas de pedágio do trecho Borborema-Florínea. **4. Receita de Pedágio:** As receitas de pedágio têm previsão do início de cobrança em março de 2018, no trecho Norte, que compreende o perímetro de 299 quilômetros entre os municípios de Bebedouro, Sertãozinho, Ribeirão Preto e Igarapava e, em julho de 2018, no trecho Sul, compreendendo entre os municípios de Borborema e Florínea. **5. Receita de Obras:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a receita e custo de construção de R$42.894.766 foram contabilizados e devido ao fato das contribuições das serviços de construção realizadas a valor de mercado, não há reconhecimento de margem de lucro nas atividades de construção. **6. Outra Receitas:** As receitas acessórias, sobre uso da faixa de domínio, têm expectativa de início de recebimento a partir de 2018. **7. EBITDA/EBITDA Ajustado:** Dado ao não recebimento de receitas de pedágio e demais receitas em 2017, não existe EBITDA gerado pela operação, somente consumo de recursos aportados na capitalização inicial e provenientes de tomada de recursos, via debentures conversíveis. **8. Resultado Financeiro:** O resultado financeiro do exercício foi receita de R$47.336,399, ocasionado pelo resultado das despesas financeiras oriundas das linhas de crédito tomadas, deduzidas as receitas financeiras geradas pela aplicação dos valores do caixa da Companhia. **9. Resultado do exercício:** Dado a fase inicial da operação, o resultado da operação foi prejuízo de R$91.882.859. **10. Endividamento:** A empresa emitiu debêntures no valor de R$700.000.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R$10.000, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, e remuneradas pela variação de 100% do IPCA para fins de correção monetária, bem como, 8,5% de juros ao ano com prazo de vencimento em maio de 2029. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo atualizado das debêntures é de R$716.872.823 (incluindo R$11.509.217 referentes à Prêmios de opção de debêntures conversíveis). A Companhia não fez uso do empréstimo, no valor total de R$ 100.000.000, corrigidos à taxa DI +2,8% a.a., com vencimento final em 8 de julho de 2018 junto ao Banco ABC Brasil S.A. O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias ficam classificados no passivo circulante, uma vez que a previsão de pagamento é em julho de 2018. Não há dívidas com partes relacionadas, conforme as notas promissórias, e o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 100.557.080. **11. Ônus Fixo Pago ao Poder Concedente/Ônus Variável:** Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia fica o concedente obrigado a pagar: • Valor fixo a ser liquidado em 2 parcelas, tendo sido paga a primeira parcela em maio de 2017 no valor de R$ 960.522.305,96 e reconhecido como Direito de outorga, classificado no ativo intangível. A segunda parcela, conforme regramento constante do Edital e do Contrato de Concessão, deverá, deverá ser paga no mês subsequente à data-base (maio de 2018), na data-base março de 2016), na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, que será corrigido monetariamente desde a data-base do Contrato. Em 31 de dezembro de 2017 o valor é de R$ 421.718.473 referente à outorga fixa. • Valor variável correspondente a 3% das receitas de pedágio e acessórias efetivamente obtidas mensalmente à título de ônus variável, bem como, 2% sobre a receita bruta à título de taxa de fiscalização. **12. Manutenção de Rodovias:** Desde o início da concessão, a Entrevias trabalha para a modernização e melhorias compreendido entre os municípios de Florínea e Borborema - Trecho Sul. Para as obras de ampliação principal (8,6 quilômetros de duplicação da SP-333 Rodovia Dona Leonor Mendes de Barros, na área urbana de Florínea) foram concluídos 3 quilômetros no primeiro ano de contrato. Até 2025, um período considerado bastante curto, a Entrevias vai duplicar 211 quilômetros da SP-333, transformando a rodovia no principal eixo de escoamento de safras e produtos industriais do Noroeste do Centro-Oeste Paulista. Até o final do primeiro ano de concessão, a Entrevias executa, em paralelo a grandes obras, o Programa Intensivo Inicial (PII), que inclui a recuperação do pavimento asfáltico - eliminação de buracos, ondulações e desníveis de pista -, a implantação de nova sinalização vertical e horizontal, obras de drenagem, construção e reparo de acostamento, instalação de elementos de segurança e roçada e limpeza de todo o trecho. A segunda parte da malha a que se refere o contrato - Trecho Norte - está sob concessão da Vianorte e será transferida para o controle da Entrevias assim que terminar o atual contrato, em março de 2018. Este trecho, incorporado à concessionária, também receberá obras de manutenção e ampliação do Serviço de Atendimento aos Usuários (SAU). **13. Investimentos:** A gestão eficiência e transparente dos investimentos é acompanhada pelo poder concedente que apresenta periodicamente a opinião pública números que comprovam o desempenho do Programa Federal de Concessão de Rodovias. Os 570 quilômetros de rodovias da Entrevias - Trecho Sul - SP-333 (Rodovia Doutor Mario Gentil, Rodovia Dona Leonor Mendes de Barros, Rodovia Rachid Rayes e Rodovia Michel Jubran); SP-294 (Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros) e SP-266 (Rodovia José Almeida, Rodovia Engenheiro Helder de Sá) e Trecho Norte - SP 322 (Rodovia Armando Salles de Oliveira e Avenida Professor Antônio Duarte Nogueira) - SP 328 (Rodovia Alexandre Balbo e Avenida dos Bandeirantes), SP 330 (Rodovia Anhanguera) e SP 351 (Rodovia Laureanous Brogna) receberão investimentos que garantem a qualidade e a solidez do negócio. Serão investidos recursos básicos do pavimento rodoviário, dos dispositivos de acesso e retorno e dos acostamentos até as grandes obras de ampliação – como a duplicação da ponte sobre o Rio Tietê, em Borborema, obra prevista para o 5º ano - os investimentos devem transferir sustentabilidade econômica e mobilidade viária segura. O contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R$ 4,0 bilhões ao longo dos 30 anos. Serão alocados R$ 1 bilhão para obras de ampliação, R$ 1,9 bilhão na restauração de rodovias, mais de R$ 615 milhões em equipamentos e sistemas, entre outros interesses à Entrevias (para melhorar o serviço). A Companhia também tem o compromisso de atuar dentro dos aspectos sociais. Além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de novações como rede de dados sem fio (wi-fi) para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do tráfego. **14. Dividendos:** Não ocorreram distribuições de dividendos ou juros sobre capital próprio no decorrer do exercício. **15. Profissionais:** O material humano é o mais importante patrimônio da concessionária. A concessionária entende que o recrutamento profissional é o ponto de partida aperfeiçoamento são ferramentas indispensáveis para o fortalecimento dos valores e do compromisso da empresa com a comunidade, com os stakeholders, especialmente com os investidores. A Entrevias tem por objetivo ser correta de agir, com respeito e transparência, tanto por parte dos seus colaboradores quanto pelas empresas prestadoras de serviço. Ao completar ano de atuação, a Entrevias projeta atuar com cerca de 1.100 profissionais contratados de forma direta e indireta nas mais diversas áreas. Emprego e renda que contribuem com o crescimento e com o desenvolvimento da região. Com políticas institucionais bastante sólidas, a Companhia já projeta plano arrojado de carreira com vista no amadurecimento profissional para, acima de tudo, valorizar o capital humano e consequentemente o mercado de trabalho e os compromisso com a eficiência. **16. Responsabilidade Sociopambiental:** A Entrevias já trabalha no desenvolvimento de projetos socioambientais que vão contribuir de maneira concreta e objetiva para a preservação da fauna e da flora do trecho administrado e colaborar com o fortalecimento sociocultural das comunidades lindeiras. Os investimentos sociais, como bolsas de estudo, ações institucionais e a própria sociedade contribuirão para que futuras medidas enriqueçam a política de gerenciamento sustentável, mitigando principalmente os impactos ambientais provenientes pela exploração do negócio. **17. Atividades culturais, sociais e esportivas:** Apoiar e incentivar práticas de atividades que envolvam esporte, cultura e desenvolvimento social estão entre as ações que a Companhia considera ser de suma importância para o desenvolvimento de que projetos com esse caráter, se bem planejados e executados, transformam-se em resultados positivos e transformadores da sociedade. Como concessionária, por meio de ações próprias ou vinculadas a parceiros, terá a missão primordial de qualificar e estruturar a gestão dos projetos apoiados pelo grupo, o que amplia a transparência no uso dos recursos aplicados e contribui para e democratizará o acesso à cultura e ao esporte por meio de leis de incentivo fiscal. **18. Programas de Segurança, Educação e Saúde:** É meta da Entrevias contribuir e fortalecer em um curto período de tempo programas de relacionamento com o público. As iniciativas serão exercidas pela própria concessionária, responsável pela gestão dos investimentos sociais nos mais de 30 municípios que fazem parte do trecho administrado, de maneira a alinhar a ação aos objetivos estratégicos do negócio. As áreas de atuação dos projetos da Entrevias estão fundamentadas em importantes pilares sociais, como saúde, educação da comunidade e dos usuários, meio ambiente, qualidade de vida e segurança viária. Em setembro de 2017, a concessionária lançou o Pit Parada Segura e Futuro, programa voltado aos alunos de limite e de ensino das cidades lindeiras, com idades entre 7 e 11 anos, com o objetivo de ensinar e promover comportamentos seguros e harmônicos no trânsito. Foram contempladas nesta primeira fase escolas de Marília, Tarumã e Assis. Mês seguinte, outubro, a Entrevias realizou o primeiro evento Pit Bicicleta, em Marília. Na ação, a concessionária ofereceu de forma gratuita exames de saúde, vacinação, atendimento odontológico e atividades físicas para o motorista do trecho - com ênfase no caminhoneiro - e também à comunidade, em parceria com a Unimar - Universidade de Marília -, que ofereceu acompanhamento de coordenadores e alunos dos cursos de odontologia, fisioterapia, veterinária e nutrição. Ao todo, foram realizados 2.224 atendimentos, em 270 motoristas. A intenção é ampliar o programa para outros públicos, como pedestres, ciclistas e motociclistas, atendendo, assim, as diretrizes do Programa de Redução de Acidentes (PRA) e para a consolidação de políticas institucionais de formação do cidadão das comunidades. **19. Voluntariado:** O serviço voluntário é um dos principais pilares na promoção do desenvolvimento social e tem o objetivo de fomentar ações de melhoria social do poder público e do terceiro setor. A Entrevias vai promover nos próximos meses encontros importantes com o objetivo de despertar nas pessoas a iniciativa voluntária. Estão previstos projetos que funcionarão tanto no ambiente interno da Companhia, com os funcionários, quanto com a participação de entidades e poder público, como campanha de doação de sangue, arrecadação de agasalhos e alimentos. O objetivo é proporcionar o impulso humano de ajudar, de colaborar, de compartilhar alegrias, de aliviar sofrimentos e de melhorar a qualidade da vida em comum. **20. Relacionamento com os auditores independentes:** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2017: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para fins de capital. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes carta em que os serviços especificados são considerados livres à sua independência profissional. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes. **21. Considerações finais:** A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados em um curto período de tempo. **22. Declaração da Diretoria (Instrução CVM 480):** Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, a diretoria da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que: a) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e b) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2017 (Em reais - R$, centavos omitidos)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	85.874.682	50
Impostos a recuperar		738.423	–
Adiantamento a fornecedores		532.137	–
Despesas antecipadas	4	2.720.740	–
Outros ativos		34.768	–
Total do ativo circulante		89.900.787	50
Não Circulante			
Imobilizado	5	1.071.086	–
Intangível em andamento	6	1.415.878.542	–
Total do ativo não circulante		1.416.949.628	–
Total do Ativo		1.506.850.415	50

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
Circulante			
Notas promissórias	9	100.557.080	–
Fornecedores	7	7.321.062	–
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		1.209.604	–
Credor pela concessão	8	421.959.571	–
Impostos, taxas e contribuições		913.584	–
Debêntures - partes relacionadas	10	7.285.217	–
Total do passivo circulante		539.246.118	–
Não Circulante			
Debêntures - partes relacionadas	10	698.078.389	–
Total do passivo circulante		698.078.389	–
Patrimônio Líquido			
Capital social integralizado	12	349.899.550	50
Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis		11.509.217	–
Prejuízos acumulados		(91.882.859)	–
Total do patrimônio líquido		269.525.908	50
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.506.850.415	50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Em reais - R$, centavos omitidos)

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		500	(450)	–	–	50
Aumento de capital	12	476.669.878	(126.770.378)	–	–	349.899.500
Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	10	–	–	11.509.217	–	11.509.217
Prejuízo do exercício		–	–	–	(91.882.859)	(91.882.859)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		476.670.378	(126.770.828)	11.509.217	(91.882.859)	269.525.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Em reais - R$, centavos omitidos, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional: A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 4 de outubro de 2016, tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, localizada na Avenida das Esmeraldas, 3895 - Marília - SP. A Companhia é controlada direta pela Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controlador o fundo Pátria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações. As receitas de pedágio têm previsão do início de cobrança em março de 2018, no trecho Norte, que compreende o perímetro de 299 quilômetros entre os municípios de Bebedouro, Sertãozinho, Ribeirão Preto e Igarapava e, em julho de 2018, no trecho Sul, compreendido entre os municípios de Borborema e Florínea. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta insuficiência de capital circulante de R$449.345.331 em decorrência da obrigação com o direito de outorga (poder concedente). A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para utilização na hipótese da não captação de recursos adicionais até o vencimento previsto para março de 2018.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis aplicáveis na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir. 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia. 2.2. Bases de apresentação: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das Demonstrações Financeiras. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência. 2.4. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada (impairment). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contraprtida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.5. *Impairment* (perda por valor recuperável): A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há qualquer indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.6. Custos com empréstimos: Os custos com empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso ou venda, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso ou a venda. Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que foram incorridos. 2.7. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A Companhia, para fins de detro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essas infraestruturas (serviços de operação) por um determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. O direito de cação do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, os gastos com ativos intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros". 2.8. Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais quando a Companhia apresentar histórico de lucros tributáveis. 2.9. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial. As compras ou vendas de ativos financeiros são reconhecidas e deixam de ser reconhecidas, respectivamente, na data da negociação quando a compra ou venda de um investimento to estiver prevista em um contrato cujos termos exigem a entrega do investimento em um prazo estabelecido pelo respectivo mercado, e são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos da transação, exceto para os ativos financeiros classificados ao valor justo no resultado. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos prefixados ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis (incluindo clientes e outros recebíveis) são mensurados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros, deduzido de perdas de seu valor de recuperação ("impairment"), se houver. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia não possuía as categorias relacionadas a seguir registradas nas Demonstrações Financeiras: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial. As compras ou vendas de ativos financeiros são reconhecidas e deixam de ser reconhecidas, respectivamente, na data da negociação quando a compra ou venda de um investimento to estiver prevista em um contrato cujos termos exigem a entrega do investimento em um prazo estabelecido pelo respectivo mercado, e são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos da transação, exceto para os ativos financeiros classificados ao valor justo no resultado. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos prefixados ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis (incluindo clientes e outros recebíveis) são mensurados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros, deduzido de perdas de seu valor de recuperação ("impairment"), se houver. Ativos financeiros disponíveis para venda. Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações e outros ativos financeiros que não possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. 2.10. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 2.11. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Não possuímos, não nomeadamente reconhecidas ao valor de mercado correspondente. 2.12. Credor pela concessão: Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.13. Debêntures a pagar - partes relacionadas: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado através do valor presente, considerando os fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% avaliada pela Companhia como sendo compatível à transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido. 2.14. Passivos financeiros e instrumentos de capital: Classificação como dívida ou instrumento de capital: Os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital são classificados de acordo com a substância do contrato e as definições de capital e dívida. Instrumento de capital: Instrumentos de capital representam qualquer contrato que evidencia participação residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital da Companhia são registrados líquidos dos custos diretos de emissão. 2.16. Passivos financeiros: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. 2.17. Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.18. Prejuízo básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. 2.19. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras: Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura desses incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos fluxos dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no contrato de Concessão. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação de construção não é reconhecida na substância de contrato, mas o será no momento da construção, em contraprtida ao ativo intangível. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo. Os custos incorridos e as margens relacionadas com despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que seja consequente a receita de construção, a Companhia deve, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois fluxos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente, ou pela remuneração pelo direito de cobrar dos usuários (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. 2.20. Outros ativos: São apresentados ao valor de custo ou de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e encargos financeiros incorridos. 2.21. Demonstração de Valor Adicionado ("DVA"): Essa demonstração por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte das suas Demonstrações Financeiras e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis e utilizada na preparação das Demonstrações Financeiras. 2.22. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017: a) As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018, ainda não foram adotadas nas demonstrações financeiras:

Alterações à IAS 7	Iniciativas de divulgação
	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar
Alterações à IAS 12	
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014-2016

b) As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018, ainda não foram adotadas nas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9 (CPC48)	Instrumentos Financeiros (i)
IFRS 15 (CPC 47)	Receitas de Contratos com Clientes (i)
IFRS 16	Operações de Arrendamento Mercantil (i)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseadas em Ações (i)
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (ii)
Alterações à IAS 40	Transferências de Propriedade para Investimento (i)
IFRIC 22	Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos (i)

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. (ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019. (iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º

→ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017** (Em reais - R$, centavos omitidos, exceto quando de outra forma indicado) da **ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R$100.000.000. (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas, (b) do imposto de renda e da contribuição social, (c) das despesas de depreciação e amortização, (d) do resultado de equivalência patrimonial de coligadas, controladas e controladas em conjunto, (e) do efeito de impairment de ativos, e (f) de eventuais custos não-caixa). Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado através do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados a taxa de 8,65% anuais pelo Company Bond, sendo acompanhado a transação contábil sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida se dá no montante de R$11.509.217 referente ao Prêmio de opção líquido. As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial ou extinção da Emissora; (ii) insolvência, pedido ou requerimento, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário, (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela Companhia igual ou superior a R$100.000.000, e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$100.000.000. Não há cláusulas de conversão financeiras sobre as debêntures. A seguir, a movimentação do saldo das debêntures:

	Juros e Saldo em 31.12.2016	Pagamento de juros e correção	Saldo em 31.12.2017
Descrição			
Debêntures	688.490.783	45.103.309	(28.230.485) 716.872.823

11. Partes Relacionadas:
Remuneração aos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (seja ou não), Diretor. O exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos R$1.931.596 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros valores pagos a título de: (a) benefícios pós-emprego: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego; (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em 2017 foram pagos ao Pátria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações o valor de R$6.460.786 referentes à consultoria financeira, viagens e advogados para estruturação da operação de viabilização do projeto de concessão da Companhia. Estas despesas ocorreram em período em que a companhia não havia sido capitalizada por estar em fase pré-operacional, neste sentido os gastos foram antecipados pelo sócio e posteriormente reembolsadas ao Fundo de Investimento em Participações. Debêntures: As debêntures conversíveis em ações, suparidadas na nota explicativa 9, foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações ("FIP ou debenturista").
12. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social subscrito é de R$476.670.378, representado por 476.670.378 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 15 de maio de 2017 em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social de R$500,00 para R$476.670.378, composto por 476.669.878 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a integralização de R$349.899.550,12, sendo saldo de R$126.770.828 possui prazo de integralização de até 5 anos contados da data de celebração do contrato de concessão. O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Investimento e Participação II S.A.	476.670.378	100

13. Despesas por Natureza:

	31.12.2017	31.12.2016
Conservação e manutenção	(4.574.019)	–
Depreciação e amortização	(16.110.312)	–
Custo da outorga variável	(241.098)	–
Serviços terceiros (i)	(14.213.211)	–
Pessoal	(5.547.996)	–
Materiais e equipamentos	(1.524.640)	–
Outras	(2.935.185)	–
	(44.546.460)	–
Classificados como		
Despesas com pessoal	(5.547.996)	–
Serviços terceiros	(14.213.212)	–
Depreciação e amortização	(16.110.312)	–
Outras despesas operacionais	(10.674.940)	–

(i) Referem-se a serviços de análises técnicas, seguros, consultoria de qualidade, comunicação e marketing, jurídica e gestão.

14. Resultado Financeiro:

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.707.887	–
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures - partes relacionadas	(38.529.486)	–
Comissões bancária e outras (i)	(11.514.800)	–
	(50.044.286)	–

(i) Refere-se a despesas bancárias e comprometido de estruturação e coordenação de garantia de limite pré-aprovado de R$600.000 junto às instituições financeiras.

15. Prejuízo por Ação:

	31.12.2017	31.12.2016
Prejuízo básico por ação das operações continuadas	(0,51)	–

a) Prejuízo básico por ação: O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	31.12.2017
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizados na apuração do lucro básico por ação	(91.882.859)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	
Ações ordinárias em circulação	297.919.486

b) Prejuízo diluído: Em 31 de dezembro de 2017 o efeito das debêntures conversíveis em ações reduziria o prejuízo por ação e, portanto, apresenta efeito antidilutivo.
16. Provisão para Riscos: Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro 2016, a Companhia não tem conhecimento de ser parte em algum processo de natureza tributária, cível, ambiental, previdenciária, trabalhista e administrativos.
17. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros: A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas no capital e mantém uma estrutura ótima de alavancagem do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. Risco de mercado: a) Exposição a riscos cambiais: a Companhia não possui saldo de ativos e nem passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos - parte relacionada e debêntures, os empréstimos que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, sendo que a exposição da Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Considerações gerais: • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Debêntures - partes relacionadas: classificadas como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados a valor justo e contabilizados pelos valores contratados de cada operação. Índice de endividamento: Os índices de endividamento são os seguintes:

	31.12.17
Dívida (i)	1.239.389.474
Caixa e caixa equivalentes	(85.874.682)
Dívida líquida	1.153.514.792
Patrimônio líquido (ii)	258.016.691
Índice de endividamento líquido	447 %

(i) A dívida é definida por debêntures - partes relacionadas circulantes e não circulantes, conforme detalhado na nota explicativa nº 10, (incluí o valor de R$11.509.217 referente ao Prêmio de opção de debêntures conversíveis), notas promissórias conforme detalhado na nota explicativa nº 9 e pelo saldo de credor pela concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 8 (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital social da Companhia, oriundos de capital (exclui o valor de R$11.509.217 referente ao Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis). • Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

Ativos:	Empréstimos e recebíveis	Contábil
Aplicações financeiras (ii)	85.872.746	
Passivos -		
Fornecedores (i)	Custo amortizado	7.321.062
Credor pela concessão	Custo amortizado	421.959.571
Debêntures	(iii) Custo amortizado	705.363.606
Notas Promissórias	Custo amortizado	100.557.080

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos. • Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento médio inferior em até 45 dias, portanto, se aproxima do valor justo exposto pela Companhia. (ii) Os saldos de aplicações financeiras se aproximam ao valor justo na data do balanço patrimonial. (iii) Calculado através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme valor nominal unitário - PU, atualizado em 31 de dezembro de 2017 e se aproximam ao valor justo na data do balanço patrimonial. a) Risco de crédito: Concentração de risco de crédito Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, principalmente, em caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. b) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia através de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada)	efetiva % a.a.	2018	2019	2020	2021 em diante
Débentures(i)	IPCA + 8,5% a.a.	60.293.613	62.916.042	65.522.289	1.792.105.389	
Credor pela Concessão (ii)	IPCA	428.416.648	–	–	–	–
Notas Promissórias(i)	CDI + 2,8% a.a.	103.449.999	–	–	–	–

(i) Projeção do IPCA e CDI baseados no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil. (ii) Valor atualizado com base no IPCA projetado pelo sistema de expectativas de mercado do Banco Central do Brasil, para o exercício de 2018. c) Análise de sensibilidade. Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros para empréstimos e financiamentos no período de 12 meses, levando em os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício de relatório esteve em aberto durante todo o período de 12 meses. A sensibilidade foi determinada considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
			Juros a incorrer	
Correção monetária sobre a 1ª série das debêntures	Alta do IPCA	9.587.606	11.984.508	14.381.409
Correção monetária das notas promissórias	Alta do CDI	1.290.000	1.935.000	2.580.000
Rendimento de aplicação financeira	Redução do CDI	4.017.220	3.012.915	2.008.610

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando os impactos provável dos seus instrumentos financeiros considerando dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III respectivamente. Taxas reais:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	5.16%	3.87%	2.58%
IPCA (b)	1.82%	2.28%	2.73%

(a) Refere-se a taxa mensal acumulado do CDI entre a data de emissão da debênture e 31 de dezembro de 2017. Fonte: Informações do site CETIP - www.cetip.com.br. (b) Refere-se ao IPCA acumulado entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2017. Fonte de informação site do IBGE - www.ibge.gov.br.
18. Seguros: A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter seguros adequados para cobrir os riscos de manutenção e garantia das operações normais. Em 31 de dezembro de 2017, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R$	Vigência
Operacional de máquinas e instalações	20.000.000	Até julho de 2018
Poluição subita	8.000.000	Até julho de 2018
Responsabilidade civil	20.000.000	Até julho de 2018
Processos administrativos, judiciais, entre outros	1.107.220.849	Até junho de 2018
Responsabilidade civil operacional de concessão para os bens aplicáveis	153.000.000	Até julho de 2018
Cobertura de manutenção ampla de de obras civis e instalações e encontragens	137.219.702	Até julho de 2018

19. Contrato de Concessão:
Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativa à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, mediante concessão oneerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea–Iaçaçuçu, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista. O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração de sistema rodoviário que compõe o trecho. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar: • A outorga fixa de R$1.314.501.667, a será paga em parcelas atualizadas pelo IPCA/IBGE, tendo sido paga a primeira parcela em maio de 2017 no valor de R$960.522.305 e reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. A segunda parcela, atualmente vincendo constante do Edital e do Contrato de Concessão Onerosa, deverá ser paga do montante residual, de R$897.250.646 (na data base março de 2016), atualizada pelo IPCA e assinalada no Termo de Transferência Onerosa, que será corrigido monetariamente desde a data-base do Contrato. • O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio e acessórias) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. A data de início da operação do Trecho Existente é 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do Termo de Transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 km/faixas de faixas rodoviárias entre o Município de Florínea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também melhoramentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários o pagamento pelos serviços a prestar. O contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R$ 4,0 bilhões ao longo dos 30 anos. Serão alocados R$ 1 bilhão para obras de ampliação, R$ 1,9 bilhão na restauração de rodovias, mais de R$ 615 milhões em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de reforamento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio (wi-fi) para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como utilização sobre as condições do trânsito. Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31.12.17
Receita de construção	42.894.766
Custos de construção	(42.894.766)

20. Transações que não Afetaram o Caixa: a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 3. b) Transações que não envolveram caixa

	R$
Capitalização de juros no intangível - líquido da receita financeira	7.883.156
Credor pela concessão	421.718.473

21. Eventos Subsequentes: a) Mudança de Controle Indireto da Companhia: acordo de subscrição, entre sua controladora Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., seu controlador indireto e controlador direto da Infraestrutura Investimentos, o Pátria Investimentos III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. O Entrevias irá realizou, aporte de capital na Infraestrutura Investimentos, subscrevendo e integralizando ações representativas de, aproximadamente, 18,24% do capital social da Infraestrutura Investimentos e a Infraestrutura Investimentos realizará, nos próximos dias, aporte de capital na Companhia, vertendo parte dos recursos do Aumento de Capital para a Companhia. b) Aprovação de *bookbuilding* para 2ª emissão de debêntures: em assembleia de 7 de março de 2018 foi deliberada sobre resultado do procedimento de bookbuilding previsto na cláusula 5.2 da escritura particular da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., c) Integralização Primeira Chamada: em assembleia realizada em 8 de março de 2018 foi aprovada a integralização de capital, em moeda corrente nacional, mediante aporte de R$ 26.770.828 d) Aprovação do aumento de capital da Companhia: em assembleia realizada em 8 de março de 2018 foi aprovado o aumento de capital da Companhia de R$ 476.670.378 para R$ 580.628.065, representando R$ 103.957.687 de aumento de R$ 103.957.687 por meio da emissão de 103.957.687 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, da Companhia, pelo preço de emissão de R$ 1,00 por ação. e) Abertura de Capital: em 1º de março de 2018 foi deferido o requerimento de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/2009, na categoria "B".
22. Aprovação das Demonstrações Financeiras: A emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2018.

A DIRETORIA
CONTADOR
Adilson Ernesto da Silva - CRC 1SP266387/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de seu resultado e de seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, sob essas normas, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente atual. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e portanto, não emitimos opinião sobre cada um desses assuntos. *Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões:* O contrato de concessão rodoviário representa o direito de exploração da infraestrutura, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura de concessão, em troca de um direito de cobrar dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 6 e nº 19 às demonstrações financeiras. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem exercício de julgamento e subjetividade na adoção de premissas utilizadas por parte da Administração e na manutenção de adequados controles da concessão, dado que essas capitalizações representam valores materiais e podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e podem ser registradas por valores incorretos ou ser indevidamente capitalizadas. Como a auditoria trabalhou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desse ativo incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) a realização de testes documentais, com base em amostragem, sobre as adições ao ativo intangível de concessão, confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão, a adequação dos processos e das atividades de controles existentes; e (v) a avaliação sobre a adequação das divulgações realizadas pela Administração. *Débentures conversíveis em ações:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui debêntures com partes relacionadas que são conversíveis, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de desembolso (principal e juros) é reconhecida do resultado durante o exercício em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as debêntures com partes relacionadas foram designadas como instrumento financeiro composto, e a classificação entre dívida ou instrumento de capital envolve elevado grau de subjetividade referente às cláusulas contratuais e ao alto nível de julgamento da Administração nas premissas para classificação e manutenção de controles dos cálculos para Certificação Contábil e Fiscal Integradas, uma vez que essas segregações e esses cálculos podem não estar de acordo com as cláusulas contratuais referentes à captação da respectiva debênture e podem ser registrados por valores incorretos. Como a auditoria tratou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desse dívida incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de contabilização das debêntures conversíveis em ações nas demonstrações financeiras; (ii) a realização de testes documentais, com base em amostragem e não estatística, sobre os contratos de mútuo entre a Companhia e o debenturista; (iii) a avaliação sobre a adequação do cálculo preparado pela Administração para certificar se o reconhecimento inicial do valor justo do componente passivo e o cálculo dos fluxos de caixa contratados descontados à taxa aplicada pelo mercado naquele período e instrumentos com características de crédito similares e que fornecem substancialmente os mesmos fluxos de caixa, nos mesmos termos, mas que não possuem cláusula de conversão; (iv) a avaliação sobre a adequação das divulgações realizadas pela Administração. **Ênfase:** *Insuficiência de capital circulante líquido:* Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta insuficiência de capital circulante de R$449.345.331 em decorrência da obrigação com o credor da concessão (poder concedente). A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para utilização na hipótese da não captação de recursos adicionais até o vencimento previsto para março de 2018. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, ou não, materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras isentas de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando em continuidade operacional, dando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a menos que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, e planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria apropriadas para planejamento de auditoria de acordo com as circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, se essas divulgações forem inadequadas, incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, contudo, eventos ou condições futuros podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros assuntos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nosso trabalho.

São Paulo, 20 de março de 2018

Lopes, Machado Auditores Independentes CRC SP-015.199/O-6 — B K R Consultoria e Assessoria Empresarial
Fernando Luis de Barros - Sócio Diretor
Contador CRC 1 SP 292.087/O-3

Barros & Galvão – Corretora de Seguros Ltda
CNPJ/MF nº 04.525.431/0001-22 - NIRE 352.169.559.71
Edital de Convocação de Reunião de Sócios
Ficam os senhores Sócios da **Barros & Galvão – Corretora de Seguros Ltda** convocados para a Reunião Extraordinária a ser realizada, a 5.4.2018, às 11:00 horas, na sede da Galcorr Participações Ltda situada à Rua Dom de Carvalho, 1.510, 13º andar, conjunto 131, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, quando os senhores Sócios serão chamados a deliberar a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar o orçamento anual da Sociedade para o exercício de 2018. São Paulo, 26 de março de 2018. **Luiz Gustavo Tozo** - Administrador

Viana & Basílio Corretora de Seguros Ltda
CNPJ/MF nº 04.525.498/0001-67 - NIRE 352.189.559.62
Edital de Convocação de Reunião de Sócios
Ficam os senhores Sócios da **Viana & Basílio Corretora de Seguros Ltda** convocados para a Reunião Extraordinária a ser realizada, a 5.4.2018, às 10:00 horas, na sede da Galcorr Participações Ltda situada à Rua Dom de Carvalho, 1.510, 13º andar, conjunto 131, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, quando os senhores Sócios serão chamados a deliberar a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar o orçamento anual da Sociedade para o exercício de 2018. São Paulo, 26 de março de 2018. **Luiz Gustavo Tozo** - Administrador

BARIGUI SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/MF 10.608.405/0001-60 - NIRE 35.3.0036335991
Edital de Convocação - Geral de Titulares dos CRI.
Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 001ª Série da 1ª Emissão da Barigui Securitizadora S.A. ("**Emissora**"), nos termos da cláusula 12.4.5 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 001ª Série da 1ª Emissão da Barigui Securitizadora S.A. ("**TS**"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("**AGCRI**"), a realizar-se no dia 08.04.2018, às 10h30, em 2º convocação, em São Paulo/SP, na Rua Álvaro Anes, nº 46, 11º andar, Conj. 113, para deliberar sobre: (i) a autorização para realização de laudo de avaliação a ser realizado por uma das empresas indicadas no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis e Outras Avenças, firmado em 27 de novembro de 2013 ("**Contrato**"), quais sejam **a Bolsa de Imóveis, CBRE, Cushman, Colliers ou Jones Lang Lasalle**, do imóvel de área total de 32.350,14 m², registrado sob a matrícula nº 119.239 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo ("**Imóvel**"), o qual será objeto de substituição dos imóveis dados em garantia no Contrato, em razão da unificação das matrículas nºs 42.790, 42.791, 42.792, 42.794 e 59.598, todas do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Baury/SP, às expensas do Patrimônio Separado; (ii) a substituição dos imóveis pelo Imóvel, caso o valor avaliado seja inferior ao valor da garantia prestada originalmente no Contrato, não causando desta forma prejuízos aos Titulares dos CRI, nos termos da cláusula 7.2.1, item "b" do Contrato; (iii) a elaboração dos documentos necessários para formalização da alienação fiduciária sob o Imóvel, bem como a outorga de poderes necessários para instrumentação necessária perante o cartório de registro competente. Os Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGCRI, na sede da Emissora ou na Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na Av. das Américas, nº 4.200, Bl. 08-B, Salas 302-303-304, Rio de Janeiro/RJ, com, pelo menos, 24 horas de antecedência da referida assembleia e também por meio do endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br. São Paulo, 28 de março de 2018. Barigui Securitizadora S.A
Evaldo Leandro Perussolo - Diretor de Relações com Investidores. **(28, 29 e 30/03/2018)**

FOROS REGIONAIS. ITAQUERA. 2ª OFICIO CÍVEL. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1020468-88.2018.8.26.0007. O Dr. Antonio Marcelo Curcioto Rimola, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Itaquera/SP. Faz Saber a Plínio Fernandes Confeitaria - ME (CNPJ. 10.399.499/0001-05) e Delma dos Santos Rodrigues (CPF. 198.467.058-16), que Banco do Brasil S/A lhes ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial nº R$ 379.747,63 (setembro de 2016), decorrente do Contrato de Abertura de Crédito - BB Giro Recebíveis nº 153.007.257. Estando as requeridas em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pagarem a quantia acima, acrescida de honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do

FRANOR AGRÍCOLA S.A.

CNPJ nº 06.213.692/0001-32

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - *(Em Reais)*

Ativo	2017	2016
Ativo circulante	13.713.258	19.412.444
Caixa e equivalentes de caixa	2.365.576	7.792
Créditos com coligadas	-	434
Créditos diversos	11.347.682	19.400.000
Impostos a recuperar	-	4.218
Ativo não circulante	-	15.051.261
Outros créditos	-	15.051.261
Permanente	68.644.850	68.644.850
Imobilizado	68.644.850	68.644.850
Total do ativo	82.358.108	103.108.555

Passivo	2017	2016
Passivo circulante	5.652.289	5.500.000
Contas a pagar	5.500.000	5.500.000
Obrigações tributárias	152.289	-
Patrimônio líquido	76.705.819	97.608.555
Capital social	73.714.669	97.774.669
Reserva legal	322.062	214.198
Reserva de lucros / prejuízos	2.669.088	619.688
Total do passivo	82.358.108	103.108.555

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Encerrados em 2017 e 2016 - *(Em Reais)*

	2017	2016
Receita bruta	2.352.000	1.029.801
(–) Deduções da receita	(85.848)	(37.588)
(=) Receita líquida	2.266.152	992.212
(+/-) Despesas e receitas operacionais		
Despesas administrativas	(38.000)	(5.764)
Despesas tributárias	(4.221)	(11.648)
Despesas financeiras	(260)	(183.231)
Receitas financeiras	34	38
	(42.447)	(200.605)
(=) Resultado antes das provisões tributárias	2.223.705	791.608
(=) Contribuição social LP	(41.040)	(11.129)
(=) Provisão para imposto de renda LP	(25.402)	(14.599)
(=) Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	2.157.263	765.885

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - *(Em Reais)*

	Capital subscrito	Reserva legal	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	96.774.669	170.033	1.330.346	98.275.049
Lucro do exercício	-	-	765.885	765.885
Reserva legal	-	44.165	(44.165)	-
Lucro distribuído	-	-	(1.432.378)	(1.432.378)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	96.774.669	214.198	619.688	97.608.555
Redução do capital	(23.060.000)	-	-	(23.060.000)
Lucro do exercício	-	-	2.157.263	2.157.263
Reserva legal	-	107.863	(107.863)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	73.714.669	322.061	2.669.088	76.705.819

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - *(Em Reais)*

Das atividades operacionais	2017	2016
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	2.157.263	765.885
(Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Créditos diversos	4.218	5
Contas a receber	23.103.580	1.432.378
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Obrigações trabalhistas e tributárias	152.290	(95.142)
Contas a pagar	-	(5.500.000)
Caixa proveniente das operações	25.417.351	(3.396.874)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento e investimento		
Decréscimo / Acréscimo do imobilizado	-	(1.830.145)
Dividendos / Lucros pagos no período	-	(1.432.378)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(3.262.524)
Das atividades de financiamento com acionistas		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	434	6.658.770
Redução de capital	(23.060.000)	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	(23.059.566)	6.658.770
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	2.357.785	(627)
Caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	7.792	8.419
No fim do exercício	2.365.576	7.792
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	2.357.785	(627)

DANIEL BORGER - Diretor

LEVI CAMPOS DE SANTANA - Contabilista - CRC-1SP-186.904/O-1

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BRAZILIAN SECURITIES Uma Empresa do Grupo PAN

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.501

Edital de Rerratificação do Edital de Convocação

Terceira Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 330ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", Respectivamente)

Serve o presente para informar que o Edital para convocação da Terceira Assembleia Geral de Titulares de Certificado de Recebíveis Imobiliários da 330ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, publicado em 22, 23 e 26/03/2018 no Jornal O Dia SP, foi subscrito em 21 de Março de 2018, na cidade de São Paulo-SP. Serve o presente ainda para informar que o item "D" da Ordem do Dia fica excluído uma vez que o mesmo não é passível de deliberação e, assim, o item "E" fica renomeado para "D". São Paulo, 27 de março de 2018. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

BIOMM S. A.

CNPJ/MF Nº 04.752.991/0001-10 - NIRE 31.300.016.510

Companhia Aberta

CVM 01930-5

BIOMM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Biomm S.A. ("Companhia") na forma prevista no artigo 124 da Lei 6.404/76 para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2018, às 14:00hs, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34018-000, na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias contidas na Ordem do Dia: **EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e aprovar a distribuição de dividendos, se houver; **(iii)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018; e **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração. **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: (i)** Aprovação da alteração do endereço da sede social da Companhia; **(ii)** Alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação (i) acima; e **(iii)** Aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia, incluindo esse Edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia e aqueles exigidos pelo artigo 133 da Lei 6.404/1976 e pela Instrução CVM nº 481/09 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia (www.biomm.com); no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br). Para participação e deliberação na Assembleia presencialmente ou por meio de procurador, os acionistas deverão apresentar comprovante de titularidade das ações, expedidos por instituição financeira depositária e documento de identidade, conforme o caso: (i) Pessoas Físicas: documento de identificação com foto; (ii) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e dos atos societários outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) Fundos de Investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além dos atos societários outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) Representação por meio de procurador, solicitamos que o instrumento de mandato, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/1976, seja depositado na sede da Companhia, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia. Os acionistas também poderão exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância. Neste caso, os acionistas poderão (i) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia; (ii) transmitir as instruções de voto ao Escriturador; ou, (iii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central. Para informações adicionais, os acionistas deverão observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia. Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91 e do artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do conselho de administração é de 5% (cinco por cento). Belo Horizonte, 29 de março de 2018. **Guilherme Caldas Emrich - Presidente do Conselho de Administração**

INDUSTRIAL DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. - CNPJ 00.999.403/0001-96

Relatório da Diretoria

Senhores cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, juntamente com o Relatório da KMPG Auditores Independentes. A Diretoria está à inteira disposição dos senhores cotistas para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 26 de março de 2018.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		4.715	4.400
Disponibilidades		113	87
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4.535	4.232
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	4.535	4.232
Outros créditos		67	81
Diversos		67	81
Realizável a longo prazo		2.274	1.624
Outros créditos		2.274	1.624
Diversos		2.274	1.624
		6.989	6.024

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		308	411
Outras obrigações		308	411
Fiscais e previdenciárias	7	308	411
Exigível a longo prazo		1.624	750
Outras obrigações		1.624	750
Provisão para passivos contingentes		1.624	750
Patrimônio líquido	9	5.057	4.863
Capital realizado atualizado:			
De domiciliados no País		4.116	4.116
Reserva de lucros		941	747
		6.989	6.024

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017 - *(Em milhares de Reais)*

	Capital	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2017	4.116	-	294	447	-	4.857
Lucro líquido	-	-	-	-	200	200
Destinações						
Reserva legal	-	-	10	-	(10)	-
Reserva estatutária	-	-	-	190	(190)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.116	-	304	637	-	5.057
Mutações do semestre	-	-	10	190	-	200
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.116	-	294	453	-	4.863
Lucro líquido	-	-	-	-	194	194
Destinações						
Reserva legal	-	-	10	-	(10)	-
Reserva estatutária	-	-	-	184	(184)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.116	-	304	637	-	5.057
Mutações do exercício	-	-	10	184	-	194
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.116	-	279	674	-	5.069
Lucro líquido	-	-	-	-	(206)	(206)
Destinações						
Reserva legal	-	-	15	-	(15)	-
Reserva estatutária	-	-	-	(221)	221	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.116	-	294	453	-	4.863
Mutações do exercício	-	-	15	(221)	-	(206)

Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais, exceto o lucro por cota do capital social)*

	Nota	2º Sem. 2017	2º Sem. 2016	Exercícios 2017	Exercícios 2016
Receitas da intermediação financeira		174	403	644	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	174	403	644	
Resultado bruto da intermediação financeira		174	403	644	
Outras receitas (despesas) operacionais		171	(557)	(445)	
Receitas de prestação de serviços	10	380	760	790	
Outras despesas administrativas	11	(141)	(305)	(334)	
Despesas tributárias	12	(68)	(138)	(151)	
Outras receitas operacionais	13	-	(874)	(750)	
Resultado operacional		345	(154)	199	
Resultado antes da tributação sobre o lucro		345	(154)	199	
Imposto de renda e contribuição social	8	(145)	348	(405)	
Provisão para imposto de renda		(75)	(157)	(214)	
Provisão para contribuição social		(70)	(145)	(191)	
Ativo fiscal diferido		-	650	-	
Lucro / (prejuízo) semestre / exercícios		200	194	(206)	
Lucro / (prejuízo) por cota do capital social - R$		0,29	0,28	(0,30)	

Demonstrações de Fluxo de Caixa (Método Indireto) Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017 - *(Em milhares de Reais)*

	2º Sem. 2017	2º Sem. 2016	Exercícios 2017	Exercícios 2016
Lucro / (prejuízo) ajustado do período	200	194	(206)	
Lucro / (prejuízo) do período	200	194	(206)	
Variação em ativos operacionais - (Aumento) / diminuição	(4)	(636)	(1.623)	
Outros créditos	(4)	(636)	(1.623)	
Variação em passivos operacionais - Aumento / (diminuição)	133	771	701	
Outras obrigações	133	771	701	
Diminuição caixa e equivalentes de caixa	329	329	(1.128)	
Modificações na posição financeira				
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	4.319	4.319	5.447	
No fim do período	4.648	4.648	4.319	
Diminuição caixa e equivalentes de caixa	329	329	(1.128)	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017 - *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Distribuidora) é administrada e opera dentro do contexto das atividades e políticas do seu controlador, o Banco Industrial do Brasil S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Lei das Sociedades por Ações e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 26 de março de 2018. **3. Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são: **a. Apuração do resultado** - O regime de apuração do resultado é o de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d. Títulos e valores mobiliários** - Conforme regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme descrito a seguir: *Títulos e valores Mobiliários* I. Títulos para negociação - Adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. **II.** Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **III.** Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Ativos e passivos circulantes e realizáveis a longo prazo** - São demonstrados pelos valores de realização e liquidação e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia, calculados ao valor de mercado, quando aplicável. **f. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, e reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas na Deliberação CVM nº 594, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Paralelamente, o mencionado Pronunciamento Técnico foi aprovado pela Resolução nº 3.823 do BACEN em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações. **• Crédito tributário** - É constituído em decorrência do processo de registrado em passivo contingente e será liquidado quando da solução do mesmo; **• Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de êxito no curso do processo, são apenas divulgados em nota explicativa. **• Obrigações legais** - Estão reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo. **4. Provisão para imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil por ano para imposto de renda, e para contribuição social, e de 20%, considerar a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **5. Controle de gestão de riscos** - O controle e gestão dos riscos são efetuados tendo em vista o contexto das atividades e políticas do seu controlador, o Banco Industrial do Brasil S.A. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Refere-se ao saldo total de aplicações interfinanceiras de liquidez. As operações foram efetuadas com o Banco Industrial S.A. (controlador) como contraparte (vide nota 10).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Até 30 dias	2017	2016
Total	4.535	4.232
	4.535	4.232

6. Outros créditos diversos

	2017	2016
Créditos tributários	650	-
Impostos a compensar	67	81
Depósitos em garantia	1.624	1.624
Total	2.341	1.705

7. Outras obrigações

Fiscais e previdenciárias	2017	2016
Impostos sobre lucros a pagar	411	411
Impostos e contribuições a recolher	303	405
Provisão para passivos contingentes	5	6
Total	1.624	750
	1.932	1.161
Curto prazo	1.932	1.161

8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O crédito tributário no montante de R$ 650 foi constituído relativamente à recuperação sobre taxa administrativa de fundo de investimentos cobrada a maior, e será realizado quando do trânsito em julgado da ação.

Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	IR 2017	CS 2017	IR 2016	CS 2016
	(154)	(154)	199	199
Adições / exclusões	878	878	754	754
Passivos contingentes	874	874	750	750
Outras inclusões / exclusões	4	4	4	4
Base de cálculo	724	724	953	953
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 20% (CS) Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R$ 240	109	145	143	191
	48	-	71	-
Imposto de renda / contribuição social	157	145	214	191

9. Patrimônio líquido: a. Capital social - O capital social é representado por 686.000 cotas de valor nominal R$ 6,00 cada uma. **b. Reservas** - A reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período. A reserva de lucros - Reservas estatutárias foi constituída, com a parcela de lucros não distribuída aos sócios, para futuros investimentos. **10. Receitas de prestação de serviços:** Valores relativos a comissões sobre colocação de títulos.

11. Outras despesas administrativas

	Semestre 2017	Semestre 2016	Exercício 2017	Exercício 2016
Processamento de dados	77	156	145	
Propaganda	4	7	7	
Serviços do sistema financeiro	10	19	18	
Serviços de telecomunicações	-	-	1	
Serviços técnicos especializados	45	112	154	
Outras despesas administrativas	5	10	9	
Total	141	305	334	

12. Despesas tributárias

	Semestre 2017	Semestre 2016	Exercício 2017	Exercício 2016
ISS	19	38	40	
COFINS	22	47	57	
PIS	4	7	9	
Outros tributos	23	46	45	
Total	68	138	151	

13. Outras despesas operacionais

	Semestre 2017	Semestre 2016	Exercício 2017	Exercício 2016
Provisão para contingências	-	874	750	
Total	-	874	750	

14. Transações com partes relacionadas: Os principais saldos e resultados de operações entre a Distribuidora e partes relacionadas - Banco Industrial do Brasil S.A. (controlador) são os seguintes:

	2017	2016
Ativo:		
Disponibilidades	105	79
Aplicações em depósitos interfinanceiros (*)	4.535	4.232
Resultado acumulado:		
Resultado de operações com aplicações interfinanceiras de liquidez	403	644
Receitas de prestação de serviços	760	790
Resultado no 2º semestre:		
Resultado de operações com aplicações interfinanceiras de liquidez	174	300
Receitas de prestação de serviços	380	380

(*) Refere-se a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com partes relacionadas, cujas taxas contratadas têm como referência 100% do CDI, e possuem prazos em dezembro de 2019.

15. Instrumentos financeiros derivativos: A Distribuidora não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, operações com instrumentos financeiros derivativos. **16. Indicadores de risco (Basileia):** A apuração dos índices de Basileia e de imobilização da Distribuidora é calculada com base nas informações do conglomerado Banco Industrial do Brasil S.A., em conformidade com a Resolução nº 2.723 de 31 de maio de 2000.

A DIRETORIA **Dalmo Goes** - Contador - CRC 1SP144.600/O2 - CPF 028.235.258-90

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionista e aos diretores da **Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda** - São Paulo - SP **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ocorrência de fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante proveniente de fraude é maior do que o proveniente de erro, pois a fraude pode envolver o uso de burlas de controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018.

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6 **André Dala Pola** Contador CRC 1SP214007/O-2

CONGREGAÇÃO MEKOR HAIM

CGC: 62.365.655/0001-10

RUA SÃO VICENTE DE PAULO, 276

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E ELEIÇÕES ESTATUTARIAS

CONVOCAÇÃO

Os Sócios da Congregação Mekor Haim, estão convocados à Assembléia Geral Ordinária que realizar-se-á na quinta-feira, 26 de Abril de 2018, às 18h15m, em primeira convocação e, em segunda convocação às 19h15m, com a seguinte **ordem do dia:** a) Relatório da Diretoria para o exercício findo em 31/12/17; b) Balanço da Tesouraria; c) Parecer do Conselho Fiscal; d) Eleição do Conselho Diretor; e) Eleição do novo Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais; f) Diversos. São Paulo, Março de 2018.

Citação - Prazo 20 dias-Proc. 0193472-40.2012.8.26.0100 (583.00.2012.193472). O Dr. Antonio Carlos de Figueiredo Negreiros, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível - Foro Central Cível, faz saber a Patrícia Magalhães Vieira dos Santos, CPF 035.921.109-77, que Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, ajuizou uma Ação com Procedimento Comum, objetivando condenar a ré ao pagamento de R$ 2.906,42 (set/2012), corrigidos e acrescidos de encargos legais, bem como as que se vencerem, referente ao débito das faturas de fornecimento de água e coleta de esgoto do imóvel situado à Rua Helvetia, nº 228 A (RGI 916812151). Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerada revel, sendo nomeado curador especial, presumindo se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado. São Paulo, 08.03.2018. B 28 e 29/03

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0042546-81.2011.8.26.0100 (USUC 928) (CNJ 0000000-00.0000). Douton(a) Rodrigo Ramos, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)(s) Adelina Maluhy, Miguel Maluhy Neto, Nadia Dib Maluhy, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais herdeiros e sucessores, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Severino Lima da Costa e Maria Bispo Santos da Costa, ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Carlos Sampaio, nº 317 Subsolo Sala - São Paulo SP, medindo o terreno 12,50 m de frente, por 32,00 m da frente aos fundos, contribuinte nº 009.079.0019-4, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para que apresentem defesa para que, no prazo de 15 dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. B 28 e 29/03

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

VIZEU LEILOEIRO OFICIAL

Washington Luiz Pereira Vizeu, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 414, com escritório à Av. Indianópolis, 2895, Bairro Planalto Paulista, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do contrato de financiamento imobiliário nº 10119434604 de 11/03/2011, no qual figura como Fiduciantes **Marcos Nakayama Emerichi de Souza,** RG nº 18.895.377-4 SSP-SP e CPF nº 139.970.038-31, comerciante, e sua mulher **Karina Gonçalves Rodrigues de Souza**, RG nº 25.640.046-6 SSP/SP e CPF nº 285.137.888-05, professora, brasileiros, casados, residentes e domiciliados na Rua Regente Feijó, 271, Centro, Diadema/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** do modo **Presencial e On-line**, nos termos

Five8 2016 Empreendimento Imobiliário S/A - CNPJ.24.693.172/0001-56 - NIRE 35.300.499.701.

Relatório da Diretoria aos Acionistas: Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, permanecendo esta Diretoria ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que desejarem. São Paulo, 22 de março de 2018. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 2016 (em reais)

Ativo	2017	2016	Passivo	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**24.373.510**	**17.941.585**	**Circulante**	**11.100.725**	**6.543.629**
Caixa e equivalentes de caixa	3.016.899	5.195.586	Fornecedores	335.996	296.767
Imóveis em Construção	7.294.877	419.288	Obrigações Tributárias	143.725	237.809
Impostos e Contribuições			Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias	2.004	1.924
Diferidos/Compensar	202.060	202.681	Contas a Pagar e Outras Obrigações	10.618.997	6.007.237
Despesas Compensas a Apropriar	557.580	113.411	**Patrimônio líquido**	**13.272.787**	**11.397.957**
Outros Créditos	13.291.772	12.010.619	Capital social	17.201.000	17.201.000
Adiantamentos a Fornecedores	9.981	-	Capital social a Integralizar	(4.330.556)	(4.898.217)
			Lucros/Prejuízos Acumulados	607.343	(934.766)
Total do Ativo	**24.373.510**	**17.941.585**	**Patrimônio líquido**	**24.373.510**	**17.941.585**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31/12/2017 e 2016 (em reais)

	Capital social	Capital a Integralizar	Adiantamento Futuro Aumento de Capital	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 28/04/2016	-	-	-	-	-
Constituição da Sociedade	1.000	-	-	-	1.000
Aumento de Capital Social conforme alteração em 31/10/2016	17.200.000	(17.200.000)	-	-	-
Integralização de Capital conforme alteração em 31/10/2016	-	12.331.723	(12.332.722)	-	(999)
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	12.332.722	-	12.332.722
Lucro/Prejuízo do Período	-	-	-	(934.766)	(934.766)
Saldos em 31/12/2016	**17.201.000**	**(4.868.277)**	**-**	**(934.766)**	**11.397.957**
Integralização de Capital	-	332.722	-	-	332.722
Lucro/Prejuízo do Período	-	-	-	1.200.116	1.200.116
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	341.993	341.993
Saldos em 31/12/2017	**17.201.000**	**(4.535.556)**	**-**	**607.343**	**13.272.787**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2017 e 2016

1. Contexto Operacional: A Five8 **2016 Empreendimento Imobiliário S/A.**, constituída em 28/04/2016, transformada em sociedade por ações conforme 1ª Alteração contratual datada em 31/10/2016, tem por objeto o propósito específico, conforme Estatuto Social: (a) o loteamento, na forma da Lei nº 6.766/1979, de empreendimento imobiliário denominado "Presidente Prudente Damha IV" ("Empreendimento") a ser realizado no imóvel localizado na cidade de Presidente Prudente/SP. Obtido o registro do loteamento em 7.356, do 2º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Presidente/SP ("Imóvel"); (b) a implantação das obras de infraestrutura, manutenção e edificação do empreendimento. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei nº 6.404/76 ("Lei das S/A") e suas alterações. **3. Ativo e Passivos (Circulantes e Não Circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os encargos correspondentes. **3. Patrimônio Líquido:** a) No 1º Aditivo Contratual datado de 29/12/2016, foi aprovado o aumento de Capital Social da companhia de R$ 1.000,00, dividido em 1.000 (ações) ordinárias Classe A, para mais R$ 17.201.000,00, ou seja, um aumento de R$ 17.200.000,00, mediante emissão de 16.200 novas ações nominativas, sendo: (a) 4.000 ações ordinárias classe A ao preço de emissão R$ 1.250,00 (sete); (b) 2.000 ações ordinárias classe B ao preço de emissão R$ 1.250,00 (sete); (c) cada uma, e (c) 7.200 ações preferenciais ao preço de emissão equivalente ao seu valor nominal, qual seja de 1.000,00. Cada ação, ordinária ou preferencial, é inalienável, intransferível e indivisível, restando o saldo de capital a integralizar de R$ 4.535.555,54.

Administração
Marcos Demetrio Haik - Sócio Administrador
Michele Alves Gonçalves - Contadora - CRC: SP 237.102/O-2

Apsen Farmacêutica S.A.

CNPJ/MF nº 62.462.015/0001-29 - NIRE 35300159632

Edital

Ficam convidados os Senhores Acionistas da **Apsen Farmacêutica S.A.**, a reunir-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se, em primeira convocação, às 13 horas do dia 20/04/2017, na sede da Apsen Farmacêutica S.A., localizada na cidade de São Paulo/SP, na Rua La Paz, nº 37 - complemento 67, Santo Amaro, CEP 04755-020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em **Assembleia Ordinária:** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício encerrado em 31/12/2017; **(b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2017; e Em **Assembleia Geral Extraordinária** **(c)** deliberar sobre a proposta de aumento de capital social da Companhia, mediante capitalização de lucros e reservas da Companhia, sem modificação do número de ações atualmente existente. **Avisos:** Foram encaminhados aos Senhores Acionistas e permanecem à disposição destes na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76.

KL11 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.351.608/0001-17 - NIRE 35.300.502.544-2

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Aos 29/01/18, às 10h, na sede, com a totalidade. **Mesa:** Presidente: Sr. **Kleber Lopes Apolletto**. Secretário: Sr. **Luis Fernando Voccatore**. **Deliberações Unânimes:** (i) Alterar a denominação social que passará a ser denominada **"KPCE Paula Ney Participações S.A."**; (ii) Alterar o endereço da sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.600, 10º andar, conjuntos 101 e 102 parte, Item Bibi, CEP 04538-132; (iii) Alterar o objeto social de modo que o Artigo 3º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "A Companhia tem por objetivo social: (a) venda e compra de imóveis próprios, (b) locação de bens imóveis próprios, (c) desmembramento ou loteamento de terrenos próprios, (d) planejamento, promoção, desenvolvimento sob o regime de incorporação imobiliária, a venda e a entrega de unidades habitacionais e/ou comerciais, (e) administrar e financiar o recebimento integral das parcelas decorrentes do preço de alienação das unidades imobiliárias, correspondente ao valor de venda, atualizações monetárias e juros contratados, além da prática de todo os atos relativos a sua implantação, e (f) a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista"; (v) Substituir os atuais diretores da Companhia, Srs. **Kleber Lopes Apolletto**, RG nº 30.152.676-3/SSP/SP, CPF/MF nº 286.954.798-62, e **Luis Fernando Voccatore**, RG nº 28.003.666-8/SSP/SP, CPF/MF nº 221.711.758-00. Os diretores foram dispensados do exercício de suas funções a partir desta data e não a mais ampla, rasa, geral e irrevogável quitação à Companhia, nada mais tendo a reclamar neste sentido; e Eleger os novos diretores da Companhia, os Srs. **Felipe Gurtler Bueno**, CPF/MF nº 395.255.568-16, e RG nº 46.787.457-8 SSP/SP, e **Bruno Masetti**, CPF/MF nº 224.749.348-39, e CI nº 25.077.993-6 SSP/SP, ambos eleitos para o cargo de Diretores, sem designação específica, e com mandato de 3 anos, conforme termos de posse devidamente assinados constantes; e (vi) Reformular e consolidar o Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a nova redação. Nada mais. SP, 29/01/18. **Kleber Lopes Apolletto** - Presidente; **Luis Fernando Voccatore** - Secretário. **JUCESP** nº 100.454/18-5 em 28/02/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Citação - Prazo 20 dias - Proc. 0182750-15.2010.8.26.0100 (583.00.2010.182750). O Dr. Valdir da Silva Queiroz Junior, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível - Foro Regional VIII - Tatuapé. Faz Saber a Maria da Conceição Souza - ME, CNPJ ignorado, na pessoa de seu representante legal, que Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., ajuizou uma Ação com Procedimento Comum, objetivando condenar a ré ao pagamento de R$ 57.077,09 (agosto/2010), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente ao débito do Termo de Ocorrência de Irregularidade nº 7245434. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 15.08.2017. B 28 e 29/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010393-21.2015.8.26.0008 Rogério Bento Pellegrino, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível - Foro Regional VIII - Tatuapé. Faz Saber a Andreia Rodrigues Soares, CPF 068.319.888-22, que Escola de Educação Superior São Jorge, ajuizou uma Ação Procedimento Sumário, objetivando condenar a ré no pagamento de R$ 16.680,49 (06/2015), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente ao débito do Contrato de Fração de Encargos Educacionais Ano Letivo de 2011. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerado revel, sendo nomeado curador especial, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente, por extrato, afixado e publicado. São Paulo, aos 26 de fevereiro de 2018. B 28 e 29/03

Jornal
O DIA SP
Ligue:
* 3258-1822

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004222-33.2016.8.26.0005 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). César Augusto Fernandes, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) BLECK FOX MAGAZINE LTDA EPP, CNPJ 19.020.753/0001-97, que seu representante legal, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, requerendo em síntese: o recebimento de R$ 26.250,35 (valor atualizado em 11/03/2016), referente ao saldo devedor do Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças nº 9.295.302 (celebrado entre as partes em 23/06/2015). Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de três (3) dias úteis pague a dívida ou, no prazo de 15 dias úteis, opte embargos ou comprovar o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários, para valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Os prazos referidos fluirão após o decurso do prazo do presente edital. Não havendo resposta da executada, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 2018. B 28 e 29/03

CROWN ODONTOLOGIA DE GRUPO LTDA

CNPJ 69.099.307/0001-98

Relatório da Administração

ANS - nº 39.724-5

A diretoria da **Crown Odontologia de Grupo Ltda**. apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. No ano de 2017, apesar das grandes dificuldades no cenário econômico principalmente no segmento da Saúde Suplementar, nossos resultados foram bons, alcançando 8,4% de crescimento no faturamento. Além disso, fizemos um grande esforço de treinamento sobre Atendimento e Normativas da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar com todos nossos colaboradores e aumentamos a capacidade de pontos de atendimentos do nosso SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente. Para o ano de 2018 e nosso Planejamento Estratégico prevê um crescimento de 10% na carteira de beneficiários, e 12% no faturamento, o que coloca nossa empresa entre os grandes players do mercado. Temos um grande desafio pela frente e vamos trabalhar muito para alcançar o que foi planejado.

São Paulo, 20 de Março de 2018.

Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 2016

Ativo	2017	2016
Circulante	**672.190,88**	**476.684,74**
Disponível	**156.327,41**	**8.199,61**
Realizável	**515.863,47**	**468.484,53**
Aplicações Garantidoras a Provisões Técnicas	261.262,78	200.562,50
Aplicações Não Vinculadas/Livres	-	53.560,60
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	**140.695,49**	**115.148,58**
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	140.695,49	115.148,58
Creditos Tributários e Previdenciários	4.939,56	2.708,49
Bens e Títulos a Receber	108.965,64	96.504,36
Ativo não Circulante	**424.345,38**	**713.034,59**
Realizável a Longo Prazo	**424.345,38**	**713.034,59**
Permanente	**424.345,38**	**713.034,59**
Imobilizado	**424.345,38**	**713.034,59**
Imóveis - Hospitalares/Odontológicos	-	-
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos	128.241,47	140.716,91
Imobilizado de Uso Próprio	137.392,68	182.225,27
Intangível	158.711,23	390.092,41
Total do Ativo	**1.096.536,26**	**1.189.718,73**

Passivo	2017	2016
Circulante	**639.485,06**	**607.509,58**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**505.312,24**	**158.615,65**
Provisão Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**505.312,24**	**158.615,65**
Provisão de Prêmio / Contraprestações Não Ganha - PPCNG	12.657,54	15.493,70
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar p/Outros Prest. de Serviços Assistenciais	104.012,85	143.121,95
Débitos de Operações de Assist. à Saúde	**-**	**91.861,02**
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	-	91.861,02
Comercialização sobre Operações	-	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	45.557,63	55.982,14
Débitos Diversos	88.613,10	301.450,77
Passivo não Circulante	**-**	**-**
Exigível a Longo Prazo	**-**	**-**
Patrimônio líquido / Patrimônio Social	**457.053,20**	**581.809,15**
Capital Social / Patrimônio Social	200.000,00	200.000,00
Adiantamento para Futuro Aum. de Capital	164.890,00	164.890,00
Reservas	-	-
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado	92.163,20	216.919,15
Total do Passivo	**1.096.536,26**	**1.189.718,73**

Demonstração do Resultado em 31/12/2017 e 2016 (em reais)

	2017	2016
Receita Bruta de Imóveis Vendidos	**7.682,424**	**204,138**
Receita de Imóveis Vendidos	7.682,434	204,138
(-) Impostos Incidentes Sobre Serviços	**(280,735)**	**(7,481)**
Receita Líquida de Imóveis Vendidos	**7.401,699**	**196,657**
Custo de Imóveis Vendidos	**(4.250,294)**	**(165,887)**
Lucro Bruto	**3.151,404**	**30,800**
Despesas Operacionais	**(1.871,575)**	**(679,644)**
Despesas Comerciais	**(702,016)**	**(620,559)**
Despesas com Propagandas	(68.197)	(499,383)
Despesas com Marketing	(145,243)	-
Despesas com Comissões	(215,690)	(1,774)
Despesas com Stand de Venda	(271,880)	(328,421)
Despesas Administrativas	**(969,559)**	**(150,084)**
Despesas Gerais Administrativas	(1.552,862)	(133,763)
Despesas Tributárias	(123,327)	(20,354)
Despesas Financeiras	(116,138)	1,801
Receitas Financeiras	222,768	4,871
Resultado Operacional	**1.479,829**	**(928,844)**
Variação Monetária Ativa	39	2
Resultado de Exercício antes da Provisão do IRPJ e CSLL	**1.479,868**	**(928,841)**
Contribuição Social	(102,248)	(2,213)
IRPJ	(177,500)	(3,713)
Resultado Líquido do Exercício	**1.200,116**	**(934,766)**

Demonstração do Resultado em 31/12/2017 e 2016

	2017	2016
Contraprestações Efetivas/Prêmios		
Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	**4.325.865,91**	**3.989.389,99**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	4.572.257,11	4.212.569,53
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	4.572.257,11	4.212.569,53
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	-	-
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assist. à Saúde da Operadora	(246.391,20)	(223.179,54)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	**(1.669.677,11)**	**(1.416.000,89)**
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(1.669.677,11)	(1.416.000,89)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	**2.656.188,80**	**2.573.389,10**
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac.		
Resultado Bruto	**2.656.188,80**	**2.573.389,10**
Despesas de Comercialização	(400.680,77)	(374.024,36)
Despesas Administrativas	(1.456.569,72)	(1.502.523,51)
Outras Receitas Operacionais	8.628,89	23.951,14
Outras Despesas Operacionais	**(352.310,46)**	**(307.425,78)**
Outras	(352.310,46)	(307.425,78)
Resultado Financeiro	**(91.451,62)**	**(33.651,69)**
Receitas Financeiras	23.433,08	116.448,26
Despesas Financeiras	(114.884,70)	(150.099,95)
Resultado Operacional	**363.806,12**	**379.714,90**
Resultado antes dos Impostos e Participações	**363.806,12**	**379.714,90**
Imposto de Renda	(64.667,76)	(80.713,42)
Contribuição Social	(31.920,37)	(36.258,22)
Resultado Líquido	**267.218,05**	**262.743,26**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2017 e 2016

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	**267.218,05**	**262.743,26**
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	-	-
Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Total Resultado Abrangente do Exercício	**267.218,05**	**262.743,26**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC em 31/12/2017 e 2016

	2017	2016
(+) Recebimentos de Plano Saúde	4.243.965,13	4.057.389,50
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	503.288,78	1.483.892,40
(+) Recebt. de Juros de Aplic. Financeiras	105.547,24	20.893,65
(+) Outros Recebimentos Operacionais	0,00	0,38
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	1.782.421,81	1.594.050,15
(-) Pagamento de Comissões	356.381,53	416.915,54
(-) Pagamento de Pessoal	505.638,70	535.434,46
(-) Pagamento de Aluguel	5.751,18	-
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	161.298,67	155.601,89
(-) Pagamento de Tributos	427.439,62	471.705,06
(-) Pagamento de Depósitos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	500,00	0,00
(-) Pagamento de Aluguel	1.155,13	0,00
(-) Pagamento de Remoção/Publicidade	25.531,90	20.824,16
(-) Aplicações Financeiras	539.976,74	1.679.950,51
(-) Outros Pagamentos Operacionais	552.344,70	614.632,48
Caixa Líq. Ativ. Atividades Operacionais	**494.361,13**	**73.061,30**
(+) Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	-	395,00
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	-	2.231,00
(-) Pagamentos das Atividade de Investimento	84,51	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(84,51)**	**(2.626,00)**
(-) Pagto. de Participação nos Resultados	399.709,00	450.798,00
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento	-	-
Caixa Líq. das Ativ. de Financiamento	**(399.709,42)**	**(450.798,00)**
Variação de Caixa e Equiv. de Caixa	**94.567,20**	**(380.362,70)**
Caixa - Saldo Inicial (Conta Caixa + Conta Banco)	**61.760,21**	**442.123,00**
Caixa - Saldo Final (Conta caixa + conta Banco)	**156.327,41**	**61.760,00**
Ativos Livres no Início do Período (*)	**94.567,20**	**(380.362,70)**
Ativos Livres no Final do Período (*)	**61.760,21**	**442.123,00**
Aumento/(Dimin.) nas Aplic. Financ. - Recursos Livres	**156.327,41**	**61.760,00**
	94.567,20	**(380.363,00)**

1. Contexto Operacional: A Sociedade tem por objetivo a prestação de serviços odontológicos. Está credenciada a operar em todo território nacional pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, como operadora de nº 397245 na modalidade odontologia de grupo com fins lucrativos, em conformidade com a Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998 e demais normas aplicáveis em vigor. **2. Principais Práticas Contábeis: Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas, aprovadas pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2018 e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Base de preparação e apresentação:** A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, dúvidas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. 2.1 - Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da empresa e, sua moeda de apresentação; 2.2 – Contas de resultado: O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência; 2.3 – Caixa e equivalente de caixa: São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado; 2.4 – Ativo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para redução ao valor recuperável; 2.5 – Ativo imobilizado: Composto dos bens próprios, registrados ao custo histórico mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear a taxas que levam em consideração o período de vida útil; 2.6 – Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; 2.7 – Provisão para férias e encargos: Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; 2.8 – Imposto de Renda e Contribuição Social: Foram constituídos sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor. 2.9 – As práticas e estimativas de operações de assistência à saúde foram constituídas nos percentuais exigidos de acordo com a Resolução Normativa - RN 393 de 09 de Dezembro de 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar. 2.10 – Uso de estimativa: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue com base em estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados. **3. Aplicações Financeiras:** Referem-se, substancialmente a aplicações financeiras de curto prazo em fundos de investimentos e depósitos bancários a prazo, que incluem a receita financeira líquida até 31/12/2017 e estão assim distribuídos:

Descrição	Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Títulos de Renda Fixa - Privados			
	Fundo de Investimento FicFi	-	358
Banco Santander	CDB / RDB	-	53.203
Banco Itaú	Fundo de Investimento Capitania Top Credito FicFi	-	171.321
Capitania Top Credito	FIC FI	-	-
Santander	-	-	-
Capitania	-	-	-
Total RF – Privados		**-**	**224.882**
Total não vinculado		**-**	**224.882**
Banco Santander	ANS BR	116.345	29.241
Banco Itaú	Aut Mais	127.701	-
Banco Santander	CDB – DI	4.896	-
Banco Santander	CDB / RDB – CETIP	106.356	-
Banco Santander	Fundo de Investimento CDB DI	33.666	-
Total garantidores		**388.964**	**29.241**
Total Aplicações Financeiras		**388.964**	**254.123**

4. Imobilizado: Os saldos das contas estão discriminados em 31 de dezembro de:

Descrição	Taxas anuais de deprec.	Valor do custo R$	Deprec. acumul.	Valor líquido 2017	Valor líquido 2016
móveis - Custo					
Aquisição	4%	311.886	(183.645)	128.241	140.717
Instalação	10%	132.514	(132.514)	-	4.738
Sub-total		**444.400**	**(316.159)**	**128.241**	**145.455**
Bens móveis					
Móveis e utensílios	10%	77.181	(71.863)	5.318	6.755
Equip. odontológicos	10%	88.647	(88.647)	-	-
Equip. de informática	20%	107.051	(107.051)	-	5.481
Sub-total		**272.879**	**(257.561)**	**5.318**	**12.236**
Outras imobilizações					
Veículos	20%	164.890	(32.978)	132.612	164.890
Outros	20%	13.732	(13.569)	163	363
Sub-total		**178.622**	**(46.547)**	**132.775**	**363**
Total Tangível		**895.901**	**(630.267)**	**265.634**	**158.054**

5. Intangível: Valor referente à compra da totalidade da carteira de beneficiários de planos de saúde odontológicos das Operadoras Sistema Odontológico de Saúde e Oral Odonto Assistência, conforme segue:

Data de Aquisição	Sistema Odontológico de Saúde 30/04/2015	Oral Odonto Assistência 30/12/2015
Custo da Aquisição	15.000	705.996
Amortização do Período	14.484	547.802
Quantidade de Beneficiários.	-	-
Adquiridos	3.869	11.767

6. Tributos e Contribuições: Os saldos das contas estão discriminados em 31 de dezembro de:

	2017	2016
INSS	19.398	19.925
FGTS	1.684	1.535
IRRF	4.880	4.103
ISS	6.924	6.980
PIS / COFINS	11.451	11.250
Outras Contribuições	2.331	2.377
IRPJ	-	5.104
CSLL	-	4.677
Total	**45.558**	**55.978**

7. Débitos Diversos: Os saldos das contas estão discriminados em 31 de dezembro de:

	2017	2016
Salários a pagar	21.448	14.255
Provisão Férias	23.015	13.671
Contas a pagar Terceiros	284	729
Aquisição carteira a pagar CP	-	206.257
Fornecedores de bens e serviços	27.616	26.089
Outros débitos operacionais a pagar	-	-
Outras Contas a pagar	5.706	7.735
Total	**78.069**	**283.736**

8. Seguros: A Sociedade possui cobertura de seguros para bens móveis e imóveis julgados suficientes para cobrir esses tipos de sinistros. **9. Contingências Passivas:** De acordo com avaliação da assessoria jurídica da Sociedade, não existiu contingências passivas em 2017 e 2016. **10. Conciliação entre Lucro Líquido e Fluxo de Caixa Líquidos das Atividades Operacionais**

	2017	2016
Fluxo de Caixa		
Lucro (Prejuízo) do período	**267.218**	**262.743**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	273.689	387.067
Depreciação e amortização	273.689	375.152
Ajuste patrimônio - Patrimônio Líquido	-	11.218
Redução (aumento) do ativo	**(47.379)**	**207.921**
Aplicações financeiras	(7.140)	193.100
Créditos de oper. com planos de assist. à saúde	(25.547)	19.083
Créditos de operações não relacionadas com planos de saúde	-	-
Despesas diferidas	-	-
Créditos tributários e previdenciários	(2.231)	(2.708)
Bens e títulos a receber	(12.461)	(1554)
Realizável a longo prazo	-	-
Aumento (redução) do passivo	**833**	**(784.670)**
Provisões técnicas de operações de assist. à saúde	346.697	17.246
Débitos de operações de assistência à saúde	(91.861)	28.137
Débitos com oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde	-	-
Provisões	-	-
Tributos e encargos sociais a recolher	(10.425)	(55.674)
Débitos diversos	(243.578)	(548.916)
Passivo não circulante	-	(225.463)
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais	**494.361**	**73.062**

Diretoria
Dr. Walter C. Coriolano
Dr. Walter C. Coriolano Jr.

Equação Contábil Ltda. - CRC nº 2SP022128/O-4
Jacinto Bruno Scagliusi - CRC nº 1SP234266/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

Aos acionistas da: Crown Odontologia de Grupo Ltda. Opinião: Examinamos as demonstrações Contábeis da Crown Odontologia de Grupo Ltda. que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Crown Odontologia de Grupo Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Crown Odontologia de Grupo Ltda. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Outros Requisitos Legais e Regulatórios:** A Crown Odontologia de Grupo Ltda., por ser tratar de Operadora de Plano de Saúde, deve atender e cumprir as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Dentre os pontos mais principais itens exigidos por esta Agencia Reguladora tais como: PMA – Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, e Ativos garantidores e não atendam totalmente em 31/12/2017. Como fato subsequente em 06/03, 07/03 e 08/03/2018 os sócios fizeram aportes de capital, de forma a suprir as deficiências apontadas naquela data, conforme documentos apresentados. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor:** A administração da Crown Odontologia de Grupo Ltda. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações contábeis ou com nossos conhecimentos obtidos na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Crown Odontologia de

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ/MF 25.116.715/0001-25

Relatório da Administração

Fundada em 01 de julho do ano de 2016, a Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") está situada na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros. Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um mês acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. Para tornar-se líder e impor na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento abundantes disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com abundância de garantias e taxas atraentes. A securitização de recebíveis financeiros se mostra como uma alternativa de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fontes de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. Em 2018, a Gaia Cred II quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores, sempre investindo em estruturação financeira, processos de analises e gestão de risco e mantendo os ativos disponibilizados no mercado, seja quando tomamos pioneiro no mercado de securitização financeira, emitindo 2 (duas) séries de Debêntures no ano de 2016 e 3 (três) séries de debêntures em 2017. O nosso objetivo neste ano não é ser o maior securitizadora em valores, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores para a melhor opção dentre as securitizadoras. Seguimos nosso

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Aplicações financeiras	5	4.911	532
Carteira de créditos	6	1.896	1.267
Partes relacionadas	7	3	-
Adiantamentos a fornecedores		3	3
Impostos a recuperar		3	-
		6.816	**1.802**
Não circulante			
Carteira de créditos	6	-	4.301
		-	**4.301**
Total do ativo		**6.816**	**6.103**

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			
Contas a pagar		19	138
Obrigações fiscais		16	38
Partes relacionadas	7	3	-
Debêntures	8	2.041	1.267
Total do passivo circulante		**2.098**	**1.443**
Não circulante			
Exigível ao longo prazo		-	-
Debêntures	8	4.717	4.659
		4.717	**4.659**
Patrimônio líquido/passivo a descoberto			
Capital social		1	1
Prejuízos acumulados		-	-
Total do patrimônio líquido/passivo a descoberto	**9**	**1**	**1**
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.816**	**6.103**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2017	2016
Receita líquida de prestação de serviços		-	-
Despesas operacionais	**10**	**(3.039)**	**(2.231)**
Despesas gerais e administrativas		(3.039)	(2.231)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(3.039)**	**(2.231)**
Resultado financeiro	**11**	**3.039**	**2.231**
Receitas financeiras	11.1	12.550	11.204
Despesas financeiras	11.2	(9.511)	(8.973)
Prejuízo do exercício		-	-
Média ponderada de ações	**9**	**1,00**	**1,00**
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações do capital social no final do exercício - R$	**9**	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-
Prejuízo do exercício / período	-	-
Variações nos ativos e passivos	-	-
(Aumento) redução nas contas a receber	3.672	(5.568)
(Aumento) redução em adiantamentos a fornecedores	-	(3)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(3)	-
Aumento (redução) em partes relacionadas	19	-
Aumento (redução) em contas a pagar	(119)	138
Aumento (redução) em obrigações fiscais	(22)	38
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**3.547**	**(5.395)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Captação de debêntures	832	5.926
Integralização de capital	-	1
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	**832**	**5.927**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	532	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.911	532
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**4.379**	**532**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do mutações do patrimônio social (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		-	-	-
Capital social realizado	9	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1	-	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2017	2016
Receita bruta de prestação de serviço	-	-
Outras receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.022)**	**(2.231)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.022)	(2.231)
Valor adicionado bruto	**(3.022)**	**(2.231)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(3.022)**	**(2.231)**
Valor adicionado recebido em transferência	-	-
Receitas financeiras	12.550	11.204
Valor adicionado total a distribuir	**9.528**	**8.973**
Distribuição do valor adicionado	**9.528**	**8.973**
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**17**	**29**
Federais	17	29
Remuneração de capital de terceiros	**9.511**	**8.944**
Juros	9.511	8.944
Remuneração de capitais próprios	-	-
Lucros/prejuízos acumulados	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") é uma Companhia anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP foi constituída em 13 de junho de 2016 e obteve seu registro no JUCESP em 01 de julho de 2016. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos, comerciais, bancos de investimentos, Companhias de créditos imobiliários, Companhias de arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e quaisquer títulos de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites, da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Em 07 de julho de 2016, a Companhia formalizou o seguinte instrumento jurídico para a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, Companhias de créditos imobiliários, arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias. • Escritura particular da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real. Dessa forma em 07 de julho de 2016, a Companhia emitiu 1 (uma) série de debêntures no valor de R$ 100.000 (cem milhões de reais) conforme nota explicativa nº 8. Dos valores emitidos foram integralizados R$ 6.628 (oito milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) em 29 de julho de 2016. • Em 02 de outubro de 2017, A Companhia formalizou instrumento para emissão de debêntures por meio da escritura particular da 2ª (segunda) emissão série 1ª (um) no valor de R$ 3.000.000 (três milhões de reais) e da 3ª emissão em duas séries sendo a série 1ª (um) no valor de R$ 2.000.000 (dois milhões de reais) e a série 2ª (dois) no valor de R$ 1 (mil reais). Dos valores emitidos foram integralizados R$ 4.201 (quatro milhões setecentos e um mil reais) no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações e dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **(a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e (ii) instrumentos financeiros disponíveis para venda. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC e as normas IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 23 de março de 2018. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionais auferidos até as datas de vencimento dos períodos. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, e não estão sujeitos a riscos de mudança de valor. **(b) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em período não superior a um ano. **(c) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias: ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:*** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos. ***Ativos financeiros disponíveis para venda:*** Um ativo financeiro disponível para venda é um ativo financeiro não derivativo que é designado como disponível para a venda ou não é classificado em nenhuma das categorias possíveis. A Companhia tem os seus investimentos em títulos patrimoniais e/ou títulos de dívida classificados como que serão mantidos em carteira por um tempo não determinado, mas que poderão ser liquidados por meio de vendas relacionadas a alterações no nível de liquidez do título, condições macroeconômicas que afetem as suas condições de remuneração e/ou outras alterações que possam sinalizar a possibilidade e a oportunidade na liquidação do título. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são medidos pelo seu valor justo e as mudanças são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Na ocasião da baixa desses ativos, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. ***Títulos mantidos até o vencimento:*** Os ativos financeiros são classificados nessa categoria quando a Companhia tem a intenção e capacidade de manter-los até a data de seu vencimento. Esses títulos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. ***Passivos financeiros:*** Compreendem as captações via debêntures da Securitizadora. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e certos passivos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Securitizadora incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e emissões de debêntures. Após reconhecimento inicial, as debêntures sujeitas a juros são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas. **(d) Empréstimos e recebíveis - Contas a receber:** Compreendem a receita da Securitizadora. São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **(e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** ***Ativos financeiros:*** A Administração da Companhia revisa anualmente, ou quando há indícios de perda, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar e avaliar eventos ou mudanças econômicas, ambientais, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou a necessidade de realizar ajustes por recuperação de ativos. ***Ativos não financeiros:*** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(f) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Securitizadora e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação. Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **(g) Ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os

4. Partes relacionadas

	2017	2016
Ativo	3	
Passivo	(22)	-
	(19)	-

(a) Participação acionária: A Companhia é controlada direta da Nova Atlantis Participações Ltda, que, em 31 de dezembro de 2017, esta possui participação de 99,99% do seu capital. **(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive não ocorrendo em último exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e ao presente exercício social do ano de 2017 a remuneração mensal do valor fixado de um salário mínimo, acrescido do custo de INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário. **8. Debêntures:** Em 07 de julho de 2016, a Companhia emitiu 1 (uma) série de Debêntures, sem remuneração, com vencimento em 2026. Dos valores emitidos foram integralizados R$ 6.628 (oito milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) em 29 de julho de 2016. Em 15 de outubro de 2017 a Companhia realizou duas emissões de debêntures da seguinte forma: • 2ª Emissão série única no valor de R$ 2.000.000 (dois milhões de reais) com remuneração fixada em 7% a.a e vencimento em outubro de 2027. Os valores emitidos foram totalmente integralizados. • 3ª Emissão séries 1ª no valor de R$ 3.000.000 (três milhões de reais) com remuneração fixada em 7% a.a e série 2ª no valor de R$ 1 (um mil reais) sem remuneração e vencimento em outubro de 2027. Dos valores emitidos, foram integralizados R$ 4.701 (quatro milhões setecentos e um mil reais). Em 31 de dezembro de 2017 estão representadas da seguinte forma:

	2017	2016
1ª Emissão série única	5.926	6.628
2ª Emissão série única	2.000	-
3ª Emissão série 1º	2.700	-
3ª Emissão série 2º	1	-
Amortizações	(3.385)	(2.702)
Juros debêntures	16	-
Redução do valor nominal das debêntures	(520)	-
Total	**6.758**	**5.926**
Passivo circulante	2.041	1.267
Passivo não circulante	4.717	4.659

Tipo: simples, nominativas escriturais e não conversíveis em ações.
Espécie: com garantia real.

Valor original	1ª Emissão Série única 100.000.000	2ª Emissão Série única 2.000.000	3ª Emissão Série 1º 3.000.000	3ª Emissão Série 2º 1
Valor unitário	1	100	100	1

Destinação dos recursos: Os recursos oriundos da emissão serão destinados à aquisição dos recebíveis. **Pagamentos condicionados:** A obrigação da Securitizadora de efetuar a amortização das debêntures (amortizações e remunerações) está condicionada à realização das carteiras de crédito que serão adquiridas pela Securitizadora e que estão integralizando os recursos e vinculadas respectivamente a cada uma das séries de debêntures. **Remuneração adicional (prêmio):** Corresponde a remuneração adicional apurada com base na receita da Securitizadora decorrente da realização das demais carteiras de créditos vinculadas à debênture e paga em parcelas mensais. **Garantias:** Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios atuais e futuros adquiridos pela Securitizadora e de conta vinculada, contendo o fluxo de recebimentos das carteiras vinculadas a cada série de debêntures. **Dação em pagamento:** Na hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora que poderá incluir entre outras medidas: (i) cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da proporção dos seus créditos, dos direitos creditórios não realizados; (iv) aguardo da recuperação dos direitos creditórios, entre outros. **Fundo reserva:** São constituídos para cada série de debêntures e no valor limitado a um valor mínimo de R$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais). **9. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social era de R$ 1 (mil reais) representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 27 de outubro de 2017, houve a integralização de capital no montante de R$ 1.000, respectivamente, mediante a emissão de 1.000 ações, totalizando 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo totalmente subscritas e integralizadas. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social se dividia da seguinte forma:

Acionistas	%	31.12.2017	31.12.2016
Nova Atlantis Participações Ltda.	99,99%	999	999
Outros	0,01%	-	-
Capital subscrito	**100%**	**1.000**	**1.000**

Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva estatutária:** Após 5% (cinco por cento) após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para o futuro distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 11.638/2007) em 31 de dezembro de 2017, não houve distribuição de dividendos aos acionistas. **Lucro básico e diluído por ação (*):** De acordo com as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) 41 - Resultado por ação aos acionistas, para cada exercício social conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Prejuízo Atribuível aos acionistas da Companhia	-	-
Média Ponderada do número de ações durante o exercício/ período	1	1
Prejuízo básico e diluído (R$)	-	-

(*) O Lucro diluído por ação se igual ao lucro básico por ação, pois não existem efeitos diluidores.

10. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Despesas serviços de terceiros	(2.924)	(2.176)
Despesas com serviços e publicações	(60)	(40)
Despesas tributárias	(56)	(2)
Despesas com utilidades e serviços	(19)	(9)
	(3.039)	**(2.231)**

11. Resultado financeiro: 11.1. Receitas financeiras

	2017	2016
Juros - carteira de crédito	12.291	11.201
Receita de aplicações financeiras - CDB	31	3
Outras	228	294
	12.550	**11.204**

11.2. Despesas financeiras

	2017	2016
Prêmio de debêntures	(9.471)	(8.946)
Juros sobre debêntures	(16)	-
Outras	(24)	(27)
	(9.511)	**(8.973)**

12. Benefícios a empregados: A Companhia não possui benefícios pós-emprego, de remuneração baseada em ações nem benefícios a empregados. **13. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros:** ***Instrumentos financeiros:*** O valor justo de ativos e passivos financeiros é mensurado por meio do resultado, os investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das informações trimestrais. As aplicações financeiras da Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) administrados pelo Banco Bradesco S.A. ***Instrumentos financeiros derivativos:*** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. ***Política de gestão de riscos:*** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos decorrentes de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. ***Gestão de risco de capital:*** A política da Companhia consiste em manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital, que a Companhia define como resultado líquido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso. O objetivo da Companhia é manter um retorno sobre capital de 10% a.a. Contudo, por ser no início de suas operações e ter realizado apenas uma operação, o retorno do sobre o capital foi negativo. ***Índice de endividamento líquido:*** O índice de endividamento da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro está representado pela tabela a seguir:

	2017	2016
Dívida total	6.758	5.926
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.911)	(532)
Dívida líquida	1.847	5.394
Patrimônio líquido	1	1
Índice de Endividamento (a)	99.99%	539.94%

(a) Passivo circulante + passivo não circulante sobre o total de ativos da companhia. ***Risco de crédito:*** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras devido a problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros aspectos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assumindo a irregularidade de fluxo de seus previstos montantes na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras de adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R$ 4.911 aplicados em certificado de depósitos bancários. ***Garantias de crédito:*** As garantias de crédito oferecidas pela Companhia no caso de inadimplemento. ***Garantia Real:*** Em garantia de operações de crédito e pactuadas nas obrigações assumidas pela Companhia sob as Debêntures ("Obrigações Garantidas"), a Companhia cedeu fiduciariamente os créditos adquiridos aos debenturistas que são representados por meio do agente fiduciário conforme escritura de emissão. ***Risco de mercado econômico:*** Considerado como a possibilidade da Companhia incorrer em perdas decorrentes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosas análise qualitativa, abrangendo, entre outros aspectos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assumindo a irregularidade de fluxo de seus previstos montantes na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, está exposta a volatilidade desse mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores. ***Risco de liquidez:*** O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancários (CDB) e Fundos de Investimento, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Passivos financeiros	Vencimento	2017	2016
Contas a pagar e obrigações fiscais (a)	2018	57	176
Debêntures (b) - Nota 8	2026	6.758	5.926
Total		**6.815**	**6.102**

(a) Os passivos financeiros não derivativos serão liquidados nos vencimentos que foram acordados com os fornecedores, cujo prazo máximo para liquidação é de até 31 de março de 2018. (b) Os passivos financeiros derivativos serão liquidados no vencimento da operação, apenas os prêmios obedecerão à periodicidade mensal quando houver fluxo disponível. As debêntures emitidas possuem vencimento até 07 de julho de 2026 e 15 de outubro de 2027. A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez. Os passivos financeiros não derivativos são negociados considerando a expectativa da Companhia ser liquidada à vencimento. Os passivos financeiros variam de 3 a 6 meses, caso no negócios não sejam efetivados, os sócios se dispõem a aumentar o capital de forma a garantir sua liquidez. Os passivos financeiros derivativos serão liquidados com base no retorno líquido da operação. Os ativos financeiros são mantidos, desta forma sendo liquidos suficiente para liquida-los no prazo de vencimento acordado. ***Risco de taxa de juros:*** O caixa da Companhia pode ser investido em Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e fundos de investimento, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia. Para os ativos financeiros, a Companhia estuda as modalidades de investimentos oferecidas por grandes bancos e escolhe as melhores taxas de juros, como é utilizado constantemente nas atividades operacionais, a diretoria decidiu aplicar em certificados de depósitos bancários CDB's e fundos de investimentos que remuneram um percentual da taxa de depósitos interfinanceiros (DI). Os passivos financeiros são liquidados em

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. – CNPJ/MF 28.757.881/0001-69

Fundada em 23 de agosto do ano de 2017, a Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") está situada na Rua Ministro Jesuino Cardoso, 633, 8º Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de crédito financeiros. Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. Para tomar-se líder e impor na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis no mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com abundância de garantias e taxas atraentes. A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de capitação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e seguro tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. Em 2018, a Gaia Cred quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores, sempre inovando em estruturação financeira, processos de análise e gestão de ativos e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado. O nosso objetivo nesto ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras. Para isso, acreditamos que precisamos ser bem sucedidos em bem sucedidos em bem sucedidos em

Gaia Cred III Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ/MF 26.433.778/0001-88

Fundada em 08 de setembro do ano de 2016, a Gaia Cred III Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") está situada na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Certificados de Debêntures, lastreados em diversos segmentos de créditos financeiros. Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. Para tornar-se líder e impar na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia deverá, ainda, ser a ponte entre os setores ofertantes e os setores tomadores de recursos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. Em 2018, a Gaia Cred quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores, sempre investindo em estruturação financeira, processos de análise e gestão de risco e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado, nos tornamos pioneiros no mercado de securitização financeira, emitindo 2 (duas) séries de Debêntures no ano de 2016. O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras. Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva! Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2016, a Mazars Auditores Independentes S.S., ou quaisquer partes relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia nem a suas empresas controladas ou sob controle comum qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Aplicações financeiras	5	8.227	5.772
Carteira de crédito	6	218.085	97.452
Adiantamentos a fornecedores		-	94
Impostos a recuperar		73	-
		226.385	**103.318**
Não circulante			
Realizável ao longo prazo			
Contas a receber	6	437.403	229.399
Imóveis disponíveis para venda	7	1.595	-
		438.998	229.399
Total do ativo		**665.383**	**332.717**

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			
Contas a pagar		11	62
Obrigações fiscais		6	53
Debêntures	8	225.412	97.998
Partes relacionadas	12	5	35
		225.429	**98.175**
Não circulante			
Exigível ao longo prazo			
Debêntures	8	439.954	234.542
Patrimônio líquido			
Capital social		-	-
Prejuízos acumulados		(11.691)	(950)
Outros resultados abrangentes		(11.691)	950
	9	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**665.383**	**332.717**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2017	2016
Receita líquida de prestação de serviços		-	-
Despesas operacionais	10	(4.253)	(985)
Despesas gerais e administrativas		(4.253)	(985)
Resultado antes do resultado financeiro		**(4.253)**	**(985)**
Resultado financeiro	11	**(6.488)**	**35**
Receitas financeiras		2.945	35
Despesas financeiras		(9.433)	-
Prejuízo do exercício		**(10.741)**	**(950)**
Média ponderada de ações	9	**100**	**100**
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	9	**(107.410,00)**	**(9.500,00)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	**(10.741)**	**(950)**
Redução do valor nominal das debêntures	11.691	-
Resultado abrangente do exercício	**950**	**(950)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício / período	**(10.741)**	**(950)**
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução em contas a receber	(328.637)	(326.851)
(Aumento) redução em adiantamentos a fornecedores	94	(94)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(73)	-
(Aumento) redução em partes relacionadas	(62)	62
(Aumento) redução em imóveis consolidados	(1.595)	-
Caixa líquido gerado em operações	(51)	62
Aumento (redução) em obrigações fiscais	(47)	53
Aumento (redução) em fundo de reserva	1.534	4.981
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(339.578)**	**(322.737)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação & liquidação de debêntures	342.020	328.509
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	**342.020**	**328.509**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.772	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.227	5.772
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.455**	**5.772**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		-	-	-
Capital social a integralizar	9	1	-	1
Capital social a integralizar	9	(1)	-	(1)
Prejuízo do exercício	9	-	(950)	(950)
Redução por nominal das debêntures	9	-	950	950
Saldos em 31 de dezembro de 2016		-	-	-
Capital social emitido	9	1	-	1
Capital social a integralizar	9	(1)	-	(1)
Prejuízo do exercício	9	-	(10.741)	(10.741)
Redução por nominal das debêntures	9	-	10.741	10.741
Saldos em 31 de dezembro de 2017		-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2017	2016
Receita bruta de prestação de serviço	-	-
Outras receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(13.675)**	**(983)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.675)	(983)
Valor adicionado bruto	**(13.675)**	**(983)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(13.675)**	**(983)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.945	35
Valor adicionado total a distribuir	**(10.730)**	**(948)**
Distribuição do valor adicionado	**(10.730)**	**(948)**
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**8**	**2**
Federais	8	2
Remuneração de capital de terceiros	3	-
Juros	3	-
Remuneração de capitais próprios	**(10.741)**	**(950)**
Lucros retidos / prejuízo do exercício	(10.741)	(950)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gaia Cred III Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") é uma Companhia anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP foi constituída em 08 de setembro de 2016 e obteve seu registro na JUCESP em 27 de outubro de 2016. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos, comerciais, bancos de investimentos, Companhias de créditos imobiliários, Companhias de arrendamento mercantil, Companhias de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimos, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, pria da ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de quaisquer títulos de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites, da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados ao operações de securitização de créditos imobiliários e financeiros; (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Em 23 de novembro de 2016, a Companhia formalizou o seguinte instrumento jurídico para a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, Companhias de créditos imobiliários, arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias: Escritura particular da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real. Dessa forma em 25 de novembro de 2016, a Companhia emitiu 2 (duas) series de debêntures: Classe Sênior no valor de R$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) e Classe Subordinada no valor de R$ 200.000 (quinntos milhões de reais) conforme nota explicativa nº 12. Dos valores emitidos foram integralizados R$ 328.509 (trezentos e vinte e oito milhões quinhentos e nove mil reais) em 08 de dezembro de 2016. Em 16 de novembro de 2017 foram integralizados R$ 271.491 (trezentos e setenta e um milhões quatrocentos e noventa e um mil reais), desta forma totalizando R$ 700.000 (setecentos milhões de reais) integralizados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **(a) Base de mensuração**: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e (ii) instrumentos financeiros disponíveis para venda. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC e as normas IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diverge dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 21 de março de 2018. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, saldos positivos em contas correntes, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender o compromisso de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, e não estão sujeitas a risco de mudança de valor. **(b) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente e período não superior a um ano. **(c) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias: ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:*** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças no desse ativo são reconhecidas no resultado do período. ***Ativos financeiros disponíveis para a venda:*** Um ativo financeiro disponível para a venda é um ativo financeiro não derivativo que é designado como disponível para a venda ou não é classificado em nenhuma das categorias possíveis. A Companhia tem os seus investimentos em títulos patrimoniais e/ou títulos de dívida classificados como que serão mantidos em carteira por um tempo não determinado, mas que poderão ser liquidados por eventos relacionados a alterações no nível de liquidez do título, condições econômicas específicas que afetem as suas condições de remuneração e/ou outras situações que possam sinalizar a possibilidade e a oportunidade na liquidação do título. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são medidos pelo seu valor justo e as mudanças são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Na ocasião da baixa desses ativos, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. ***Títulos mantidos até o vencimento:*** Os ativos financeiros são classificados nessa categoria quando a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até a data de seu vencimento. Esses títulos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. ***Passivos financeiros:*** Compreendem as captações via debêntures da Securitizadora. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos dos custos da transação diretamente relacionados. Os passivos financeiros da Securitizadora incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e emissões de debêntures. Após reconhecimento inicial, as debêntures sujeitas a juros são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **(d) Empréstimos e recebíveis - carteira de crédito:** Compreendem as contas a receber da Securitizadora. São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **(e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): *Ativos financeiros*:** A Administração da Companhia revisa anualmente, ou quando há indícios de perda, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração no perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para perda, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar ajustes por recuperação de ativos no valor de R$ 7.327 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2016). ***Ativos não financeiros:*** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(f) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Securitizadora e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação de serviço. Para receitas de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **(g) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25 (Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os prováveis são provisionados. Os ativos contingentes classificados como de ganhos prováveis são divulgados em nota explicativa e os prováveis são reconhecidos; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de determinadas leis ou tributos. **(i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), do período corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL. Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. **(j) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada do número de ações em circulação. **(k) Apuração do resultado:** A receita pela prestação de serviços de securitização da carteira de recebíveis é reconhecida por competência e com base na execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. **(l) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar. **4. Alterações IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. Avaliamos a aplicação das IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia e verificamos que não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período corrente. • Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicação à Exceção de Consolidação; • Alterações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas; • Alterações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgação; • Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização; e • Melhorias Anuais - Ciclo de IFRSs 2012-2014. **4.1. Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas:** • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (e); • IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes (b); • IFRS 16 - Arrendamentos (e); • Alterações à IAS 7 - Iniciativa de Divulgação (d); • Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (d); • Melhorias Anuais - Ciclo de IFRSs 2014-2016 (e) (b); e (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida. (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida. (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada. É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir da sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas normas contábeis. A Administração da Companhia está avaliando os efeitos da adoção dessas normas.

5. Aplicações financeiras

Tipos para Negociação	2017	2016
Certificado de Depósito Bancário - CDB Fácil	5.666	4.114
Fundo de Investimento - InvestFácil	2.561	1.658
Total	**8.227**	**5.772**

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos se aproxima do seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 99% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para novembro de 2020. A taxa de juros média contratada para os fundos de investimentos é de 5% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2019. **5.1. Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo:** A mensuração do valor justo por meio do nível baseia-se na seguinte hierarquia: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificação quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo

CCBR-CATEL CONSTRUÇÕES DO BRASIL S/A - CNPJ:66.686.221/0001-73

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Em cumprimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores em milhares de reais)

ATIVO	2017	2016
Circulante	**1.794**	**1.861**
Aplicações financeiras	3	5
Contas a receber	531	533
Retenções contratuais	187	247
Adiantamentos	–	2
Impostos a compensar	934	928
Despesas antecipadas	35	100
Outros créditos	65	30
Não circulante	**9.060**	**9.388**
Depósitos judiciais	238	257
Outros valores a receber	435	429
Impostos a recuperar	1.702	1.702
Créditos de Impostos diferidos	4.246	4.309
	6.571	**6.643**
Investimento	1.954	1.954
Imobilizado	537	791
	2.491	**2.745**
Total do ativo	**10.822**	**11.215**

PASSIVO	2017	2016
Circulante	**5.227**	**5.527**
Empréstimos e financiamentos	4.141	3.646
Obrigações trabalhistas e encargos	–	5
Provisões trabalhistas e encargos	647	333
Parcelamento de tributários	148	137
Adiantamentos de clientes	279	279
Outras contas a pagar	13	12
Não circulante	**–**	**2.083**
Parcelamento de tributários	–	2.083
Patrimônio líquido	**5.595**	**4.605**
Capital social	3.346	3.346
Reserva de lucros	2.249	1.316
Total do passivo e patrimônio líquido	**10.822**	**11.215**

Demonstrações do Fluxos de Caixa (Valores em milhares de reais)

	2017	2016
Atividades operacionais	**923**	**(1.026)**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.000	(1.026)
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa		
Gerado pelo operações	**1.229**	**(1.548)**
Depreciações e amortizações	234	280
Baixas de ativos imobilizado	–	(1)
Créditos fiscais diferidos	62	–
Acréscimo (decréscimo) de ativos	**101**	**264**
Em aplicações financeiras	2	22
Em contas a receber	2	36
Em retenções contratuais	60	9
Em adiantamentos	2	(1)
Em impostos a compensar	(6)	10
Em despesas antecipadas	65	65
Em outros créditos	(29)	4
Em depósitos judiciais	4	19
Em transações com partes relacionadas	–	100
Acréscimo (decréscimo) de passivos	**(1.822)**	**(1.039)**
Em fornecedores	–	(5)
Em obrigações trabalhistas e encargos	(5)	(4)
Em provisões trabalhistas e encargos	314	143
Em impostos e recolher	–	(1)
Em parcelamento de tributos e contribuições	(2.132)	35
Em transações com partes relacionadas	–	(1.252)
Em adiantamentos de clientes	–	(7)
Em outras contas a pagar	1	(8)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**(493)**	**(2.343)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	495	106.864
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2)	(105.673)
Aumento de capital	–	353
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**493**	**2.542**
Fluxo de caixa no exercício	–	199
Saldo inicial de caixa	–	1
Saldo final de caixa	–	–
Variação das disponibilidades no exercício	–	(1)

Demonstrações do Resultado (Valores em milhares de reais)

	2017	2016
Receita líquida / Lucro bruto	–	–
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(534)	(1.220)
Despesas financeiras	(9)	(430)
Receitas financeiras	1.939	42
Outras receitas (despesas) operacionais	(403)	(220)
	995	**(1.828)**
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	**995**	**(1.828)**
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	(62)	–
Lucro (prejuízo) do exercício	**933**	**(1.828)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2015	**1.995**	**3.144**	**–**	**5.139**
Prejuízo do exercício	–	–	(1.828)	(1.828)
Aumento de capital	1.351	–	–	1.351
Transferência de lucros acumulados	–	(1.828)	1.828	–
Saldo em 31/12/2016	**3.346**	**1.316**	**–**	**4.662**
Lucro do exercício	–	–	933	933
Constituição reserva legal	–	411	–	411
Constituição reserva de lucros	–	522	(933)	(411)
Saldo em 31/12/2017	**3.346**	**2.249**	**–**	**5.595**

Ivan Correa de Toledo - Diretor Administrativo Financeiro

Rafael Leandro dos Santos - CRC 1SP285683/O-7

BAUMER S/A

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.374.161/0001-30 - NIRE 35.300.027.213

Aviso aos acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na Sede Social, os documentos a que refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 10.303/01, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2017. Mogi Mirim/SP, 27/03/2018.

Fupresa S/A

CNPJ 62.576.327/0001-63

Aviso aos Acionistas e Convocação de AGO/AGE

Encontra-se à disposição dos acionistas na sede da empresa, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ficam convocados os Srs. Acionistas para AGO/AGE a realizar-se no dia 30 de Abril de 2018 às 09:00 h em 1ª convocação e às 10:00 h em 2ª convocação na sede da empresa à Avenida das Nações Unidas, 6.917, Pinheiros, São Paulo/SP para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório da Diretoria; b) Eleição da Diretoria para o período de 2018 a 2020; c) Outros assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 19 de março de 2018. Antônio Carlos Alves Bevilacqua - Diretor de Operações.

Queiroz & Basilio – Corretora de Seguros Ltda

CNPJ/NIRE nº 04.525.460/0001-94 - NIRE 352.169.550-99

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam os senhores Sócios da **Queiroz & Basilio – Corretora de Seguros Ltda** convocados para a Reunião Extraordinária a se realizar em 5.4.2018, às 10:30 horas, na sede da Galcorr Participações Ltda situada à Rua Gomes de Carvalho, 1.510, 13º andar, conjunto 131, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, quando os senhores Sócios serão chamados a deliberar a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar o orçamento anual da Sociedade para o exercício de 2018. São Paulo, 26 de março de 2018. **Luiz Gustavo Tozo** - Administrador

Galcorr Participações Ltda.

CNPJ/NIRE nº 21.877.068/0001-23 - NIRE 35.228.967.481

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam os senhores Sócios da **Galcorr Participações Ltda.** ("Sociedade") convocados para a Reunião de Sócios a se realizar em 5.4.2018, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, 13º andar, conjunto 131, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, quando os senhores Sócios serão chamados a deliberar a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar o orçamento anual da Sociedade para o exercício de 2018. São Paulo, 26 de março de 2018. **Luiz Gustavo Tozo** - Administrador

E.M.C. ADMINISTRAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 03.610.106/0001-03

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias em vigor, que regem o funcionamento das sociedades por ações, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações financeiras do exercício de 2017, comparado com o de 2016, considerando que a empresa E.M.C. Administração S.A., foi registrada na JUCESP em 13.09.2017 sob nº 411.513/17-5, em virtude da transformação da sociedade empresária E M C Administração Ltda.

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Ativo			
Ativo Circulante	**Nota**	**2017**	**2016**
Caixa E Equivalência De Caixa	4	15.215	63.455
Ativo Não Circulante			
Imóveis P/Fins Comercial	5	9.714.320	8.020.972
Imobilizado	6	111.952	111.952
Total Do Ativo Não Circulante		9.826.272	8.132.924
Total Do Ativo		**9.841.487**	**8.196.379**
Passivo E Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante			
Salários E Encargos	7	3.373	3.168
Impostos E Contribuições	8	15.652	22.072
Aluros recebidos	9	95.565	576.100
Dividendos A Pagar	10	18.774	–
Total Do Passivo Circulante		133.364	601.340
Patrimônio Líquido			
Capital Social	11	3.903.296	2.529.186
Reserva Legal		3.952	–
Lucros Acumulados	12	5.800.875	5.065.853
Total Do Patrimônio Líquido		9.708.123	7.595.039
Total Do Passivo E Patrimônio Líquido		**9.841.487**	**8.196.379**

Demonstrações Dos Resultados Dos Exercícios

	2017	2016
Receitas	–	–
Receitas De Locações	1.277.650	883.739
Receitas Financeiras	-	39.012
Deduções Das Receitas		
(-) Impostos Incidentes S/Locações	(35.593)	(32.257)
Receitas Líquidas	1.242.057	890.494
(-) Custo Dos Imóveis Locados	(144.229)	(164.598)
Lucro Bruto	1.097.831	795.926
Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	(160.938)	(172.436)
Despesas Financeiras	(295)	(695)
Despesas Tributárias	(82.470)	(85.415)
Lucro Do Exercício	854.128	447.380
(-) Reserva Legal	(3.952)	-
(-) Dividendos Obrigatórios	(18.774)	-
Lucro Líquido À Disposição Dos Acionistas	**831.402**	**447.380**

Lucia de Almeida Parasmo (Diretora), Domingos Coan Neto (CRC-TC SP-088748/O-8); As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras de 31.12.2017. São Paulo, 31 de dezembro de 2017.

E.M.C. ADMINISTRAÇÃO S.A.

CNPJ/MF 03.610.106/001-03 - NIRE 35.300.508.475

Ata Da Assembleia Geral

Extraordinária Da E.M.C. Administração S.A.

Data, hora e local: Às 09h00 de 07.11.2017, na sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Nhambiquaras, 1.518, 12º andar, conjunto 121, parte, Moema, CEP 04090-003 ("Companhia"). Composição da Mesa: Lucia de Almeida Parasmo (Presidente) e Sergio de Almeida Parasmo (Secretário). Convocação e Presença: convocação dispensada em razão da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia. Deliberações: por unanimidade e sem ressalvas, foi aprovada a (i) ratificação do endereço da sede da Companhia na 16ª Alteração do Contrato Social, registrada perante a JUCESP sob o nº 411.513/17-5, em sessão de 13.09.2017, onde constou, por equívoco, Alameda dos Nhambiquaras, 1.518, 12º andar, conjunto 121, parte, Moema, CEP 04090-003, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; quando o correto é Alameda dos Nhambiquaras, 1.518, conjunto 122, parte, Moema, CEP 04090-003, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; (ii) a alteração da forma de representação da Companhia; (iii) a adequação de todos os demais termos e condições das deliberações adotadas na referida Alteração de Contrato Social; e (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião para a lavratura desta ata, a qual lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Presidente: Lucia de Almeida Parasmo; Secretário: Sergio de Almeida Parasmo. Acionistas: Lucia de Almeida Parasmo, Sergio de Almeida Parasmo, Vera de Almeida Parasmo e Silvia de Almeida Parasmo Salusse. Registro na JUCESP sob o nº 550.882/17-0, em sessão de 12.12.2017. Secretária Geral: Flávia R. Britto Gonçalves.

GRUPIARA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 06.898.197/0001-04

Relatório da Administração

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V.Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 acompanhadas das Notas Explicativas. A diretoria está à disposição dos senhores acionistas para as informações que julgarem necessárias. São Paulo, 26 de março de 2018.

Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.332	63.446
	2.332	63.446
Não circulante		
Créditos fiscais a compensar (Nota 7)	1.344	2.327
Investimento (Nota 8)	370.319	372.316
	371.663	374.643
Total do ativo	373.995	438.089

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante		
Obrigações tributárias	561	1.940
Dividendos a pagar	–	772
Total do passivo	561	2.712
Patrimônio líquido (Nota 9)		
Capital social	232.649	232.649
Reserva de capital	83.980	81.665
Reservas de lucros	56.805	121.063
Total do patrimônio líquido	373.434	435.377
Total do passivo e patrimônio líquido	373.995	438.089

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Exercícios Findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2017	2016
Participação nos lucros de investida (Nota 8)	16.127	17.685
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais, líquidas	(229)	(684)
Lucro operacional	15.898	16.917
Resultado financeiro (Nota 10)	1.949	6.459
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.847	23.435
Imposto de renda e contribuição social	(561)	(1.940)
Lucro líquido do exercício	17.286	21.495
Lucro por lote de exercício em milhares (Nota 9)	13.167	13.167
Lucro por ação - R$	1,31	1,63

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2017	2016
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	17.286	21.495
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	–	–
	17.286	21.495

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	17.846	23.435
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Ganho de valor justo de instrumento financeiro	(1.948)	(6.459)
Participação nos lucros de investida (Nota 8)	(16.127)	(17.660)
Aumento nos passivos operacionais		
Créditos fiscais a compensar (Nota 7)	983	1.541
Aumento nos passivos operacionais		
Aumento nas obrigações tributárias	(1.940)	(1.032)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.186)	(1175)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.948	3.950
Redução de capital na investida (Nota 8)	18.124	15.951
Caixa líquido obtido nas atividades de investimento	20.072	29.901
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento dos mútuos com partes relacionadas (Nota 6)	–	33.607
Dividendos	(80.000)	–
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(61.114)	63.333
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	63.446	113
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.332	63.446

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Nome	Pais	Ativo	Passivo	Receita	Prejuízo/ Lucro	Percentual de participação
2017						
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	Brasil	384.419	(38.807)	109.583	15.912	5,318
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	Brasil	377.029	(29.580)	83.011	17.660	5,318

O valor do patrimônio líquido da AWA Brasil de R$ 6.498.906, foi ajustado pelo ganho reconhecido na sua controlada Mineração Rio do Norte, que é o maior ativo da AWA Brasil, que representa 1,5 % do total do ativo da AWA Brasil e reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

A participação nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e sua coligada são eliminados na proporção da participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da coligada são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Investimento em controlada

A Companhia avalia na data do balanço se existe evidência objetiva de perda (impairment) em algum ativo financeiro ou em algum grupo de ativos financeiros, ajustando seu valor quando aplicável.

2.6 Provisões

As provisões, quando aplicáveis, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.7 Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos, quando aplicável.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias vigentes, no lucro tributável, no montante devido de IRPJ e CSLL, no balanço patrimonial, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento ao fisco.

2.8 Participação nos lucros ou prejuízos

A Companhia reconhece proporcionalmente sua participação, nos lucros ou prejuízos incorridos de sua investida, pelo método de equivalência patrimonial.

3. Estimativas E Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis que impactam a investida AWA Brasil, que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis da investida e consequentemente da Companhia, são as provisões para contingências e o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos.

4. Gestão de Risco Financeiro

As atividades da investida da Companhia, a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Alcoa no Brasil, segundo as políticas aprovadas pela matriz. A tesouraria central do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

5.Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Conta corrente	1	1
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	2.324	63.407
	2.325	63.446

Em 31 de dezembro, os títulos e valores mobiliários correspondem a certificados de depósitos bancários pós-fixados, denominados em reais, com indice de liquidez de mercado, adquiridos pela Companhia e classificados como destinados para negociação. Os certificados de depósitos bancários são remunerados em aproximadamente 50% do CDI.

6. Partes Relacionadas

Em 2017 não ocorreram transações com partes relacionadas assim como não há saldos em aberto.

7.Créditos Fiscais a Compensar

	2017	2016
Antecipação de IRPJ e CSLL	1.344	2.327
	1.344	2.327

8. Investimentos

(a) Participação em sociedade coligada

	2017	2016
Em 1º de janeiro	372.316	380.609
Redução de capital em coligada	(18.124)	(25.951)
Participação nos lucros de coligada (i)	15.912	17.660
Outras movimentações	215	–
	370.319	372.316

(i) Resultado de equivalência patrimonial apurado considerando a participação da Companhia de 5,318% sobre o lucro líquido da AWA Brasil de R$ 299.209 (2016 - com de R$ 332.084). A seguir a participação da Companhia no capital da coligada, de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

Nome	Pais	Ativo	Passivo	Receita	Prejuízo/ Lucro	Percentual de participação
2017						
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	Brasil	384.419	(38.807)	109.583	15.912	5,318
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	Brasil	377.029	(29.580)	83.011	17.660	5,318

O valor do patrimônio líquido da AWA Brasil de R$ 6.498.906, foi ajustado pelo ganho gerado na reorganização societária explicada na Nota 1 no montante de R$ 464.590 (líquido de impostos).

(b) Projetos Mina de Juruti e Expansão da Refinaria (linha 2 Alumar) - AWA Brasil

AWA Brasil foi constituída com o objetivo de coordenar as atividades relacionadas com os projetos de expansão do Grupo Alcoa no Brasil (Nota 1) e é membro do Consórcio Alumar ("Alumar"), do qual detém uma participação proporcional em determinados ativos e passivos, bem como na produção de alumina. A contabilização das participações da AWA Brasil no consórcio incorpora as contas de ativo, passivo e resultado, proporcionalmente à respectiva participação detida no empreendimento e os respectivos custos de aquisição, conforme estipulados nos contratos.

A concepção inicial do Projeto Integrado e a sua respectiva aprovação pelo Conselho de Administração da Alcoa Inc. contemplou três fases distintas, sendo que a primeira fase do projeto iniciou as suas operações a partir de 2009, com a previsão inicial de alcançar a sua capacidade total de produção em 2010. No entanto, em 2010 ocorreram incidentes nas operações de expansão da refinaria da Alumar com custos adicionais favorável na produção de alumina. Estes incidentes prorrogaram o prazo para atingir 100% de sua capacidade produtiva para 2011. A bauxita utilizada como matéria-prima na nova linha de produção da refinaria é proveniente das minas de bauxita de Juruti. O investimento nas minas de Juruti na primeira fase do projeto é suficiente para atender a bauxita necessária para a expansão da refinaria da Alumar. O investimento em Juruti é uma iniciativa estratégica para permitir que o Grupo Alcoa equilibre a sua posição de oferta atual e projetada de bauxita. O investimento inicial contemplou, entre outros, a construção de infraestrutura em porto e ferrovia. Futuras expansões na estrutura da mina permitirão o aumento de extração em Juruti em até quatro vezes a capacidade atual, o que deverá ocorrer no início da primeira fase do Projeto Integrado.

Em 31 de dezembro de 2017, a investida AWA Brasil possuía prejuízos acumulados de R$ 612.110 (2016 - R$ 910.941), resultante, primordialmente, dos altos investimentos em seus projetos e pelos incidentes ocorridos. A administração da Companhia, de acordo com estimativas e projeções contidas nos planos de negócios da AWA Brasil, estima que as receitas advindas de operações futuras a serem geradas das atividades comerciais, incluíse com expectativas de expansão, serão suficientes para atender aos compromissos de curto prazo para a AWA Brasil, assegurar a realização dos seus ativos não circulantes, assim como para absorver os prejuízos acumulados de forma gradual e sustentável. Em dezembro de 2017.

Os investimentos vêm sendo subsidiados pelos quotistas, que coordenam financeiramente os planos de expansão ocorridos no Brasil. Nesse contexto, a AWA Brasil contará com o apoio de suas controladoras para, de maneira tempestiva e formal, manifestar a intenção, caso necessário, de dar suporte financeiro adicional para cumprir com obrigações de curto e longo prazos.

9. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é composto por 13.167.198 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Companhia é controlada pela Alcoa World Alumina Company LLC que possui 97,702%, e pela Reynolds Metals Exploration Inc. que possui 2,298% do capital social da Grupiara Participações S.A., sendo a controladora final destas companhias a Alcoa Corporation.

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(c) Reserva de lucro para investimento

A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo desta reserva de investimento destinar-se-á suportar futuras iniciativas de investimentos da companhia, as quais serão objeto de deliberação em Assembleia. Adicionalmente, a retenção pode ser realizada para a distribuição de dividendos.

(d) Dividendos propostos

A Companhia decidiu pela distribuição e pagamento de dividendos durante o ano corrente de 2017 no total de R$ 79.228 para Reynolds Metals Company LLC (R$77.406) e Reynolds Metals Exploration Inc (R$ 1.822).

Durante o ano de 2017, foram realizados o pagamento dos dividendos no montante de R$ 772 (para Reynolds Metals Company LLC valor de R$754 e para Reynolds Metals Exploration Inc o valor de R$ 18), o qual contava como a pagar no fechamento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

10. Resultado Financeiro

	2017	2016
Despesas financeiras	–	(16)
Receitas financeiras - mútuos com partes relacionadas (Nota 6)	–	2.509
Receitas financeiras - aplicações financeiras (CDBs - Nota 5)	1.944	3.813
Outros	5	153
	1.949	6.459

11. Evento Subsequente

Não houve eventos subsequentes a apresentar

Diretoria

Diretor-Presidente: Otávio Augusto Rezende Carvalheira

Contador

Filipe Tadeu Pimenta: CRC nº 1SP268192/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Grupiara Participações S.A.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Grupiara Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grupiara Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Até 31 de dezembro de 2015, a investida Alcoa World Alumina Brasil Ltda. adotou a prática de mensurar a valor presente a totalidade de seus créditos fiscais a compensar e não somente a parcela relativa a aquisição de ativo fixo. Além disso, após o reconhecimento inicial do ajuste a valor presente, passou a remensurar o saldo ajustável. Tal procedimento foi corrigido em 2016, para que a remensurar contábil a valor presente de créditos decorrentes de aquisição de ativo fixo seja feita somente no reconhecimento inicial. Por não ter representado as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, conforme estipula a CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, o resultado do exercício de 2016 está apresentado a maior em R$ 12.191 mil, líquido dos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - Reapresentação dos demonstrativos financeiros: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade operacional, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossas opiniões. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais ser manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018

PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Antonio Dias da Silva
Contador CRC 1SP206926/O-8

E.M.C. ADMINISTRAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF 03.610.106/0001-03 - NIRE 35.218.886.984

16ª Alteração Do Contrato Social

Da E.M.C. Administração LTDA.

Com sede na Cidade de Diadema, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino, 70, 1º andar, sala 02, Piraporinha, CEP 09950-370, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.610.106/0001-03 e registrada na JUCESP sob o NIRE 35.218.886.984, decidem, por unanimidade, 1) Transformar o tipo societário da Sociedade, de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade por Ações,

APSEN

www.apsen.com.br
CAC 55 (11) 0800-165678

APSEN FARMACÊUTICA S.A.

C.N.P.J. nº 62.462.015/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração

Balanços patrimoniais *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	8	60.778	41.469
Contas a receber de clientes	9	231.844	200.911
Estoques	10	49.626	41.771
Impostos a recuperar	11	1.635	1.003
Despesas antecipadas		1.920	407
Outros créditos	12	3.514	1.494
Total ativo circulante		349.317	287.055
Impostos a recuperar	11	1.140	680
Depósitos Judiciais	20	483	670
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	10.422	7.934
Total realizável a longo prazo		12.045	9.290
Imobilizado	14	165.335	151.958
Intangível	15	8.189	7.877
Total ativo não circulante		185.569	169.125
Total do ativo		534.886	456.180

Passivo	Nota	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	16	7.105	6.068
Fornecedores	17	29.683	15.463
Impostos e contribuições a recolher	18	16.752	15.050
Imposto de renda e contribuição social	13	15.986	19.468
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	19	20.989	16.903
Dividendos a pagar	21	1.818	5.646
Contas a pagar		2.897	1.878
Total passivo circulante		97.230	80.476
Empréstimos e financiamentos	16	6.213	7.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.731	2.584
Provisão para contingências	20	9.758	10.524
Total passivo não circulante		18.742	20.632
Patrimônio líquido			
Capital social	21	178.000	175.000
Reservas de lucros	21	240.914	180.074
Total do patrimônio líquido		418.914	355.074
Total do passivo e patrimônio líquido		534.886	456.180

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	22	529.021	493.413
Custo dos produtos vendidos	23	(127.740)	(117.229)
Lucro bruto		401.281	376.184
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	24	(207.344)	(194.594)
Gerais e administrativas	25	(80.628)	(69.916)
Outras receitas operacionais, líquidas		706	548
Resultado antes do resultado financeiro		114.015	112.222
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	8.734	10.456
Despesas financeiras	26	(4.252)	(2.513)
Lucro antes do I.R. e da contribuição social		118.497	120.165
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	13	(33.180)	(35.849)
Diferidos	13	2.341	2.497
Lucro líquido do exercício		87.658	86.813
Lucro líquido por lote de mil ações em R$		87,66	86,81

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	87.658	86.813
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	87.658	86.813

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	118.497	120.165
Ajustes para conciliar lucro antes do I.R. e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	16.020	13.488
Resultado na baixa dos bens do imobilizado e intangível	3.511	1.969
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.300	1.126
Variação para perdas em estoques	1.528	1.438
Constituição (reversão) provisões outras	1.489	(76)
Provisões para riscos tributários, civeis e trabalhistas	2.060	2.009
(Reversão) constituição provisão para devedores duvidosos	(3.980)	4.578
	140.425	**144.697**
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(26.953)	(70.831)
Estoques	(9.383)	(8.371)
Impostos a recuperar	(1.086)	(1.273)
Despesas antecipadas e outros créditos	(6.130)	(316)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	14.220	1.697
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.086	1.532
Impostos e contribuições a recolher	1.251	2.333
Outras obrigações	(470)	1.620
Caixa líquido gerado nas operações	115.960	70.086
Imposto de renda e contribuição social pagos	(36.211)	(31.107)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**79.749**	**38.979**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(33.720)	(35.134)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(33.720)**	**(35.134)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de financiamentos e empréstimos	7.198	2.398
Amortizações de financiamentos e empréstimos	(8.772)	(9.548)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(25.646)	(23.475)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(27.220)**	**(30.625)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**19.309**	**(26.780)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	41.469	68.249
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	60.778	41.469
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**19.309**	**(26.780)**

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2016		34.964	36.174	99.974		171.112
Lucro líquido do exercício					86.813	86.813
Constituição de reserva legal			4.341		(4.341)	-
Juros sobre capital próprio					(16.000)	(16.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	21				(4.618)	(4.618)
Reversão de lucros				61.854	(61.854)	-
Em 31 de dezembro de 2016		175.000	40.515	161.828	-	337.343
Lucro líquido do exercício					87.658	87.658
Aumento de capital	21	3.000		(3.000)		-
Constituição de reserva legal	21		4.383		(4.383)	-
Juros sobre capital próprio	21				(20.000)	(20.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	21				(3.818)	(3.818)
Retenção de lucros				59.457	(59.457)	-
Em 31 de dezembro de 2017		178.000	44.898	218.285	-	441.183

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Apsen Farmacêutica S.A. ("Companhia" ou "Apsen") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, controlada pela Regida Empreendimentos e Participações S.A. e tem por objeto social a fabricação, comércio, importação, exportação, consignação, distribuição, armazenagem e armazenamento de produtos e insumos farmacêuticos, alimentícios (normais e dietéticos), cosméticos, de perfumaria e toucador, extração e manipulação de produtos químicos e de material de biologia, bem como a produção e comercialização de periódicos científicos e a participação em outras sociedades ou outros empreendimentos empresariais.

2. Base de preparação: Declaração de conformidade com as normas do CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2018.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receita e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Certas contas em demonstrações financeiras não podem ser avaliadas com precisão. Elas são estimativas contábeis resultantes naturalmente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a. Julgamentos:** A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores reportados de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - **nota explicativa 9** - mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa; - **nota explicativa 10** - mensuração da provisão sobre os estoques; - **nota explicativa 13** - imposto de renda e contribuição social diferidos; e **nota explicativa 14** - vida útil dos ativos; e **nota explicativa 20** - mensuração da provisão para contingências. **c. Mensuração de valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são analisadas e comunicadas ao Comitê de Auditoria. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre a mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: - **nota explicativa 28** - instrumentos financeiros.

5. Base de consolidação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo.

6. Resumo das principais políticas contábeis: As práticas políticas contábeis aplicadas na preparação das seas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a. Reconhecimento da receita operacional líquida:** A receita operacional líquida compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando da entrega dos produtos, ou seja quando da transferência dos riscos e benefícios ao comprador e quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. **b. Benefícios aos empregados:** *(i) Participação nos Lucros e Resultados (PLR):* A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que contemplam seus atuais colaboradores o direito de participar nos lucros da Companhia (PLR), conforme convenção coletiva estabelecida pelo sindicato. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, quando está contratualmente obrigada a fazer isso, quando há uma prática passada que não tem uma alternativa não formalizada. *(ii) Plano de previdência privada:* A Companhia mantém um plano de previdência privada para seus colaboradores, com contribuições mutuas das partes que variam entre 1% a 3% sobre a remuneração contribuída pelo colaborador e a Companhia contribui 2% a 3%. Este percentual está atrelado ao percentual de opção do benefício. Este plano possui cláusulas específicas para utilização do benefício para seus funcionários que estão atrelados ao tempo de maturação do capital investido pelas partes. Não ocorrendo esta maturação prevista, o colaborador possui a opção de resgate antecipado dos valores por ele contribuído, sendo a parte da Companhia creditada a ser fazer para abatimento em parcelas futuras na contribuição do benefício. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • rendimentos de aplicações financeiras; • variação cambial; • resultado com derivativos; • despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e as perdas por juros. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto devido sobre os resultados do período, tal como a mesma que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os juros e multas incorridos sobre os impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. *(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:* A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é o melhor estimativa do montante esperado que reflete qualquer incertezas relacionadas a essa apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. *(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores correntes de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração do ativo e passivo fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que decorrem da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **e. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio de aquisição ou de fabricação. O custo dos produtos acabados, semiaciados e em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas relacionadas à produção. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Adicionalmente, uma provisão para perdas com obsolescência é constituída quando, necessário, considerando datas de validade e produtos com deterioração de qualquer natureza. **f. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados com o item fluirão para a Companhia e o custo do item possa ser mensurado de forma segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acres-cidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. São depreciados pelo prazo de vida útil estimada dos bens. Os termos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	40
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos industriais	10
Veículos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para o valor recuperável quando o valor contábil de um ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil residual e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **g. Intangível:** Ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software. São demonstrados pelo custo de aquisição. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e são reportados pelo valor de custo menos qualquer valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudanças de estimativa contábil. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Pesquisas e licenças adquiridas são separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizados durante sua vida útil estimável. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Software	1 a 5
Marcas, patentes e Direitos comerciais	5

h. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. *(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em ativos financeiros transferidos, em uma forma que não atenda aos critérios de baixa, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração:* Ativos financeiros são inicialmente reconhecidos

PLENODONTO ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.

CNPJ 01.460.885/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

Prezados Senhores, Em cumprimento às disposições legais, bem como atendendo as normas estabelecidas pela Agência Nacional Suplementar - ANS, a Diretoria da **PLENODONTO ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.**, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao Exercício encerrado em 2017. Nossos agradecimentos aos sócios, fornecedores, e demais partes interessadas pelo apoio depositado em nossa administração e ao nosso comprometimento em bevar a operadora ativa com a melhor qualidade junto a ANS. **Política de Destinação de Lucro:** A diretoria da empresa estabeleceu que os lucros que ocorrerem nos próximos exercícios sociais, serão destinados às reservas para constituição e melhoria do desempenho econômico-financeiro da operadora deixando assim uma empresa solvente atendendo todas as normas estabelecidas pela ANS principalmente com relação a RN nº 159, RN nº 209 e resoluções posteriores e outra parte, que houver, será utilizada para alavancagem da operadora frente aos novos cenários que estão se apresentando para os próximos exercícios. **Perspectivas e Planos da Administração para os exercícios seguintes:** A Administração prima pela sustentabilidade de empresas e acredita que esta sustabilidade está diretamente ligada à qualidade de atendimento e que uma criação de uma rede credenciada de alta qualidade no atendimento trará um incremento na prestação de serviços de qualidade. Nesta perspectiva é continuar comercializando nosso produto e buscando ainda mais atender todas as exigências estipuladas pela ANS através das RN's nº 159, 209 e resoluções posteriores visando e todas as exigências econômico-financeiras da ANS.

São Paulo - SP, 28 de março de 2018.

Plenodonto Assistência Odontológica Ltda. - **João Bosco M. Simon** - Sócio Responsável

Balanço Patrimonial - (Em reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Ativo Circulante		**708.497**	**998.034**
Disponível	**04**	**3.879**	**170**
Realizável		**704.618**	**997.864**
Aplicações Financeiras	05	598.356	391.378
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		445.884	391.378
Aplicações Livres		152.472	-
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	510.161
Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber	06	-	510.161
Créditos Tributários e Previdenciários	07	97.573	91.228
Bens e Títulos a Receber	08	8.690	5.098
Ativo Não Circulante		**1.337.423**	**591.314**
Realizável a Longo Prazo		**8.991**	**8.991**
Depósitos Judiciais e Fiscais		8.991	8.991
Imobilizado	09	**1.328.240**	**576.000**
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares / Não Odontológicos		1.328.240	576.000
Bens Móveis - Não Hospitalares / Não Odontológicos			
Intangível	10	**192**	**6.322**
Total do Ativo		**2.045.920**	**1.589.348**

Passivo	Nota	2017	2016
Passivo Circulante		**576.431**	**1.250.223**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11	414.227	1.059.927
Provisões de Prêmios / Contraprestações		-	415.736
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		-	415.736
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prest. de Serv. Assist.		-	262.303
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		414.227	381.887
Provisões		100.405	120.882
Provisão para IR e CSLL	12	100.405	120.882
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	16.858	13.544
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		-	-
Débitos Diversos	14	44.941	55.870
Passivo Não Circulante		**1.469.489**	**339.125**
Patrimônio Líquido		**30.000**	**30.000**
Capital Social / Patrimônio Social	17	30.000	30.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado	18	1.481.440	616.567
Perdas Acumuladas		-	-
Total do Passivo	19	(41.960)	(307.442)
		2.045.920	**1.589.348**

Demonstração do Resultado - (Em reais)

	2017	2016
Contraprestações Efetivas / Prêmios		
Ganhos de Operações com Plano de Assistência à Saúde	**4.781.090**	**4.393.758**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	4.861.172	4.492.787
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	4.861.172	4.492.787
Tributos Sobre Contraprestações Líquidas de Assistência à Saúde da Operadora	(80.082)	(99.029)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	**(2.959.522)**	**(2.985.209)**
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(2.927.183)	(2.603.321)
Variação de Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(32.339)	(381.887)
Despesas com Resseguro	-	-
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	**1.821.568**	**1.408.550**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	594	594
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	-	-
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	**(235.680)**	**(82.307)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(235.680)	(82.307)
Resultado Bruto	**1.586.482**	**1.326.836**
Despesas de Comercialização	(175.901)	(68.754)
Despesas Administrativas	(1.059.075)	(993.185)
Resultado Financeiro Líquido	**16.267**	**161.225**
Receitas Financeiras	40.775	181.342
Despesas Financeiras	(24.508)	(20.117)
Resultado Patrimonial	**(1.876)**	**-**
Despesas Patrimoniais	(1.876)	-
Resultado Antes dos Impostos e Participações	**365.897**	**426.122**
Imposto de Renda	(67.474)	(82.531)
Contribuição Social	(32.931)	(38.351)
Participações sobre o Lucro	-	(628.317)
Resultado Líquido	**265.492**	**(323.076)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - (Em reais)

Descrição das Mutações	Capital Patrimônio Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
Saldo Final em 31.12.2015	**30.000**	**616.567**	**15.634**	**662.201**
Reserva de Reavaliação:	-	600.000	-	600.000
Lucro / Superávit / Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(323.076)	(323.076)
Saldo Final em 31.12.2016	**30.000**	**616.567**	**(307.442)**	**339.125**
Aumento de Capital com lucros e reservas	-	864.872	-	864.872
Reserva de Reavaliação:	**30.000**	**616.567**	**(307.442)**	**339.125**
Lucro / Superávit / Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	265.492	265.492
Saldo Final em 31.12.2017	**30.000**	**1.481.440**	**(41.960)**	**1.469.480**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - (Em reais)

	2017	2016
Atividades Operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	4.943.512	3.928.673
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	1.077.458	66.065
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	24.293	164.976
(+) Outros Recebimentos Operacionais	107.512	-
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(2.920.306)	(1.123.882)
(-) Pagamento de Comissões	(175.901)	(11.242)
(-) Pagamento de Pessoal	(190.639)	(18.026)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(20.531)	(38.351)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(21.597)	(6.339)
(-) Pagamento de Tributos	(316.855)	(59.948)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(419.702)	-
(-) Pagamento de Aluguel	(227.015)	(47.126)
(-) Aplicações Financeiras	(1.284.436)	(58.061)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(230.025)	(2.878.319)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**238.295**	**59.814**
Atividades de Investimento		
(+) Recebimento de Dividendos	-	25.842
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**-**	**25.842**
Atividades de Financiamento		
(-) Dividendos Distribuídos Aos Resultados	(234.546)	(102.418)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**(234.546)**	**(102.418)**
Variação Líquida do Caixa	**3.709**	**(16.762)**
CAIXA - Saldo Inicial	**170**	**16.932**
CAIXA - Saldo Final	**3.879**	**170**
Ativos Livres no Início do Período (*)	**170**	**299.589**
Ativos Livres no Final do Período (*)	**156.351**	**170**
Variação Líquida dos Ativos Livres nas Aplicações Financeiras - Recurso Livres	**156.181**	**(299.419)**

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional: A Sociedade tem como objetivo a comercialização de planos odontológicos, podendo fornecer prestações de serviços odontológicos através de redes clínicas e consultórios próprios ou conveniados. Conforme a RN 209, de 22 de dezembro de 2009, devem ser observados pelas Operadoras de Planos de Saúde com fins lucrativos os critérios de manutenção de recursos próprios mínimos e constituição de provisões técnicas. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância das Normas Brasileiras de Contabilidade, e obedecem ainda aos padrões da Agência Nacional de Saúde, conforme novo plano de contas estabelecido pela RN 290 de 27 de fevereiro de 2012, atualizado pelas RN 314/2012, RN 322/2013, RN 344/2014, RN 390/2015 e RN 418/2016, como também parcialmente os aspectos relacionados à Lei 11.638/2007 e 11.941/2009. Em sua elaboração é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Portanto, as demonstrações financeiras incluem várias estimativas referentes à seleção de vida útil do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos, determinações de ativos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas utilizadas. **3. Principais Práticas Contábeis: a) Regime de Escrituração** - A Sociedade adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **b) Estimativas Contábeis** - As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões técnicas, estimativas de valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. **c) Apuração do déficit e superávit** - A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços prestados. **d) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **e) Aplicações - Títulos de Renda Fixa** - Referem-se a aplicações em fundos de investimento, com atualização pelos rendimentos auferidos/provisionados até 31/12/2017; **f) Créditos de operações com planos de assistência à saúde -** São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contraparti a à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Odontológicos e (ii) conta de resultado "receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora" no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Odontológicos. **g) Contas a receber** - São apresentadas aos valores presente e de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, quando aplicável. **h) Investimentos** - Avaliados pelo método de custo. Refere-se à Sociedade por cota de Participação. **I) Imobilizado -** O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações foram calculadas pelo método linear à taxa que levam em conta a vida útil dos bens, as quais as taxas estão demonstradas em Nota Explicativa especifica do Imobilizado. **j) Ativo Intangível -** No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos. **k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde -** As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 209/2009 e suas alterações, da ANS, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 209/09 e RN 290/2012 e suas alterações posteriores. Seguem abaixo as provisões técnicas contabilizadas em 31.12.2017: I. Provisão de Contraprestação Não Ganha - Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. II. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA: Destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 209 de 22/12/2009 e alterações, expedida pela ANS. **l) Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **m) Empréstimos e Financiamentos a Pagar -** São registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base. **n) Outras obrigações (circulantes e não circulantes) -** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Operadora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Operadora possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **o) Provisão para Férias -** Calculada com base nos períodos vencidos e proporcionais adquiridos pelos funcionários, incluindo encargos sociais. **p) Demonstrações dos fluxos de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto. **q) Apuração de resultado e reconhecimento de receita** - O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais e índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social. As Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco (ou vencimento da fatura quando for o caso, ou então na emissão da fatura), quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorre o efeito direito ao valor a ser faturado. **r) Reconhecimento dos eventos indenizáveis -** Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte de auditoria relativa de sinistros ocorridos e não avisados são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados. **4. Disponível:** Compõe a conta de Caixa e Depósitos Bancários os valores de R$ 3.879,05. **5. Aplicações Financeiras:** As Aplicações Financeiras estão demonstradas ao valor do custo de aplicação.

Descrição	2017	2016
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	589.356	391.378
Total	**589.356**	**391.378**

6. Créditos de Operações com Assistência à Saúde: A composição dos "Créditos de Operações de Assistência à Saúde" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Descrição	2017	2016
Contraprestações Pecuniárias a receber	-	510.161
Total	**-**	**510.161**

O saldo da conta "Contraprestação pecuniária a receber" refere-se a valores a receber de créditos com planos de saúde da operadora.

7. Créditos Tributários e Previdenciários: A composição dos "Créditos Tributários e Previdenciários" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Descrição	2017	2016
Imposto de Renda a Compensar / Restituir	378	378
Antecipações de Imposto de Renda	70.078	69.202
Antecipação de Contribuição Social	27.116	21.648
Total	**97.573**	**91.228**

8. Bens e Título a Receber: A composição dos "Bens e Títulos a Receber" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos Férias	8.690	5.098
Total	**8.690**	**5.098**

9. Ativo Imobilizado: O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelas taxas anuais, levando em conta, o tempo de vida útil do bem.

	2017				2016	
Descrição	Taxa de Depreciação Média	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Valor Contábil Líquido - 2015	
Edificações	4%	1.400.000	71.760	1.328.240	576.000	
Total		**1.400.000**	**71.760**	**1.328.240**	**576.000**	

10. Intangível

Descrição	2017	2016
Sistema de Computação, Marcas Comerciais e outros ativos	192	6.332
Intangível - Total	**192**	**663.424**

11. Provisões Técnicas

Descrição	2017	2016
Provisão de Contraprestação Não Ganha - (PPCNG) – **11.a**	-	415.736
Provisão de eventos a liquidar – **11.b**	-	262.303
Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA – **11.c**	414.227	381.887
Total das Provisões Técnicas	**414.227**	**1.059.927**

11.a - Provisão de Contraprestação Não Ganha – (PPCNG) - Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. **11.b - Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores -** Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Foi publicada a RN 227/10 com alteração pela RN 274/2011, que determinou que as provisões para eventos a liquidar devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 159/2007, sendo opcional a vinculação para eventos que tenham sido avisados nos últimos 60 dias para Operadoras de Médio e Pequeno Porte. **11.c - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA** - Representa os eventos ocorridos, porém não avisados a operadora, cujo valor deve ser baseado em (A) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (B) na adoção de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 8,5% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte das contraprestações líquidas dos últimos doze meses e 10% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior. A Operadora efetuou até 31 de dezembro de 2017 o cálculo da provisão de eventos ocorridos e não avisados conforme item (B) acima que representa o montante de R$ 414.227, apurado pela metodologia da ANS. A Operadora em 31 de dezembro de 2017 apresenta o registro contábil desta provisão em 100% da Provisão exigida. Adicionalmente as operadoras de assistência à saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 159/07, RN 209/2009, RN 227/2011 e RN 313/2012 e alterações posteriores. **12. Provisões:** O valor do IRPJ e CSLL a recolher, apurados de acordo com a legislação vigente, relativos ao período ou exercício de 2017 cujos recolhimentos ainda não tenham sido efetuados, foram:

Descrição	2017	2016
Provisão para Imposto de Renda - IRPJ	67.474	82.531
Provisão p/Contribuição Social S/L. Líq. - CSLL	32.931	38.351
Prov. p/Imposto de Renda e Contribuição Social	**100.405**	**120.882**

13 – Tributos e Encargos Sociais a Recolher

Os valores dos impostos e contribuições a recolher, apurados de acordo com a legislação vigente, relativos ao período ou exercício de 2017 cujos recolhimentos ainda não tenham sido efetuados.

Descrição	2017	2016
Contribuições Previdenciárias	7.613	6.776
FGTS a recolher	1.597	1.948
COFINS e PIS a recolher	5.816	3.926
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	389	-
Tributos e Contribuições	**15.416**	**12.650**
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.442	823
Retenções de Impostos e Contribuições	**1.442**	**894**
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	**16.858**	**13.544**

14. Débitos Diversos: Os valores desse quadro são as obrigações a pagar, com pessoal, de curto prazo, as obrigações contraídas com fornecedores de bens ou serviços não assistenciais, e outros débitos a pagar, não compreendidos em contas específicas cujos pagamentos serão efetuados até o término do 12º mês subsequente.

Descrição	2017	2016
Salários a pagar	3.025	5.157
Honorários	1.668	1.668
Férias	-	10.483
Obrigações com Pessoal	**4.693**	**17.308**
Fornecedores	19.394	18.819
Fornecedores	**19.394**	**18.819**
Outros Débitos a Pagar	20.854	19.845
Outros Débitos a Pagar	**20.854**	**19.845**
Débitos Diversos	**44.941**	**55.870**

15. Eventos Odontológicos: A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Odontológicos do documento de informações periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2017 e de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados antes da Lei nº 9.656/1998, com cobertura odontológica modalidade de preço preestabelecido.

Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Valor Odont.	Total
Rede Própria							
Rede Contratada						2.927.183	2.927.183
Reembolso							
Interc. Eventual							
Total							**2.927.183**

16. Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	2017
Resultado Líquido	265.492
Ajuste ao resultado -	
(+) Depreciação	53.890
(+) Juros sobre empréstimos	2.880
(-) Juros de Aplicações financeiras	(40.775)
Saldo Ajustado	**281.488**
Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional	
Ativo	
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos	510.161
(-) Aumento (+) Redução de Créditos Tributários e Previdenciários	(6.345)
(-) Aumento (+) Redução de Bens e Títulos a Receber	(3.592)
(-) Aumento (+) Redução de Outros Valores e Bens	130.335
Passivo	
(+) Aumento (-) Redução das Provisões Técnicas	(645.700)
(+) Aumento (-) Redução das Provisões	(20.477)
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Contribuições a Recolher	3.314
(+) Aumento (-) Redução do Débitos Diversos	(10.929)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**238.295**
Outros Débitos a Pagar	**20.854**
Débitos Diversos	**44.941**

17. Capital Social: O capital foi totalmente integralizado, no valor de R$ 30.000,00. **18. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital:** A operadora possui na conta de adiantamento para futuro aumento de capital, o valor de R$ 1.481.439 que será incorporado ao Capital posteriormente. **19. Lucros/Prejuízos Acumulados:** O grupo de conta Lucros ou Prejuízos Acumulados apresenta um prejuízo acumulado em 31.12.2017 o valor de -R$ 41.950 onde já está incluso o resultado do período, em 31.12.2016 apresentava o valor de -R$ 307.442, de Prejuízos Acumulados.

São Paulo-SP, 27 de março de 2018.

João Bosco M. Simon Sócio — **Sérgio Alencar Florin** Contador - CRC 1SP192181/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores da **Plenodonto Assistência Odontológica Ltda.** - CNPJ: 01.460.885/0001-74

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa **Plenodonto Assistência Odontológica Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Plenodonto Assistência Odontológica Ltda.**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor** - A administração da Empresa é responsável por estas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Empresa é responsável ela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes, individualmente ou em conjunto, quando é razoável esperar, de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o de não detecção de distorção relevante resultante de erro, pois a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 20 de março de 2017.

Bebedouro-(SP), 26 de março de 2018.

MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES. CRC – 2SP 021390/O-7

MARCELO BOCK CRC - 1SP 128.524/O-0

Clínica Kennedy São Paulo Ltda.

CNPJ/MF nº 23.284.840/0001-29 - NIRE 35.230.610.969

Edital de Convocação - Reunião dos Sócios

Ficam convocados os Sócios da **Clínica Kennedy São Paulo Ltda.** ("**Sociedade**"), nos termos do artigo 1.072 e artigo 1.085, parágrafo único da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil") e das Cláusulas 9ª e 13ª, alínea "j", do seu Contrato Social, a reunirem-se em Reunião de Sócios da Sociedade, a ser realizada no dia 4 de abril de 2018, às 18:00 horas, na sede social, em São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 745, conjunto 71, Cerqueira Cesar, CEP 01419-001, a fim de deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: **(i)** deliberar e aprovar, após o exercício do direito de defesa que lhes é conferido, a exclusão extrajudicial dos sócios Bruno Cesar Aprile e Marcelo Campos Moraes Amato, em razão da falta do cumprimento das obrigações sociais e compromissais ausência desses sócios; **(ii)** aprovar a alteração da Cláusula 9ª do Contrato Social, em virtude do item "(j)", e consolidação do texto do Contrato Social; e **(iii)** tratar de demais assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 26 de março de 2018. Diretores: **João Paulo Machado Bergamaschi; Fernanda Costacurta de Oliveira Lopes.**

Jornal ODIASP

JAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/MF: 62.440.235/0001-51 / NIRE 35300394917

- Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação - JAS Industria e Comércio S.A. ("Companhia"), convida seus acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em sua sede social, na Rua Alenas, 143, Barueri/SP, no dia 09 de abril de 2018 às 09:00 horas, para deliberar a respeito da: (i) extinção do cargo de Diretor Comercial, bem como as devidas